



**RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES
EXECUTADAS COM OS RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO
DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO
PIRACICABA**

01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

CONTRATO DE GESTÃO 001/IGAM/2011

FEVEREIRO DE 2015



SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
LISTA DE FIGURAS	4
LISTA DE TABELAS	5
LISTA DE SIGLAS	6
1. CONTEXTUALIZAÇÃO	8
1.1. A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE	10
1.2. PLANO INTEGRADO DE RECURSOS HÍDRICOS – PIRH DOCE.....	13
1.3. PLANO DE AÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DA UNIDADE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - PARH.....	16
1.4. O CONTRATO DE GESTÃO.....	17
1.5. PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL – PAP DOCE	19
2. APRESENTAÇÃO	23
3. DISPONIBILIDADE DE ÁGUA – BALANÇOS HÍDRICO	24
3.1. PROGRAMA PRODUTOR DE ÁGUA (P24).....	24
3.1.1. Descrição.....	24
3.1.2. Contratações e Resultados.....	25
3.1.3. Plano de Aplicação Plurianual – PAP	33
3.1.4. Principais Deficiências e Dificuldades	34
4. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO	35
4.1. PROGRAMA UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO (P41).....	35
4.1.1. Descrição.....	35
4.1.2. Contratações e Resultados.....	37
4.1.3. Plano de Aplicação Plurianual – PAP	47
4.1.4. Principais Deficiências e Dificuldades	48
5. INCREMENTO DE ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS	50
5.1. PROGRAMA DE RECOMPOSIÇÃO DE APPS E NASCENTES (P52)	50
5.1.1. Descrição.....	50
5.1.2. Contratações e Resultados.....	51
5.1.3. Plano de Aplicação Plurianual – PAP	51
5.1.4. Principais Deficiências e Dificuldades	52
6. IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	53
6.1. FORTALECIMENTO DOS COMITÊS (P61.2)	53
6.1.1. Descrição.....	53
6.1.2. Contratações e Resultados.....	53
6.1.3. Plano de Aplicação Plurianual - PAP	58



6.1.4.	<i>Principais Deficiências e Dificuldades</i>	60
6.2.	DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO RIO DOCE (P61.A) .	61
6.2.1.	<i>Descrição</i>	61
6.2.2.	<i>Contratações e Resultados</i>	62
6.2.3.	<i>Plano de Aplicação Plurianual - PAP</i>	66
6.2.4.	<i>Principais Deficiências e Dificuldades</i>	67
7.	IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PIRH DOCE	70
7.1.	PROGRAMA COMUNICAÇÃO DO PROGRAMA DE AÇÕES (P71)	70
7.1.1.	<i>Descrição</i>	70
7.1.2.	<i>Contratações e Resultados</i>	70
7.1.3.	<i>Plano de Aplicação Plurianual - PAP</i>	99
7.1.4.	<i>Principais Deficiências e Dificuldades</i>	100
8.	AÇÃO TRANSVERSAL	101
8.1.	LOCAÇÃO DE VEÍCULO COM E SEM MOTORISTA	101
8.1.1.	<i>Descrição</i>	101
8.1.2.	<i>Principais Deficiências e Dificuldades</i>	101
8.1.3.	<i>Contratações e Resultados</i>	102
8.2.	EMISSÃO DE PASSAGENS AÉREAS.....	104
8.2.1.	<i>Descrição</i>	104
8.2.2.	<i>Principais Deficiências e Dificuldades</i>	104
8.2.3.	<i>Contratações e Resultados</i>	104
8.3.	ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE EVENTOS	107
8.3.1.	<i>Descrição</i>	107
8.3.2.	<i>Principais Deficiências e Dificuldades</i>	108
8.3.3.	<i>Contratações e Resultados</i>	108
9.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	111



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma Geral do IBIO - AGB Doce.....	9
Figura 2 – Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Doce	11
Figura 3 – Bacia Hidrográfica do Rio Doce	11
Figura 4 – Mapeamento das APPs da bacia do Ribeirão Candidópolis	27
Figura 5 – Pontos de degradação identificados na bacia do Ribeirão Candidópolis.....	28
Figura 6 – Tela inicial do sistema.....	62
Figura 7 – Mapa do SIGWeb com a localização dos Usos da Água de Ipatinga-MG	63
Figura 8 – Mapa do SIGWeb com a vazão de referência Q7,10 de cada trecho de rio.....	63
Figura 9 – Gráfico do SIGWeb com o número de usos da água para abastecimento público em cada município.....	64
Figura 10 – Novas identidades visuais aprovadas pelos respectivos Comitês	72
Figura 11 – Clipping sobre assuntos do CBH Caratinga.....	73
Figura 12 - Clipping sobre assuntos do CBH Suaçuí	74
Figura 13 - Clipping sobre assuntos da Bacia do Rio Doce	75
Figura 14 – Boletins Comunique-se.....	75
Figura 15 – Boletins Comunique-se.....	76
Figura 16 – Edição Especial do boletim Fique por Dentro.	77
Figura 17 – Boletim IBIO – AGB Doce Informa	78
Figura 18 – <i>Fan page</i> do CBH Doce	80
Figura 19 – Artes feitas pela empresa contratada	81
Figura 20 - Folder Institucional CBH-Doce (Frente).....	82
Figura 21 - Folder Institucional CBH-Doce (Verso).....	82
Figura 22 – Stand do CBH Doce e CBH Afluentes no ENCOB 2014.....	83
Figura 23 – Visita à TV Alterosa de Manhuaçu.....	85
Figura 24 – Frente e verso da Agenda 2015.....	86



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características gerais da bacia do rio Doce	13
Tabela 2 – Deliberações aprovando a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.....	17
Tabela 3 - Deliberações aprovando a indicação do IBIO para funções de Agência de Água	18
Tabela 4 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP.....	20
Tabela 5 – Deliberações que aprovaram readequação do Plano de Aplicação Plurianual - PAP.....	21
Tabela 6 – PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela ANA	21
Tabela 7 – PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela IGAM	22
Tabela 8 – Cenário 01 para recuperação da bacia do Ribeirão Candidópolis.....	30
Tabela 9 - Cenário 02 para recuperação da bacia do Ribeirão Candidópolis.....	31
Tabela 10 - Cenário 03 para recuperação da bacia do Ribeirão Candidópolis.....	31
Tabela 11 - Recursos repassados pelo IGAM alocado ao P24.....	33
Tabela 12 – Produtos do PMSB entregues em cada município da bacia.	37
Tabela 13 - Recursos repassados pelo IGAM alocado ao P41	48
Tabela 14 - Recursos repassados pela IGAM alocado ao P52	51
Tabela 15 – Recursos repassados pela ANA alocado ao P61.2	58
Tabela 16 – Recursos repassados pelo IGAM alocado ao P61.2	59
Tabela 17 – Número de registros inseridos e processados pelo Sistema de Gestão.....	64
Tabela 18 - Recursos repassados pelo IGAM alocado ao P61.a	67
Tabela 19 – Recursos repassados pela ANA alocado ao P71	99
Tabela 20 – Recursos repassados pelo IGAM alocado ao P71	100
Tabela 21 – Relação de serviços prestados com locação de veículo e motorista.....	102
Tabela 22 – Relação de passagens aéreas adquiridas.....	105



LISTA DE SIGLAS

AGERH	Agência Estadual de Recursos Hídrico do Espírito Santo
ANA	Agência Nacional de Águas
APP	Área de Preservação Permanente
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CERH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CTGEC	Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos
DBO	Demanda biológica de oxigênio
D.O.E.M.G	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais
D.O.U	Diário Oficial da União
ENCOB	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas
EFVM	Estrada Ferroviária Vitória a Minas
ES	Espírito Santo
FHIDRO	Fundo de recuperação de recursos hídricos
FUNARBE	Fundação Arthur Bernardes
FJP	Fundação João Pinheiro
GAT	Grupo de Acompanhamento Técnico
GIRH	Gestão Integrada de Recursos Hídricos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAF	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEMA	Instituto Estadual de Meio Ambiente do Espírito Santo
IGAM	Instituto de Gestão das Águas
IMRS	Índice Mineiro de Responsabilidade Social
MDE	Modelo Digital de Elevação
MG	Minas Gerais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PAP	Plano de Aplicação Plurianual
PARH	Plano de Ação de Recursos Hídricos
PGIRS	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PIRH	Plano Integrado de Recursos Hídricos
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico
PNSB	Pesquisa Nacional de Saneamento Básico
SAF	Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas da ANA
SAG	Superintendência de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos da ANA
SEDRO	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana
SEMAD	Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de MG
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SINGERH	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SUM	Superintendência de Usos Múltiplos da ANA
TCU	Tribunal de Contas da União



Relatório de Gestão do Exercício de 2014 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

TDR	Termo de Referência
UGRH	Unidade de Gestão de Recursos Hídricos
ZCAS	Zona de Convergência do Atlântico Sul



1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O Instituto BioAtlântica (IBIO- AGB Doce), Entidade Equiparada às Funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, de acordo com os termos descritos no Contrato de Gestão n° 001/IGAM/2011 apresenta o Relatório de Gestão relativo ao ano de 2014 referente ao CBH-Piracicaba.

O Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce) é uma associação civil sem fins lucrativos, classificada como pessoa jurídica de direito privado, composto por pessoas jurídicas e físicas. O Instituto tem como finalidade promover a conservação ambiental e a gestão sustentável de recursos territoriais como forma de gerar desenvolvimento econômico, equidade social e bem estar humano. Para cumprir este propósito, o Instituto aplicará os recursos recebidos, inclusive recursos físicos, humanos e financeiros, em projetos, programas ou planos de ações definidos pelo doador, inclusive em apoio a outras organizações sem fins lucrativos ou órgãos do setor público que atuem em áreas afins, promovendo especialmente as seguintes atividades:

- a) Contribuir para a conservação e recuperação ambiental.
- b) Contribuir para o desenvolvimento equilibrado dos aspectos ambiental, social, cultural e econômico de territórios.
- c) Promover pesquisas sobre recuperação e conservação ambiental, gestão integrada de territórios e geração e gestão de ativos territoriais.
- d) Estimular o estabelecimento de redes de instituições de pesquisa e aplicação nas áreas citadas no inciso c).
- e) Promover a disseminação de conhecimento técnico-científico sobre as áreas citadas no inciso c).
- f) Promover articulação entre diferentes setores da sociedade no sentido de atender aos incisos acima.
- g) Exercer, através do Comitê Gestor de Águas, as atribuições a serem previamente determinadas pelos, e acordadas com os, Órgãos Gestores para a bacia hidrográfica do rio Doce.

O Instituto BioAtlântica trabalha para melhorar a qualidade ambiental e promover a gestão integrada de recursos territoriais como forma de gerar desenvolvimento econômico, equidade social e bem estar humano. Enxergamos no futuro territórios organizados, onde os recursos naturais sejam



utilizados de forma racional e sensata por uma sociedade com pleno conhecimento de sua participação na sustentabilidade desse sistema. Fundado em 19 de fevereiro de 2002, é composto por:

Assembleia Geral - Órgão soberano do IBIO - AGB Doce, podendo ser ordinária ou extraordinária.

Conselho Fiscal - Órgão fiscalizador e auxiliar da Assembleia Geral, do Conselho Consultivo e da Diretoria Executiva do IBIO - AGB Doce.

Conselho Consultivo – Órgão formado principalmente por representantes das empresas doadoras de recursos que forem admitidas como Associadas ou de Associados Fundadores ou outros, a critério dos Associados Fundadores, que tem por objetivo servir de instrumento de controle externo de suas atividades.

Diretor Presidente – Cria e implementa o macro planejamento do IBIO, observando as recomendações feitas pelo Conselho Consultivo, pelo Conselho Fiscal e pela Assembleia Geral.

Diretoria Executiva - Órgão executor das ações do IBIO - AGB Doce.

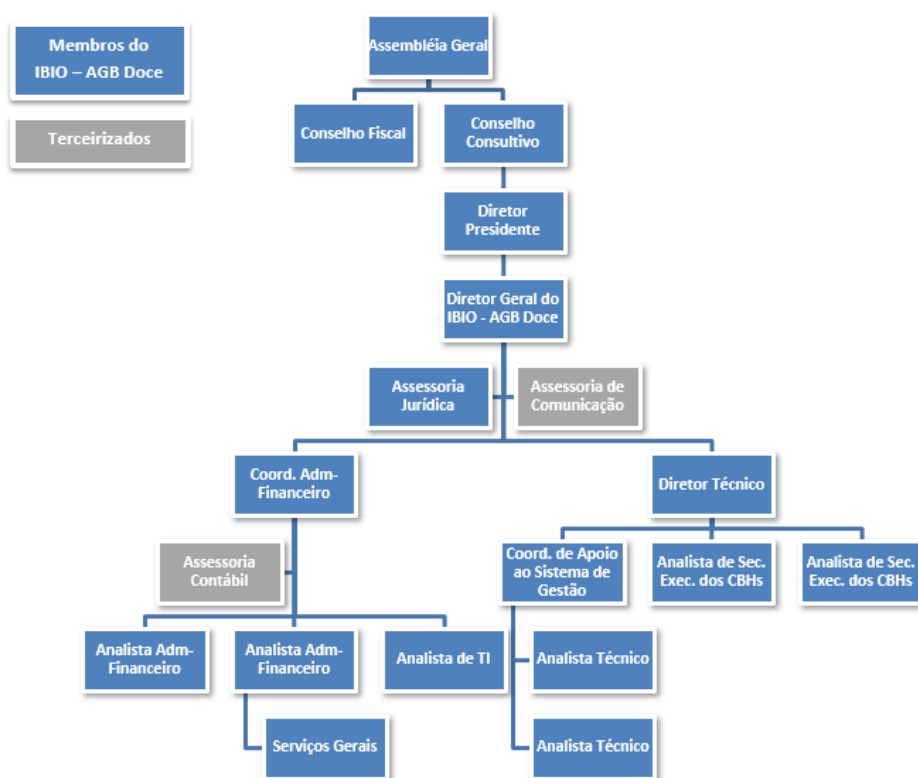


Figura 1 - Organograma Geral do IBIO - AGB Doce¹.

¹ A equipe apresentada do quadro de funcionários do IBIO – AGB Doce contemplam funcionários contratados para atender a ambos os Contratos de Gestão celebrados com a ANA e com o IGAM



1.1. A Bacia Hidrográfica do Rio Doce

A bacia do rio Doce situa-se na região Sudeste, entre os paralelos 17°45' e 21°15' S e os meridianos 39°30' e 43°45' W, integrando a região hidrográfica do Atlântico Sudeste. Esta bacia, com uma área de drenagem de aproximadamente 86.854 km², dos quais 86% pertencem ao Estado de Minas Gerais e o restante ao Espírito Santo, abrange um total de 228 municípios. As nascentes do rio Doce situam-se no Estado de Minas Gerais, nas serras da Mantiqueira e do Espinhaço, sendo que suas águas percorrem cerca de 850 km, até atingir o oceano Atlântico, junto ao povoado de Regência, no Estado do Espírito Santo (Figura 2 e Figura 3). Existem dois rios de dominialidade federal na bacia do rio Doce: o rio Doce e o rio José Pedro, afluente do rio Manhuaçu.

A bacia limita-se ao sul com a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, a sudoeste com a bacia do rio Grande, a oeste com a bacia do rio São Francisco, ao norte e noroeste com a bacia do rio Jequitinhonha, e bacias do litoral sul do Espírito Santo e a nordeste com as bacias do litoral norte do Espírito Santo. Os principais afluentes do rio Doce pela margem esquerda são os rios do Carmo, Piracicaba, Santo Antônio, Corrente Grande e Suaçuí Grande, em Minas Gerais; São José e Pancas no Espírito Santo. Já pela margem direita são os rios Casca, Matipó, Caratinga/Cuieté e Manhuaçu em Minas Gerais; Guandu, Santa Joana e Santa Maria do Rio Doce no Espírito Santo.

No estado de Minas Gerais a bacia do rio Doce é dividida em seis Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos (UGRHs), com Comitês de Bacia já estruturados, conforme descrito abaixo:

- UGRH01 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Piranga;
- UGRH02 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Piracicaba;
- UGRH03 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Santo Antônio;
- UGRH04 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Suaçuí;
- UGRH05 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Caratinga; e
- UGRH06 – Comitê de Bacia Hidrográfica Águas do rio Manhuaçu.

No Estado do Espírito Santo, embora inexistam subdivisões administrativas da bacia do rio Doce, têm-se os Comitês de Bacia já estruturados, conforme descrito abaixo:

- UGRH07 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Guandu
- UGRH08 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Santa Maria do Doce
- UGRH09 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio São José.

A atividade econômica da bacia do rio Doce é bastante diversificada, destacando-se: a agropecuária (reflorestamento, lavouras tradicionais, cultura de café, cana-de-açúcar, criação de gado leiteiro e de corte e na suinocultura.); a agroindústria (sucroalcooleira); a mineração (ferro, ouro, bauxita, manganês, pedras preciosas e outros); a indústria (celulose, siderurgia e laticínios); o comércio e serviços de apoio aos complexos industriais; e a geração de energia elétrica.



Figura 2 – Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Doce



Figura 3 – Bacia Hidrográfica do Rio Doce



Na região encontra-se instalado o maior complexo siderúrgico da América Latina, com destaque para a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, a ACESITA e a USIMINAS. Ao lado da siderurgia estão associadas empresas de mineração, com destaque para a Vale e empresas reflorestadoras, que cultivam o eucalipto para fornecer matéria-prima para as indústrias de celulose. Todo esse complexo industrial é responsável por grande parte das exportações brasileiras de minério de ferro, aço e celulose, sendo, portanto, de grande importância para a região onde estão instaladas.

Apesar de ser notável a geração de capital na bacia em função da existência desse complexo siderúrgico, também se verifica a desigualdade no interior da bacia. O maior desenvolvimento das atividades econômicas aconteceu somente em algumas de suas áreas, como o Vale do Aço e na região de influência dos municípios de Governador Valadares, Caratinga, Colatina e Linhares. Os indicadores sociais e econômicos de uma parte significativa dos municípios da bacia mostram que quase uma centena deles são classificados como municípios pobres.

As principais rodovias que dão acesso e passam pela bacia do rio Doce são: a BR 381 que segue na direção sudoeste – nordeste passando por Belo Horizonte e depois importantes cidades da bacia como Ipatinga e Governador Valadares; a BR 116, importante rodovia brasileira que cruza a região do Médio Doce na direção de sul para norte, passando por Caratinga e Governador Valadares; a BR 262 que segue na direção leste – oeste atravessa Belo Horizonte, passa entre João Monlevade e Rio Piracicaba, cruza com a BR 116 nas proximidades de Manhuaçu e depois entra no Espírito Santo, já fora da bacia do Rio Doce; a BR 101, que serve a parte capixaba da bacia, atravessa a região do Baixo Doce de sul para norte passando por Linhares.

Além das rodovias, existe a Estrada Ferroviária Vitória a Minas (EFVM) que liga Belo Horizonte a Vitória, numa extensão de 898 km passando pelo Vale do Aço, sendo incorporada pela Vale em 1940. Esta ferrovia faz o transporte de passageiros e mercadorias (minério de ferro, carvão mineral, calcário, ferro, aço, produtos agrícolas, etc.). É considerada a ferrovia mais rentável do País e uma das poucas ferrovias que ainda faz o transporte de passageiros.

A bacia tem uma população superior a 3,5 milhões de habitantes. O Vale do Aço tem o maior adensamento populacional da bacia e constata-se a existência de um fluxo migratório que se direciona, sobretudo, para as maiores cidades, como Ipatinga e Governador Valadares. Em decorrência, há uma tendência de diminuição populacional nos municípios com população de até 20.000 habitantes, que representam mais de 85% dos municípios da bacia do rio Doce.

A população urbana representa mais de 70% da população total. Entretanto, os mesmos dados mostram que mais de 100 municípios possuem população rural maior que a urbana, evidenciando que a população rural ainda é significativa, absorvidos pela exploração agropecuária. No Médio Doce, essas atividades constituem o principal gerador de renda, emprego e ocupação de mão-de-obra em municípios de menor porte, principalmente onde a população rural predomina. A Tabela 1 sumariza as características gerais da bacia do rio Doce.



Tabela 1 – Características gerais da bacia do rio Doce

Características Gerais da Bacia do Rio Doce	
Área da bacia	86.854 km ²
Extensão do curso principal	Aprox. 879 km
Nº de municípios	228
População na bacia	3.430.673
Principais atividades econômicas	Mineração; Siderurgia; Silvicultura e Agropecuária
Principais problemas relacionados à gestão dos recursos hídricos	Contaminação por esgotos domésticos; erosão e assoreamento

1.2. Plano Integrado de Recursos Hídricos – PIRH Doce

O Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce – PIRH Doce, que representa o desejo manifesto de todos os envolvidos no processo participativo que foi empreendido de junho de 2008 ao final do ano de 2009, no sentido de consolidar o planejamento de ações voltadas ao enfrentamento dos principais problemas relacionados com os recursos hídricos na bacia do Rio Doce.

O PIRH Doce, nessa primeira versão, constitui o resultado do esforço de representantes dos dez (10) comitês atuantes na bacia hidrográfica do Rio Doce, bem como dos órgãos gestores de recursos hídricos, representados pela Agência Nacional de Águas – ANA, Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, e Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA, do Espírito Santo, reunidos em um Grupo de Acompanhamento Técnico – GAT. Adiante, a relação dos comitês envolvidos na elaboração do PIRH Doce:

- CBH Doce;
- CBH do rio Piranga;
- CBH do rio Piracicaba;
- CBH do rio Santo Antônio;
- CBH do rio Suaçuí;
- CBH do rio Caratinga;
- CBH Águas do rio Manhuaçu;
- CBH do rio Santa Maria do Doce;
- CBH do rio Guandu; e
- CBH do rio São José.



A diretriz máxima que norteou o referido trabalho foi a constante na Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional dos Recursos Hídricos, no tocante à participação pública e espírito democrático, e também a intensa e importante atuação dos comitês de bacias dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, além do próprio CBH Doce.

O PIRH Doce foi desenvolvido com o objetivo geral de produzir um instrumento capaz de orientar o CBH Doce, os CBHs de bacias afluentes, os órgãos gestores dos recursos hídricos da bacia e demais componentes do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos com responsabilidade sobre a bacia do rio Doce, com vistas à gestão efetiva dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos da bacia, de modo a garantir o seu uso múltiplo, racional e sustentável em benefício das gerações presentes e futuras.

O Plano consubstancia ações integradas que visam instrumentalizar os CBHs de bacias afluentes e o CBH-Doce para o cumprimento de sua missão de articular os diversos atores sociais para garantir a oferta de água, em quantidade e qualidade, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida na bacia hidrográfica do rio Doce.

O Plano consubstancia ações integradas que visam instrumentalizar os CBHs de bacias afluentes e o CBH-Doce para o cumprimento de sua missão de articular os diversos atores sociais para garantir a oferta de água, em quantidade e qualidade, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida na bacia hidrográfica do rio Doce. O PIRH Doce e os Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs – tiveram ainda os seguintes objetivos específicos:

- Estruturar a base de dados da Bacia do Rio Doce relativa às características e à situação dos recursos hídricos e demais feições com implicações sobre as mesmas, com vistas a subsidiar a elaboração e implementação, após a elaboração do PIRH Doce, de um Sistema Integrado de Informações capaz de apoiar a gestão dos recursos hídricos da bacia.
- Definir as medidas necessárias para proteger, recuperar e promover a qualidade dos recursos hídricos com vistas à saúde humana, à vida aquática e à qualidade ambiental.
- Estabelecer metas de melhoria da qualidade das águas, de aumento da capacidade de produção de água e de uma justa distribuição da água disponível na bacia, acordadas por todos os atores da bacia.
- Fomentar o uso múltiplo, racional e sustentável dos recursos hídricos da bacia mediante avaliação e controle das disponibilidades e determinação das condições em que tem lugar o uso da água na bacia, em benefício das gerações presentes e futuras, levando em conta planos setoriais, regionais e locais em andamento ou com implantação prevista na Bacia.
- Integrar os planos, programas, projetos e demais estudos setoriais que envolvam a utilização dos recursos hídricos da bacia, incorporando-os ao PIRH e aos PARHs, dentro de suas possibilidades.



- Articular as ações municipais envolvendo o uso do solo com as diretrizes e intervenções relacionadas ao uso dos recursos hídricos.
- Conceber ações destinadas a atenuar as consequências de eventos hidrológicos extremos.
- Oferecer diretrizes para a implementação dos demais instrumentos de gestão dos recursos hídricos previstos em lei e contribuir para o fortalecimento do Sistema de gerenciamento de Recursos Hídricos pela articulação e participação de todas as demais instâncias da bacia ligadas à gestão dos recursos hídricos.
- Manter e ampliar a participação dos segmentos da sociedade no processo de construção e implementação do PRH-Doce, bem como nos programas e projetos dele derivados.
- Desenhar um arranjo institucional sustentável para a gestão dos recursos hídricos da bacia.
- Promover iniciativas destinadas ao desenvolvimento tecnológico e à capacitação de recursos humanos, à comunicação social e à educação ambiental em recursos hídricos na bacia.
- Com vistas ao atingimento dos objetivos anteriores, apontar respostas técnicas, institucionais e legais para os principais problemas diagnosticados/prognosticados na bacia e determinar um conjunto de intervenções estruturais e não estruturais, montadas na forma de programas e projetos, que possam ser realizadas dentro dos horizontes de planejamento adotados, identificando, para cada programa, os recursos necessários para sua realização, as fontes de onde os mesmos deverão proceder e o seu desenvolvimento no tempo.

A Consultora desenvolveu seus trabalhos com acompanhamento permanente do GAT, através de reuniões mensais de trabalho, acrescidas de 30 (trinta) reuniões públicas realizadas em diferentes localidades da bacia, quando se apresentaram os resultados das distintas etapas em que o trabalho se desenvolveu, quais sejam: Diagnóstico, Prognóstico e Programas do Plano Integrado.

Nas duas primeiras etapas foram elaborados o Diagnóstico da Bacia e o Prognóstico dos Recursos Hídricos no Horizonte do Plano, onde se avaliaram, respectivamente, a condição atual da qualidade da água e das disponibilidades hídricas, e a projeção destas condições, conforme distintos cenários, até o ano de 2030.

A etapa final constituiu-se na definição das metas sugeridas para a bacia, e na descrição dos programas, projetos e ações preconizadas, incluindo seus objetivos, justificativas, procedimentos, atores envolvidos e diversos outros elementos que os caracterizam, seguido da análise das condições e perspectivas de atendimentos das metas, a partir da efetiva implantação dos programas, incluindo a viabilidade financeira do Plano.

Nesta última etapa também foram desenvolvidos, entre outros, estudos relacionados a um arranjo institucional viável para a gestão dos recursos hídricos da bacia, bem como diretrizes para a aplicação



dos instrumentos de gestão definidos na Lei nº 9.433/97, com destaque para o Enquadramento sugerido no âmbito do Plano, como meta de qualidade a ser alcançada.

O trabalho também contemplou o desenvolvimento de um Sistema de Informações Geográficas, denominado SIG-Plano, repositório de toda a informação coletada durante as distintas etapas de elaboração do Plano, bem como suporte de toda a representação cartográfica contida neste estudo.

1.3. Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão - PARH

O PARH é parte integrante do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH Doce, e considera os mesmos objetivos, metas básicas, horizonte de planejamento e a realidade desejada para a bacia do rio Doce. Para cada UGRH da bacia hidrográfica do rio Doce foi gerado um PARH específico caracterizando as peculiaridades de cada região da bacia do Rio Doce, assim como os programas prioritários de acordo com a realidade de cada Unidade de Gestão. Cada PARH é, desta maneira, um desdobramento do Plano Integrado de Recursos Hídricos, de acordo com as especificidades de cada unidade de planejamento. Os conteúdos e informações aqui apresentados são, portanto, transpostos do Relatório Final do PIRH Doce, devendo o mesmo ser adotado como referência nas questões relativas aos procedimentos metodológicos utilizados e fontes de consulta específicas.

A estrutura dos PARHs segue, em linhas gerais, a mesma estrutura adotada no desenvolvimento do PIRH Doce, contemplando um diagnóstico situacional da unidade, com ênfase nas questões relativas aos recursos hídricos, e a descrição dos programas previstos para enfrentar as principais questões que comprometem a qualidade e disponibilidade da água e, por conseguinte, da qualidade de vida em cada UGRH. Neste documento estão apresentados:

- Diagnóstico Sumário da UGRH, contemplando as principais informações que caracterizam a Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos frente à bacia do Doce como um todo, com ênfase nas questões que demandam maior esforço de gestão. Este capítulo também apresenta um prognóstico tendencial, buscando caracterizar a situação dos recursos hídricos da UGRH no ano de 2030.
- O Comitê de Bacia da UGRH, descrevendo a atual estrutura, órgão normativo e deliberativo que tem por finalidade promover o gerenciamento de recursos hídricos na região, envolvendo, em um âmbito maior, a promoção do debate sobre as questões hídricas e o arbitramento dos conflitos relacionados com o uso da água e que, em última instância; irão aprovar e acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Doce, e o respectivo Plano de Ação.



- Os Objetivos e Metas projetados para a bacia, expressando a realidade possível para o horizonte do Plano, através de metas de planejamento e ações físicas, quantificadas e com prazos estipulados para a sua consecução.
- Intervenções Recomendadas e Investimentos Previstos, descrevendo o escopo geral das ações previstas e elencando as ações específicas para a bacia, incluindo, quando pertinente, as indicações de criticidade dos problemas identificados.
- Conclusões e Diretrizes Gerais para a Implementação do PARH, onde são discutidas e expostas as motivações e indicações das ações propostas, definindo-se as prioridades e os efeitos esperados para a bacia.

1.4. O Contrato de Gestão

O processo de cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do Rio Doce se iniciou em 2011 quando o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce e dos Comitês dos rios afluentes, no uso de suas atribuições definidas por lei e demais normas complementares, e considerando os compromissos firmados no âmbito do Pacto para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, celebrado em 24 de março de 2010 entre os dez Comitês de Bacia Hidrográfica com atuação na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, a ANA, IGAM, IEMA e Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, estabelecem os mecanismos e sugere os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Doce. As decisões estão registradas nas respectivas Deliberações, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Deliberações aprovando a cobrança pelo uso dos recursos hídricos

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 26, de 31 de março de 2011
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 04, de 12 de abril de 2011
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 15, de 14 de abril de 2011
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 08, de 13 de maio de 2011
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 28, de 26 de abril de 2011
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 09, de 13 de abril de 2011
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 01, de 03 de agosto de 2011

Posteriormente, o CBH Doce e os Comitês mineiros aprovam o Edital Conjunto nº 01/2011 para seleção de Entidade Delegatária ou Equiparada para desempenhar funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.



O CBH-Doce indicaria ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH a entidade que for selecionada com base nos procedimentos estabelecidos neste Edital, para receber a delegação de competência para o exercício de funções de agência de água da bacia hidrográfica do rio Doce nos termos do art. 51 da Lei 9.433/97.

Os Comitês estaduais de Minas Gerais atuantes na área de abrangência da bacia hidrográfica do rio Doce (CBH Piranga, CBH Piracicaba, CBH Santo Antônio, CBH Caratinga, CBH Águas do Rio Manhuaçu e CBH Suaçuí Grande) deveriam considerar, na indicação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH/MG, a ENTIDADE selecionada com base nos procedimentos deste Edital, para que seja procedido o ato de equiparação à função de agência de água da bacia hidrográfica do rio Doce, em conformidade com o previsto no art. 37 da Lei 13.199/1999 (MG).

Os Comitês estaduais do Espírito Santo atuantes na área de abrangência da bacia hidrográfica do rio Doce (CBH Rio Guandu, CBH Rio São José, CBH Rio Santa Maria do Rio Doce) deveriam considerar, na indicação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo – CERH/ES, a ENTIDADE selecionada com base nos procedimentos deste Edital – e após sua qualificação no Programa de Organizações Sociais do Estado do Espírito Santo, conforme Lei Complementar nº 489/2009 (ES) – para receber a delegação de competência para o exercício de funções de Agência de Água da bacia hidrográfica do rio Doce, em conformidade com o previsto nos artigos 45 e 46, parágrafo único, da Lei 5.818/1998 (ES).

Ainda em 2011 os Comitês Mineiros e o CBH Doce aprovam a indicação, ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH e Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH/MG, do Instituto BioAtlântica – IBIO para desempenhar, por prazo determinado no contrato de gestão, funções de Agência de Água na bacia hidrográfica do rio Doce como entidade delegatária/equiparada dessas funções, conforme Deliberações da Tabela 3. Na mesma data, é aprovada a minuta dos Contratos de Gestão, a serem celebrados entre o IBIO e ANA, e entre IBIO e IGAM para desempenhar funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Tabela 3 - Deliberações aprovando a indicação do IBIO para funções de Agência de Água

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 30, de 24 de agosto de 2011
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 06, de 25 de agosto de 2011
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 17, de 23 de agosto de 2011
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 11, 02 de setembro de 2011
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 30, de 30 de agosto de 2011
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 10, de 31 de agosto de 2011
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 02, 01 de setembro de 2011

Após aprovação dos Comitês, o tema foi discutido e a delegação/equiparação do Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce) foi aprovada pelo CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos, por



meio da Resolução CNRH nº 130, de 20 de setembro de 2011 e pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais na Deliberação CERH/MG nº 295, de 16 de dezembro de 2011.

O Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011 foi celebrado em 26 de outubro de 2011 entre a Agência Nacional de Águas - ANA e o Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce), Entidade Delegatária/Equiparada, com a anuência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o exercício de funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, foi publicado no D.O.U em 04 de novembro de 2011.

O Contrato de Gestão nº 001/2011 entre Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e o Instituto BioAtlântica (IBIO – AGB Doce), Entidade Equiparada, com a anuência dos Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga – DO1, do Rio Piracicaba – DO2, do Rio Santo Antônio – DO3, do Rio Suaçuí – DO4, do Rio Caratinga – DO5, e águas do Rio Manhuaçu – DO6, para o exercício de funções de Agência de Água, foi celebrado em 21 de dezembro de 2011 e publicado no D.O.E.M.G em 10 de janeiro de 2012.

Com anuência dos Comitês Capixabas o Instituto BioAtlântica (IBIO – AGB Doce) ainda aguarda assinatura do Contrato de Gestão com o Instituto Estadual de Meio Ambiente- IEMA para o exercício de funções de Agência de Água na porção capixaba da bacia hidrográfica do Rio Doce.

1.5. Plano de Aplicação Plurianual – PAP Doce

O Plano de Aplicação Plurianual, instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água em toda a bacia hidrográfica do rio Doce, para o período de 2012 a 2015. O Plano de Aplicação Plurianual se pauta pelas seguintes premissas:

- Os estudos, planos, projetos e ações a serem executados devem estar em conformidade com os programas estabelecidos no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs, e com as metas definidas nos Contratos de Gestão firmados entre o IBIO – AGB Doce com a Agência Nacional de Águas – ANA e com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e no Pacto para Gestão Integrada das Águas na Bacia Hidrográfica do Rio Doce – Pacto das Águas;
- As diretrizes devem ser harmonizadas para toda a bacia hidrográfica do rio Doce, de forma a otimizar a aplicação dos recursos da cobrança;



- Com vistas a qualificar e alavancar investimentos para toda a bacia hidrográfica do rio Doce, os recursos devem apoiar, preferencialmente, a elaboração de estudos e projetos, bem como ações de proteção, preservação, conservação e recuperação de mananciais, além de ações de capacitação, treinamento, mobilização social e educação ambiental com foco em recursos hídricos.

O objetivo que é, por meio do PAP, seja possível implementar as metas estabelecidas nos Contratos de Gestão e no Pacto das Águas e os programas e ações do PIRH/PARHs Doce considerados prioritários no período de 2012 a 2015. Além de proporcionar o aumento da disponibilidade de água; de reduzir os níveis de poluição hídrica na bacia e apoiar a adoção de medidas de proteção e preservação de nascentes e de práticas de conservação de água e solo e fomentar ações de prevenção e defesa a acidentes e eventos hidrológicos críticos.

Para fins de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, no período entre 2012 e 2015, foram priorizados programas do PIRH/PARHs Doce de hierarquia 1, 2 e 3, tendo em vista a relevância e a urgência na sua implementação. O PAP foi inicialmente aprovado pelo CBH Doce e pelos Comitês Estaduais de Minas Gerais em 2012 definindo valores a serem investidos em cada um dos programas do PIRH/PARH, conforme Deliberações da Tabela 4.

Tabela 4 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 32, de 26 de abril de 2012
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 02, de 12 de abril de 2012
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 22, de 11 de abril de 2012
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 14, de 13 de abril de 2012
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 34, de 19 de abril de 2012
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 12, de 17 de abril de 2012
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 02, de 18 de abril de 2012

Porém, considerando a necessidade de adequar os desembolsos na bacia às estimativas mais recentes de arrecadação oriunda da cobrança pelo uso de recursos hídricos; considerando a necessidade de concentrar a aplicação dos recursos em um menor número de programas e ações; e considerando os resultados das discussões ocorridas no âmbito dos comitês da bacia durante os meses de abril a junho de 2014, os Comitês estaduais e federal decidem por readequar alguns itens do documento, assim como os valores alocados para cada programa a cada ano restante dos Contratos de Gestão celebrados entre o IBIO – AGB Doce, a ANA e o IGAM. Na Tabela 5 abaixo estão descritas as Deliberações que aprovam as readequações do PAP. Na Tabela 6 estão demonstrados os valores alocados, referentes aos recursos arrecadados e repassados pela ANA, após readequação do PAP. Na Tabela 7 estão demonstrados os valores alocados, referentes aos recursos arrecadados e repassados pela IGAM, após readequação do PAP.



Relatório de Gestão do Exercício de 2014 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

Tabela 5 – Deliberações que aprovaram readequação do Plano de Aplicação Plurianual - PAP

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 42, de 14 de agosto de 2014
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 10, de 03 de junho de 2014
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 27, de 04 de junho de 2014
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 20, de 22 de maio de 2014
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 45, de 21 de maio de 2014
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 03, de 11 de junho de 2014
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 30, de 10 de junho de 2014

Tabela 6 – PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela ANA

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS		ESPACIA-LIZAÇÃO	2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	TOTAL (mil R\$)
1	Estudo de aprimoramento dos mecanismos de cobrança com base nos itens discriminados no indicador 3C do Contrato de Gestão	Toda a bacia	-	999	--	--	999
2	Pesquisa quadrienal junto aos usuários sobre o atendimento dos objetivos da cobrança na bacia do rio Doce conforme indicador 3D do Contrato de Gestão	Toda a bacia	--	--	--	200	200
3	Programa de Saneamento da Bacia (P11)	9 Bacias afluentes	-	18	-	-	18
4	Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22)	UGRHs 4 a 9	--	308	1.560	940	2.808
Programa de Convivência com as Cheias (P31)							
5	Levantamento de seções topobatemétricas nas calhas dos principais rios da bacia para o modelo hidráulico de propagação de vazões.	Toda a bacia	-		500	500	1.000
	Aquisição de imagem satélite de alta resolução para definição da mancha de inundação nas áreas urbanas de cidades consideradas prioritárias.		-	241	-	-	241
	Definição da mancha de inundação da área rural, a partir de modelo digital de elevação – MDE, agregado ao mapa de uso e ocupação do solo.		-	-	1750	1000	2.750
	Levantamento e consistência dos dados hidrometeorológicos, inclusive dos dados fluviométricos / Levantamento de informações complementares (intervenções estruturais de interesse) / Desenvolvimento de modelo hidrológico, incluindo calibração, simulação e análises / Desenvolvimento do modelo hidráulico, incluindo calibração, simulação e definição dos perfis da linha d'água e das manchas de inundação / Acoplamento dos dados de entrada dos modelos meteorológicos com o modelo hidrológico e deste com o modelo hidráulico. - Desenvolvimento da interface gráfica para operacionalização do modelo no sistema de alerta / Desenvolvimento do Sistema de Previsão e do Sistema de Intervenções Estruturais.		-	-	1750	1000	2.750
Concepção de um conjunto de intervenções não estruturais de controle de cheias.						250	250
6	Programa de Universalização do Saneamento (P41):		-	67	1.850	5.930	7.847
7	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	9 Bacias afluentes	-	4	2.250	2.250	4.504
8	Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (P61):						
	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	Toda a bacia	495	1.115	2.340	1.100	5.050
	Sistema de informações (SIG GESTÃO) (P61.a)	Toda a bacia	-	-	150	350	500
9	Programa de Comunicação Social (P71)	Toda a bacia	-	156	500	500	1.156
10	Programa de Educação Ambiental (P72)	Toda a bacia	-	43	500	800	1.343
11	Programa de Treinamento e Capacitação (P73)	Toda a bacia	-	43	-	-	43
Total Geral			495	2.994	11.400	13.820	28.709



Relatório de Gestão do Exercício de 2014 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

Tabela 7 – PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela IGAM

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS		2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	TOTAL (mil R\$)
UGRH01 - Piranga						
1	Programa de Saneamento da Bacia (P11)	-	1	-	650	651
2	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	5	2.300	5.400	7.705
3	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	-	-	-	1.000	1.000
4	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	100	100	200
	Sistema de informações (SIG GESTÃO) (P61.a)	-	157	-	-	157
5	Programa de Comunicação Social (P71)	-	4	-	-	4
Subtotal UGRH01 - Piranga		-	167	2.400	7.150	9.717
UGRH02 - Piracicaba						
1	Programa de Saneamento da Bacia (P11)	-	47	1.500	4.500	6.047
2	Programa Produtor de Água (P24)	-	-	1.000	1.400	2.400
3	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	164	5.500	4.000	9.664
4	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	-	1	1.000	5.000	6.001
5	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	100	100	200
	Sistema de informações (SIG GESTÃO) (P61.a)	-	412	-	-	412
6	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3	-	-	3
7	Programa de Educação Ambiental (P72)	-	-	200	600	800
8	Programa de Treinamento e Capacitação (P73)	-	-	200	600	800
Subtotal UGRH02 - Piracicaba		-	627	9.500	16.200	26.327
UGRH03 - Santo Antônio						
1	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	1	500	2.500	3.001
2	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	-	-	-	932	932
3	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	50	50	100
4	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3	-	-	3
Subtotal UGRH03 - Santo Antônio		-	4	550	3.482	4.036
UGRH04 - Suaçuí						
1	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	-	500	1.200	1.700
2	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	-	0,5	-	-	1
3	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	50	50	100
4	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3,5	-	-	4
Subtotal UGRH04 - Suaçuí		-	4	550	1.250	1.804
UGRH05 - Caratinga						
1	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	-	500	1.500	2.000
2	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	50	50	100
3	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3	-	-	3
Subtotal UGRH05 - Caratinga		-	3	550	1.550	2.103
UGRH06 - Manhuaçu						
1	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	1	500	1.500	2.001
2	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	50	50	100
3	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3	-	-	3
Subtotal UGRH06 - Manhuaçu		-	4	550	1.550	2.104
Total Geral		-	809	14.100	31.182	46.091



2. APRESENTAÇÃO

Neste relatório são apresentadas informações sobre cada um dos programas de investimentos previsto para a Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba a serem realizados com os recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia. Estes programas estão previstos no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - PIRH e foram priorizados pelos Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Doce no documento chamado Plano de Aplicação Plurianual - PAP. Os programas estão agrupados por temas, assim como proposto no PIRH. Para cada programa é apresentada uma breve descrição sobre os objetivos de cada um, assim como a motivação para incluir este programa como um dos principais a serem executados na bacia. Também são apresentadas as contratações realizadas em cada um destes programas, assim como os resultados gerados por estas contratações.

Também é apresentada análise sobre os recursos financeiro inicialmente previstos para cada um dos programas do PAP e os investimentos realizados pelo IBIO – AGB Doce. Esta análise faz um comparativo entre os investimentos previsto e realizados em 2014. Apresentamos as principais dificuldades que encontramos para executar cada programa para que possamos entender como podemos melhorar a atuação do IBIO – AGB Doce para o próximo ano e alguma deficiência que identificamos na forma como inicialmente se pensou que cada programa poderia ser executado.



3. DISPONIBILIDADE DE ÁGUA – BALANÇOS HÍDRICO

3.1. Programa Produtor de Água (P24)

3.1.1. Descrição

A bacia apresenta muitas áreas degradadas, nas quais a infiltração de água no solo está aquém da capacidade natural. A redução da infiltração representa uma elevação do deflúvio superficial instantâneo, com redução do armazenamento de água no solo. Com isto, são observados tanto o aumento da vazão máxima gerada por precipitações intensas, como a depleção excessiva a época das secas, por redução do fluxo de base. Além disto, a redução da infiltração eleva os processos erosivos, a perda de nutrientes do solo e a redução da cobertura vegetal, em um processo cíclico e destrutivo.

As atividades de revitalização de bacias constituem um meio eficiente de produzir benefícios ambientais permanentes e aumento das vazões mínimas dos cursos d'água. Embora sejam, em grande extensão, de interesse ou responsabilidade do proprietário rural, enfrentam limitações à sua aplicabilidade prática, devido ao desconhecimento de seus benefícios e a limitações financeiras da atividade rural. Para permitir o avanço nestes empreendimentos, há necessidade de aportes de recursos públicos e de instituições com interesse nas melhorias ambientais resultantes.

Práticas de conservação do solo em áreas extensas já foram adotadas com sucesso em outros estados, como o Paraná e o Rio Grande do Sul, em regiões que apresentavam processos intensos de erosão. No entanto, há duas diferenças básicas a serem consideradas:

- O uso das terras era essencialmente vinculado à produção mecanizada de grãos, ou seja, havia máquinas e equipamentos próprios para a execução da maior parte das intervenções;
- Não havia recursos específicos para o financiamento da implantação das estruturas propostas.

No Estado de Minas Gerais está em vigência a Lei 17.727, de 13 de agosto de 2008, que dispõe sobre a concessão de incentivo financeiro a proprietários e posseiros rurais, sob a denominação de Bolsa Verde. Visa a concessão de incentivo financeiro a proprietários e posseiros rurais, para identificação, recuperação, preservação e conservação de áreas necessárias à proteção e à recarga de aquíferos, nos termos da legislação vigente. As fontes de recursos para o seu cumprimento são provenientes do FHIDRO – Fundo de recuperação de recursos hídricos, cobrança pelo uso da água e outros.



O programa tem como foco o levantamento de áreas potenciais e identificação de parcerias para implantação do programa; elaboração de diagnóstico socioambiental das áreas com cálculo da valoração econômica do serviço ambiental a ser pago; levantamento detalhado das propriedades rurais das áreas selecionadas; elaboração dos projetos específicos das unidades rurais que aderirem ao projeto; celebração dos contratos com definição de metas; implantação das ações de investimentos previstas (tais como, cercas, barraginhas, plantio de mudas); pagamento pelos serviços ambientais após verificação do cumprimento de metas; monitoramento dos resultados atingidos pelo programa na qualidade e quantidade da água.

Para este programa especificamente o CBH Doce, no processo de readequação do PAP, optou por realocar os recursos deste programa para outros prioritários. Inicialmente havia sido previsto o total de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) para o período de 2012 a 2015 para executar as ações de recuperação ambiental e pagamento por serviços ambientais em três mananciais de abastecimento de três municípios localizados um na parte alta, média e baixa da bacia do rio Doce. Depois da readequação do PAP, apenas o CBH Piracicaba optou por manter os recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos por parte do IGAM para este programa, totalizando 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos reais) para os anos de 2014 e 2015. Assim, todas as ações executadas pelo IBIO – AGB Doce foram ações realizadas na bacia do Rio Piracicaba com recursos da cobrança estadual.

3.1.2. Contratações e Resultados

- **Contrato 05/2014**

O objetivo da contratação é a elaborando um diagnóstico sócio ambiental na bacia a ser contemplada, bem como o cálculo de valoração econômica do serviço ambiental, a ser pago aos produtores rurais. Todo o programa foi desenvolvido na jurisdição do Comitê de Baía Hidrográfica do Rio Piracicaba, no município de Itabira, situado na bacia hidrográfica do Ribeirão Candidópolis, principal manancial da cidade e que vai se realizar o estudo socioambiental proposto. O referido manancial possui uma área correspondente a 3.172 ha (três mil cento e setenta e dois hectares) que sofreu com o uso predatório do solo, o que caracteriza o processo de ocupação de quase todo o território nacional, se reflete na pecuária extensiva pouco planejada, baseada na substituição da cobertura vegetal original por pastagens em áreas de relevo acidentado e de solos pouco resistentes a erosão. Como a contratação realizada tinha por objetivo o levantamento de informações na região de interesse e a elaboração de diagnóstico sobre a situação atual e as ações necessárias para minimizar os impactos negativos na região, a seguir são apresentadas sínteses das principais informações levantadas e dos resultados apresentados, que se encontram separados em capítulos.



Os relatórios gerados pelo trabalho se encontram disponíveis tanto no site do CBH Doce quanto no site do CBH Piracicaba.

Capítulo 1: Caracterização da Área de Estudo

- Histórico da ocupação, com suas origens;
- Perfil socioeconômico do município de Itabira
- Análise crítica e contextualizada da Legislação Ambiental Afeta à Área de Estudo
- Organizações sociais no município de Itabira, tais como: Sindicatos, Associações de Bairros/Culturais/Trabalhador, Cooperativas, Conselhos Municipais, Partidos e outros

Capítulo 2: Levantamento de Meio Físico da Bacia do Ribeirão Candidópolis

- Mapeamento dos solos: com trabalhos de campos, escritórios, análise de solos com estabelecimento das classes de solos utilizando os atributos de atividade de argila; saturação de bases; saturação de alumínio; mudança textural abrupta e agrupamento de classes texturais. Foram estudados o Relevo, Pedregosidade e Presença de Cascalhos.
- Descrição das Classes de Solos existentes na bacia do Ribeirão Candidópolis.
- Mapeamento de uso e cobertura do solo: Aspectos geomorfológicos da bacia do ribeirão Candidópolis; Susceptibilidade à erosão da bacia do ribeirão Candidópolis; Hipsometria, declividade, rede viária e hidrografia da bacia do ribeirão Candidópolis;

Capítulo 3: Levantamento do Meio Biótico, Mapeamento das Áreas Protegidas e Mapeamento dos Limites das Propriedades Rurais

- Meio Biótico: Aspectos regionais das espécies da Flora e Fauna; Análise integrada da Flora e Fauna da Bacia; Florestas, Brejos; Pastagens e Pastagens degradadas; Loteamentos de Propriedades Rurais; Reflorestamento; Agricultura
- Áreas Protegidas da bacia do ribeirão Candidópolis: Mapeamentos das Áreas de Preservação Permanentes (APP's) em suas diversas localizações; Topos de morros, margem curso d'água, declividade superior a 45º; Uso Consolidado, Área de Uso Restrito, Reserva Legal

Das espécies identificadas na bacia, três estão sob algum nível de ameaça sendo elas: a jaguatirica (*Leopardus pardalis*), o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*) e a lontra (*Lontra longicaudis*).

Foram mapeadas 97 nascentes na bacia do ribeirão Candidópolis (Figura 4), com base nas visitas de campo e interpretação da imagem de satélite. As APP's relativas às nascentes (com 50 metros de

raio) totalizaram uma área de 73,62 hectares, representando 2,18% da área total da bacia, sendo que apenas 19,9 ha (27%) das APP's em nascentes estão protegidos por mata natural. Pela análise visual do mapa, percebe-se que a maioria das nascentes não possui qualquer cobertura de mata natural em seu entorno. De maneira geral, as áreas legalmente protegidas na bacia do ribeirão Candidópolis encontram-se degradadas, sobretudo as APP's nas margens dos cursos d'água e nascentes. Dada a importância dessa bacia no abastecimento de água do município de Itabira, ações que objetivem a recuperação da mesma devem priorizar essas áreas.

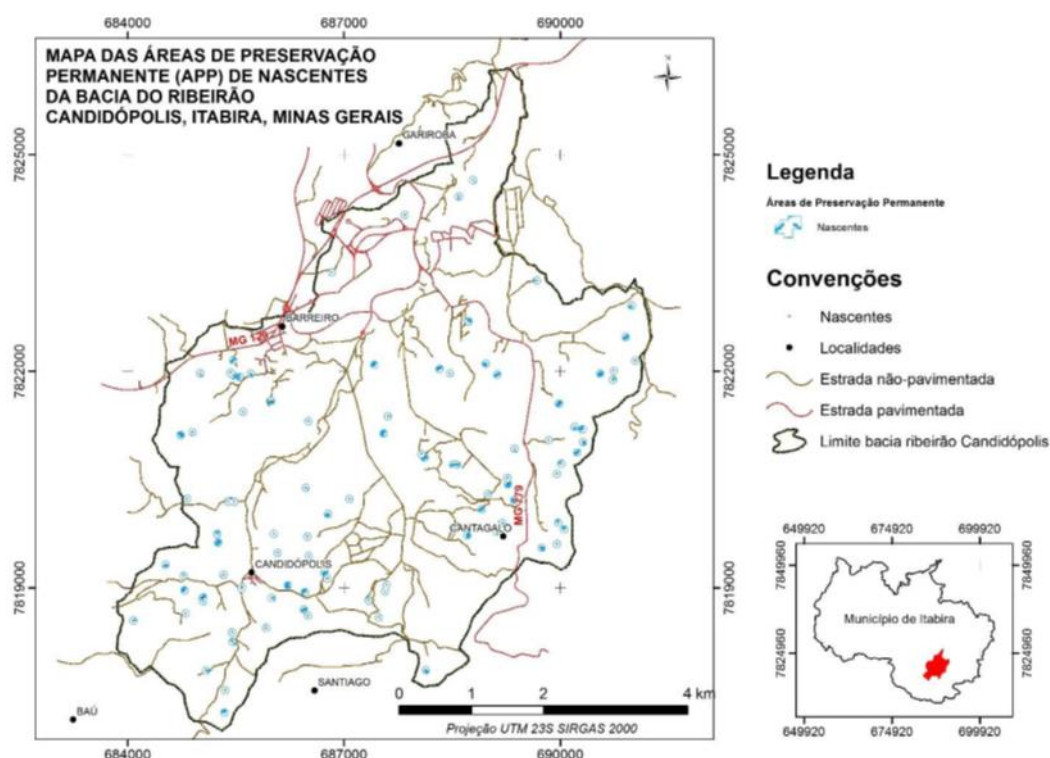


Figura 4 – Mapeamento das APPs da bacia do Ribeirão Candidópolis

Capítulo 4: Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Bacia do Ribeirão Candidópolis

Perfil socioeconômico da população identificada como residente na bacia do ribeirão Candidópolis: Caracterização dos imóveis rurais na bacia, da estrutura produtiva nos imóveis, caracterização ambiental de cada imóvel da bacia do ribeirão Candidópolis.

Capítulo 5: Saneamento Rural

- Inventário dos dados de serviço de Saneamento na bacia do ribeirão Candidópolis: Abastecimento de Água; Esgoto Sanitário; Resíduos Sólidos e Doenças de veiculação hídrica.

- Levantamento do déficit dos serviços e dos custos associados às obras de saneamento rural: Déficit de cada serviço sanitário; Técnicas recomendadas para a realidade da bacia do ribeirão Candidópolis; Sistemas de Abastecimentos, Sistemas de Tratamento de Esgoto e Resíduos Sólidos.
- Custos econômico-financeiros associados às obras

Capítulo 6: Ações de Conservação de Solo e Água e Cálculo da Valoração Econômica dos Serviços Ambientais

- Importância e impactos associados às atividades agrícolas
- Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA)
- Planejamento Conservacionista: Uso e manejo do solo conforme a sua capacidade; Práticas para o controle da erosão hídrica.
- Controle da erosão em estradas não pavimentadas: Modelos de estradas; determinação do escoamento superficial; Determinação da perda de solos no canal; Perda do solo provocado pelo escoamento; Espaçamento entre desaguadores e Determinação das dimensões das bacias de acumulação. Na Figura 5 estão ilustradas algumas regiões degradadas na bacia que foram fruto de levantamentos realizados na região.



Estradas não pavimentadas

Pastagem degradada

Figura 5 – Pontos de degradação identificados na bacia do Ribeirão Candidópolis

Modelo conceitual e metodologia proposta

A metodologia proposta para a bacia do Ribeirão Candidópolis incorpora o conceito de capacidade de uso do solo com o objetivo de racionalização do uso da terra. Partindo deste princípio não é



desejável a subutilização da capacidade de uso do solo, uma vez que, a demanda por produção de alimentos é crescente, nem tão pouco a superutilização da terra, pois deve-se fazer a exploração da terra de forma a minimizar a perda de solo, estando esta perda abaixo do limite tolerável, a fim de manter a capacidade produtiva do solo.

Neste caso, o produtor rural é considerado produtor de água e apto a receber o pagamento pelos serviços ambientais quando utiliza a sua propriedade em conformidade com a capacidade de uso e manejo do solo. Para participar do programa produtor de água, o imóvel rural deverá ser submetido:

- Possuir propriedade com área apta à atividade agrossilvipastoris superior a 2 ha;
- Estar em conformidade com o Código Florestal brasileiro;
- Avaliação da capacidade de uso e manejo do solo,
- Caracterização do uso atual do solo;
- Comparação entre o uso atual e a capacidade de uso do solo
- Índice para caracterização da adequação do uso e manejo do solo à sua capacidade
- Recuperação de pastagens degradadas e mudança de uso do solo
- Adequação de estradas
- Práticas mecânicas de controle de erosão em áreas agriculturas
- Saneamento Rural
- Pagamento por serviços ambientais

São propostos dois pagamentos:

- Pagamento para adequação à capacidade de uso e manejo do solo, bem como para adequação das estradas não pavimentadas
- Pagamento pelos serviços prestados

Como um primeiro aspecto a ser considerado no que diz respeito ao pagamento pelos serviços ambientais prestados e que se diferencia em relação a outros projetos é que a metodologia proposta não abstrai do produtor uma exploração econômica da sua propriedade, uma vez que, **respeitada a capacidade de uso e manejo do solo**, o produtor poderá receber o pagamento pelos serviços ambientais prestados. A proposta para o pagamento por serviços ambientais será estimada pela equação:



$$PSA (R\$ ha^{-1}ano^{-1}) = \left(\frac{1}{y A_B} \right) \left(\frac{x}{100} V_{AC} + V_{FE} \right) 100$$

em que:

PSA (R\$ ha⁻¹ano⁻¹) = pagamento anual por hectare pelos serviços ambientais prestados R\$ ha⁻¹ano⁻¹;
y = porcentagem da área da bacia do Rio Doce contemplada com o programa de pagamento pelos serviços ambientais, %;

A_B = área da bacia do Rio Doce, ha;

x = porcentagem dos valores arrecadados com a cobrança de recursos hídricos na bacia do Rio Doce, destinado ao programa de pagamento pelos serviços ambientais, %;

V_{AC} = valor anual arrecadado na bacia pela cobrança pelo uso dos recursos hídricos, R\$ ano⁻¹;

V_{FE} = valor anual arrecadado de fonte externas para o pagamento pelos serviços ambientais, R\$ ano⁻¹.

Adequações Ambientais necessárias e cálculo de valoração por imóvel rural e para toda a bacia do ribeirão Candidópolis.

Para todos os imóveis rurais na bacia do ribeirão Candidópolis, foi apresentada a situação ambiental de todas as propriedades rurais dentro da bacia, e todas as adequações necessárias para se tornar um produtor rural, com estimativa de custos de cada atividade a ser desenvolvida dentro do imóvel rural. As etapas estão relacionadas à a) adequação ao Código florestal; b) recuperação de pastagens degradadas; c) adequação ao uso; d) adequação de estradas não pavimentadas; e e) adequação do esgotamento sanitário.

Estimativa de custo para toda a bacia

O custo de recuperação para toda bacia do ribeirão Candidópolis foi estimado para três cenários. O primeiro considerou o custo relativo à recuperação de pastagens degradadas e mudança de uso do solo, assim como custo associado à adequação das estradas não pavimentadas. O custo estimado para o primeiro cenário (Tabela 8):

Tabela 8 – Cenário 01 para recuperação da bacia do Ribeirão Candidópolis

Recuperação Pastagem (R\$)	Mudança de uso (R\$)	Adequação estradas (R\$)	Esgotamento Sanitário (R\$)	Custo Total (R\$)
796.674,23	83.127,89	136.331,17	214.000,00	1.230.133,31

O segundo cenário considerou, além das atividades apresentadas no Cenário 01, o reflorestamento de APPs e RL. O custo estimado para o segundo cenário é (Tabela 9):



Tabela 9 - Cenário 02 para recuperação da bacia do Ribeirão Candidópolis

Reflorestar APP e RL (R\$)	Recuperação Pastagem (R\$)	Mudança de uso (R\$)	Adequação estradas (R\$)	Esgotamento Sanitário (R\$)	Custo Total (R\$)
1.267.938,28	796.674,23	83.127,89	136.331,17	214.000,00	2.498.071,59

O terceiro cenário considerou, além das atividades apresentadas no cenário 2, o cercamento de áreas florestadas. O custo estimado para o terceiro cenário é (Tabela 10):

Tabela 10 - Cenário 03 para recuperação da bacia do Ribeirão Candidópolis

Reflorestar APP e RL (R\$)	Cercamento em áreas florestadas (R\$)	Recuperar Pastagem (R\$)	Mudança de uso (R\$)	Adequação estradas (R\$)	Esgotamento sanitário (R\$)	Custo Total (R\$)
1267938,28	4373665,25	796674,23	83127,89	136331,17	214000,00	6.871.736,84*

* Sendo que R\$ 4.373.665,25 correspondem somente ao cercamento, ou seja, 63,6%.

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Quantidade de Água – Balanços Hídricos

Subprograma: Programa Produtor de Água – P24

Objeto: Realização de estudos e serviços para atendimento ao Programa de Produtor de Água (P24): elaborando um diagnóstico sócio ambiental na Bacia a ser contemplada, bem como o cálculo de valoração econômica do serviço ambiental, a ser pago aos produtores rurais.

Valor da Ação: R\$ 730.535,65 (setecentos e trinta mil quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta e cinco centavos)

Recursos Orçamentários: As despesas decorrentes desta contratação foram pagas com recursos do Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2011.

Modalidade de Aplicação: Indireta

Tomador dos Recursos: Fundação Arthur Bernardes – FUNARBE

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P24 - Programa Produtor de Água

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Contratação	2 meses	10 meses
Realização da Licitação	45 dias	7 meses
Início das Atividades	2 meses	10 meses
Entrega dos Produtos	9 meses	10 meses



Cronograma Físico-Financeiro:

ETAPAS	2013				2014												Total
	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Elaboração do Ato Convocatório																	
Processo de Seleção																	
Assinatura do Contrato																	
Valor do Contrato (mil R\$)																	730,54
Desembolso do Contrato (mil R\$)									219,16		146,11	146,11			109,58	109,58	730,54
% de desembolso acumulado							0%	0%	30%	30%	50%	70%	70%	70%	85%	100%	100%

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:

O contrato de nº 05/2014 foi assinado no dia 20 de fevereiro de 2014 com prazo de 09 (nove) meses, ao iniciar os serviços do diagnóstico sócio ambiental das propriedades residentes na Bacia do Ribeirão Candidópolis, bem como o cálculo da valoração dos serviços de pagamento ambiental, tivemos alguns imprevistos que não estavam previstos, tais como:

- Dificuldade de recebimento de informações dos proprietários de imóveis residentes na Bacia, onde foi necessário realizar um grande encontro, com várias instituições atuantes no município para obtenção dos dados.
- O fato de alguns proprietários de imóveis na Bacia residir em outros municípios, utilizando o imóvel rural apenas para lazer.
- No período de chuvas, as estradas vicinais de acesso aos imóveis da Bacia, ficaram intransitadas, impedindo o acesso, deste modo atrasando o cronograma previsto para execução do Programa.
- Grande aceitação dos proprietários dos imóveis, onde foram realizadas 203 visitas às residentes da Bacia, onde foram levantados todos os dados de cada imóvel, bem como a sua condição atual e restaurações necessárias para serem incluídos no Programa. Para cada imóvel foi feito o seu georeferenciamento, com mapas de uso do solo; áreas degradadas; áreas de reserva legal, preservação permanente e esgotamento sanitário.
- Cálculo de todos os custos de restaurações, individualizados por imóvel e total de toda Bacia.

Considerando os acontecimentos acima e por se tratar de um diagnóstico inovador para efetivar o pagamento por serviço ambiental, e ser um Programa de preservação da Bacia cujas águas caracterizam como manancial de abastecimento público do município de Itabira-MG justificou-se o aditamento do contrato em mais 01 (um) mês, sendo o início de vigência em 21/11/2014 e término em 20/12/2014.



Observações:

O certame marcado para o dia 21/01/2014 contou somente com a participação de uma concorrente, Fundação Arthur Bernardes – FUNARBE, a qual teve sua proposta técnica desclassificada por não apresentar documentação para comprovação da experiência dos Especialistas, conforme exigências do Ato Convocatório, pois que somente apresentou o currículo lattes dos componentes de equipe técnica sem a devida documentação comprobatória dos dados constantes dos respectivos currículos. A Comissão de Licitação e Contratos, diante da desclassificação da única concorrente presente ao certame, e privilegiando o interesse público na contratação do objeto, decidiu por conceder o prazo de 08 (oito) dias úteis para que a concorrente apresentasse nova documentação escoimadas das causas que a desclassificou, com base na utilização, subsidiária, das disposições do artigo 48, §3º da Lei Federal nº 8.666/93 – Lei de Licitações, pois que a Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 1.044/2009 é omissa sobre tal procedimento. Atendendo a determinação da Comissão de Licitação e Contratos, a concorrente protocolou na sede do IBIO – AGB Doce, no dia 31/01/2014, a documentação complementar relativamente à capacidade técnica de sua Equipe Chave. A referida documentação foi analisada na sessão do dia 05/02/2014, quando foi concluído pela validade e eficácia dos documentos apresentados.

3.1.3. Plano de Aplicação Plurianual – PAP

As ações e desembolso previstos para 2014 foram realizadas no tempo planejado. Apesar da necessidade de se aditivar o contrato em alguns dias, a execução e desembolso foram todos realizados ainda no exercício de 2014. A diferença entre o valor previsto no PAP e o realizado foi em decorrência do valor ofertado pela empresa vencedora do certame ter sido um pouco abaixo do valor de referência para o Ato Convocatório em questão.

Houve atraso para finalização do relatório final e sua apresentação, devido ao grande número de informações geradas na bacia e dificuldade inicial de levantamento de dados juntos aos moradores da bacia, por isto foi necessário fazer um termo aditivo de 30 (trinta) dias, para a apresentação do relatório final. Na Tabela 11 está a comparação entre o previsto no PAP e o realizado pelo IBIO – AGB Doce.

Tabela 11 - Recursos repassados pelo IGAM alocado ao P24

Recursos Repassados pela IGAM	2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	Total (mil R\$)
Programa Produtor de Água (P24) - UGRH02 Piracicaba					
Investimento Previsto no PAP	0	0	1.000	1.400	2.400
Investimento Realizado	0	0	621	-	621



3.1.4. Principais Deficiências e Dificuldades

Para o planejamento conservacionista de uma bacia hidrográfica, deve-se conhecer os recursos existentes na microbacia, como: tipos de solo, uso anterior e atual da terra, tipos de manejo utilizados, intensidade de uso de insumos, práticas de conservação de solos empregada, relações entre trabalho e mão-de-obra, infra-estrutura de transporte, principais problemas enfrentados pelos agricultores etc. Este estudo permitiu realizar todas as informações necessárias e ainda nos mostrar o cálculo da valoração econômica a ser pago a produtores participantes do programa, produtor de água. Neste próximo passo, com base nos aspectos técnicos e socioeconômicos e com nível de exequibilidade o mais próximo possível do real, que deverá ser apresentado e discutido com os moradores da microbacia, comissões municipais e regionais de conservação de solo e água, estabelecendo prioridades municipais e regionais externas à bacia. Esta participação ativa da sociedade local é um dos maiores desafios para implementação do programa. Trazer toda a sociedade para participação das tomadas de decisões sobre a bacia do ribeirão Candidópolis, bacia do Rio Piracicaba e bacia do Rio Doce é um desafio a ser superado pelos CBHs Doce, do Piracicaba e do Santo Antônio em parceria com o IBIO – AGB Doce.

Além disto, como os valores alocados no PAP para implementação deste programa não são suficientes para executar todas as ações de recuperação sugeridas e ainda realizar o pagamento pelos serviços ambientais, torna-se fundamental o trabalho de articulação com possíveis parceiros no aporte financeiro para suprir a demanda financeira do programa. A dependência de fontes de recursos externos para viabilização do programa é um desafio para todos os envolvidos.

Com relação ao previsto no PIRH, entendemos que ao fazer referências às diversas políticas públicas estaduais que estão relacionadas ao Pagamento por Serviços Ambientais, não ficou evidenciado quais seriam as formas de implementar as ações do PIRH em sintonia com tais políticas. No PIRH estão descritas metodologia para se implementar um programa na área de recuperação ambiental associado ao pagamento por serviços ambientais, mas esta metodologia não leva em consideração as políticas estaduais na mesma área.



4. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO

4.1. Programa Universalização do Saneamento (P41)

4.1.1. Descrição

Segundo o Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH-Doce), na situação atual, a bacia apresenta municípios com cobertura de abastecimento público de água e de coleta, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos abaixo das médias estaduais. O prognóstico realizado no PIRH-Doce indica altos índices de DBO, com prejuízo para a qualidade da água e restrição ao enquadramento, além da existência de doenças de veiculação hídrica. Quanto à drenagem urbana, a deficiência das estruturas e projetos é frequente nas cidades brasileiras.

A universalização do acesso ao saneamento básico, com quantidade, igualdade, continuidade e controle social é um desafio que o poder público municipal, como titular destes serviços, deve encarar como um dos mais significativos. Nesse sentido, o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) se constitui em importante ferramenta de planejamento e gestão para alcançar a melhoria das condições sanitárias e ambientais do município e, conseqüentemente, da qualidade de vida da população.

A Lei Federal nº 11.445 de 2007 dispõe sobre a necessidade da elaboração dos PMSB de forma a garantir à população o acesso global ao saneamento básico, através da constituição de diretrizes e propostas para abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas superficiais e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

O PMSB é assim, o instrumento da Política de Saneamento Básico do município onde são definidos os objetivos e metas, as prioridades de investimentos, a forma de regulação da prestação dos serviços, os aspectos econômicos e sociais, os aspectos técnicos e a forma de participação e controle social, de modo a orientar a atuação dos prestadores de serviços, dos titulares e da sociedade.

O Programa de Universalização do Saneamento contempla o apoio à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB); a elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água; a elaboração de projetos para sistemas de destinação final adequada de resíduos sólidos (aterros/unidades de triagem e compostagem); e a elaboração de estudos de alternativas de drenagem urbana para cidades com mais de 5 mil habitantes.

Com a alteração do PAP, os recursos arrecadados da União para o Programa de Universalização do Saneamento (P41) serão distribuídos nas nove unidades de gestão da bacia de acordo com a necessidade das mesmas, visando o apoio na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) para todos os municípios elegíveis e que manifestarem interesse na bacia. Para os Planos



Municipais de Saneamento Básico (PMSB) foram considerados elegíveis aqueles municípios que ainda não possuem Planos ou não dispõem de recursos para sua elaboração. Em consonância com o PAP, a hierarquização dos municípios em cada unidade de gestão adota os seguintes critérios:

- IDH-M 2000 inferior a 0,650;
- Índice de internações por doenças de veiculação hídrica superior à média do estado em Minas Gerais e mortalidade proporcional por doenças infecciosas e parasitárias superior à média do estado no Espírito Santo (FJP/IMRS e Cadernos de Informações de Saúde do Espírito Santo);
- Índice de cobertura urbana de abastecimento de água inferior à média dos estados de MG e ES;
- Índice de cobertura urbana de esgotamento sanitário inferior à média dos estados de MG e ES;
- Índice de cobertura de coleta urbana de resíduos sólidos inferior à média dos estados de MG e ES;
- Ocorrência de inundações e/ou alagamentos na área urbana nos últimos 5 anos (PNSB 2008).

A principal fonte dos dados de saneamento consiste no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) e, quando não disponíveis, nas informações do PIRH. Dada a defasagem dos referidos dados, variando de 2005 a 2010, foi considerado o indicador do IBGE "Domicílios urbanos com saneamento adequado" para todos os municípios, com base no Censo Demográfico de 2010.

Também foram priorizados aqueles municípios que assinaram o Termo de Manifestação de Interesse e preencheram o respectivo Formulário de Informações Básicas do Município no prazo constante do Edital de Chamamento Público lançado em cada unidade de gestão de recursos hídricos (UGRH).

Cabe ainda ressaltar que a Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, determina para 2014, a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) pelos municípios brasileiros. Uma vez atendidas as solicitações da referida Lei e do Decreto nº 7.404/2010 que a regulamenta, o PGIRS pode ser incorporado ao PMSB. Dessa forma, esclarecemos que o conteúdo da Infraestrutura de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos dos PMSB's a serem contratados pelo IBIO - AGB Doce na bacia hidrográfica do rio Doce irá contemplar o conteúdo mínimo do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, de acordo com as determinações legais.



4.1.2. Contratações e Resultados

Principais Resultados:

Todas as contratações deste programa estão relacionadas a elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico dos municípios a serem contemplados. Para as contratações das empresas responsáveis pela elaboração dos PMSB, o IBIO – AGB Doce agrupou os municípios a serem contemplados para tornar as contratações mais atrativas para as empresas interessadas e para tornar mais eficiente o processo de gerenciamento destas contratações por parte do IBIO – AGB Doce. A Tabela 12 a seguir sintetiza os produtos que foram entregues por cada município, bem como as audiências públicas realizadas. As células marcadas correspondem aos produtos entregues (versão final impressa e CD) e audiências realizadas. Os produtos ainda não entregues podem estar em fase de elaboração por parte das empresas contratadas, em fase de validação por parte do IBIO – AGB Doce ou do município, ou em fase de readequação para atender aos apontamentos feitos no processo de validação dos produtos.

Tabela 12 – Produtos do PMSB entregues em cada município da bacia.

Contrato	Município	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	Audiência Pública
26/2013	Mariana									
27/2013	Brás Pires, Lamim, Porto Firme, Presidente Bernardes, Rio Espera, Santana dos Montes, Senador Firmino e Senhora de Oliveira									
22/2013	Coronel Fabriciano									
	Timóteo									
23/2013	Antônio Dias, Bela Vista de Minas, Jaguaraçu, Marliéria, Nova Era e Rio Piracicaba									
20/2013	Barão de Cocais, Catas Altas e Santa Bárbara									
21/2013	Itabira									
	Bom Jesus do Amparo									
28/2013	Cajuri, Canaã, Coimbra, Ervália, Paula Cândido, Pedra do Anta, São Miguel do Anta e Teixeiras									
29/2013	Barra Longa, Guaraciaba, Jequeri Oratórios, Rio Doce, Santo Antônio do Gramma, Sem Peixe e Urucânia									
30/2013	Abre Campo, Caputira, Pedra Bonita, Raul Soares, Santa Margarida, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Sericita e Vermelho Novo									
22/2013	Catas Altas da Noruega e Rio Casca									
02/2014	Chalé, Durandé, Luisburgo, Manhuaçu, Martins Soares, Reduto, São José do Mantimento e Simonésia									



A seguir são apresentadas as informações relacionadas à execução de cada um dos contratos assinados no âmbito do programa P41.

- **Contrato 20/2013**

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Universalização do Saneamento

Subprograma: Programa de Universalização do Saneamento - P41 – CBH Piracicaba

Objeto: Prestação de serviços de Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) dos municípios de Barão de Cocais, Catas Altas e Santa Bárbara.

Valor da Ação: R\$ 589.000,00 (quinhentos e oitenta e nove mil reais)

Recursos Orçamentários: As despesas decorrentes desta contratação foram pagas com recursos do Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011 e do Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2011.

Modalidade de Aplicação: Indireta

Tomador dos Recursos: Engecorps Engenharia SA

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P41 – CBH Piracicaba

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos ²	Prazos Realizados
Contratação	2 meses	3 meses
Realização da Licitação	45 dias	2 meses
Início das Atividades	2 meses	3 meses
Entrega dos Produtos	10 meses	Em andamento (Concluído 90%)

² Considera-se prazo tanto previsto como realizado para contratação, para licitação e início das atividades a partir do surgimento da demanda ou início da elaboração da documentação. Considera-se prazo para entrega dos produtos a partir da data de assinatura do Contrato.



Cronograma Físico-Financeiro:

ETAPAS	2013												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Elaboração do Ato Convocatório													
Processo de Seleção													
Assinatura do Contrato													
Valor do Contrato (mil R\$)													589,00
Desembolso do Contrato (mil R\$)												58,90	58,90
% de desembolso acumulado												10%	10%

ETAPAS	2014												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Elaboração do Ato Convocatório													
Processo de Seleção													
Assinatura do Contrato													
Valor do Contrato (mil R\$)													589,00
Desembolso do Contrato (mil R\$)						44,18	58,9	58,9			309,23		530,10
% de desembolso acumulado	10%	10%	10%	10%	10%	18%	28%	38%	38%	38%	90%	90%	90%

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:

Conforme previsto na cláusula sétima do Contrato nº 020/2013, o prazo de duração é de 10 (dez) meses com vigência a partir da data de sua assinatura e publicação no endereço eletrônico do IBIO - AGB Doce, podendo ser prorrogado desde que o seja justificadamente e adequado o Plano de Trabalho, ou para atender excepcionalidades, como a ocorrência de casos fortuitos e de força maior, ou de suspensões temporárias durante sua execução.

Durante a execução do contrato, verificou-se a necessidade de prorrogação por três vezes (06/09/2014; 30/11/2014; 28/02/2015). Tais prorrogações foram necessárias ao correto desenvolvimento dos trabalhos e considerando:

- O prazo inicial de 10 (dez) meses encerrou-se em 05 de julho de 2014;
- A Ordem de Serviço foi protocolada no dia 01/10/2013, ou seja, quase um mês após a assinatura do contrato;
- Logo no início dos trabalhos de elaboração dos PMSBs e devido à complexidade dos serviços ora contratados, foi verificada a necessidade de acompanhamento técnico especializado dos produtos entregues pela contratada. Tal necessidade desencadeou uma série de eventos, conforme descrito abaixo:



- Consulta à Agência Nacional de Águas sobre a possibilidade de contratação de profissionais com recursos provenientes dos 92,5% (investimentos) da cobrança, com o objetivo de análise e validação dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), considerando a limitação de pessoal do IBIO - AGB Doce ocasionada pelos escassos recursos provenientes dos 7,5% (custeio) da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia do rio Doce. Essa consulta foi realizada por meio do Ofício IBIO - AGB Doce nº 121/2014, datado de 18/02/2014;
- Resposta favorável da ANA ao Ofício IBIO - AGB Doce nº 121/2014, conforme Ofício nº 209/2014/SAF-ANA recebido pelo IBIO no dia 11/03/2014;
- Preparação do Ato Convocatório para contratação de profissionais autônomos para prestação de serviços de assessoria técnica especializada presencial para análise e validação dos PMSBs, ressaltando que este tipo de Ato Convocatório ainda não havia sido feito pelo IBIO - AGB Doce;
- Publicação do Ato Convocatório nº 07/2014 – Lote 03, em 27/03/2014, para contratação de serviços de assessoria técnica especializada presencial para análise e validação dos PMSBs;
- Em 09/04/2014 o IBIO - AGB Doce publicou comunicado sobre a suspensão do Ato Convocatório nº 07/2014 para retificações que se fizerem necessárias;
- Publicação do novo Ato Convocatório nº 07/2014 – Lote 03, em 28/04/2014, para contratação de serviços de assessoria técnica especializada presencial para análise e validação dos PMSBs;
- Assinatura do Contrato nº 06/2014 entre a profissional vencedora do certame Telma Procópio Guerra, em 20/05/2014, data em que os serviços foram iniciados;
- Como só foi possível a contratação do profissional autônomo para prestação de serviços de assessoria técnica especializada presencial para análise e validação dos PMSBs em 20/05/2014, o mesmo iniciou suas atividades com um acúmulo de produtos já entregues pela contratada para elaboração dos PMSBs, o que ocasionou atrasos na prestação dos serviços pelo profissional.
- Para a correta análise e validação dos PMSBs é necessário que o profissional autônomo se reúna com os Comitês Executivo e de Coordenação de cada município, mas conforme o acúmulo de produtos para verificação, houve também dificuldades por parte dos municípios na marcação e realização das reuniões.
- Com a realização das Audiências Públicas nos meses de setembro e outubro/2014, foi necessário mais prazo para análise e inserção das contribuições referentes às audiências públicas, visando a entrega final do Produto 8;



- O ano de 2014 foi marcado por eventos de grande importância, como as eleições Presidenciais e a Copa do Mundo de Futebol, que de certa maneira ocuparam a agenda dos municípios, comprometendo o cumprimento dos eventos previstos no PMSB;
- A grande maioria dos municípios não possuem corpo técnico qualificado e com a dedicação necessária para acompanhamento das atividades previstas durante a elaboração do PMSB, principalmente em relação à análise e validação dos produtos entregues pela contratada, comprometendo o cronograma inicialmente pactuado;
- Os municípios verificaram, devido aos motivos apresentados acima, a necessidade de mais prazo para análise e validação dos produtos.
- Não houve acréscimo de valor com a prorrogação do prazo do contrato.

Observações:

Nos pagamentos realizados até o momento, foram utilizados recursos repassados pelo IGAM oriundos da cobrança pelo uso da água nos CBHs estaduais.

• **Contrato 21/2013**

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Universalização do Saneamento

Subprograma: P41 – CBH Piracicaba

Objeto: Prestação de serviços de Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) dos municípios de Bom Jesus do Amparo e Itabira.

Valor da Ação: R\$ 627.000,00 (seiscentos e vinte e sete mil reais)

Recursos Orçamentários: As despesas decorrentes desta contratação foram pagas com recursos do Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011 e do Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2011.

Modalidade de Aplicação: Indireta

Tomador dos Recursos: Engecorps Engenharia SA

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P41– CBH Piracicaba



Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Contratação	2 meses	3 meses
Realização da Licitação	45 dias	2 meses
Início das Atividades	2 meses	3 meses
Entrega dos Produtos	10 meses	Em andamento (Concluído 41%)

Cronograma Físico-Financeiro:

ETAPAS	2013												Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Elaboração do Ato Convocatório													
Processo de Seleção													
Assinatura do Contrato													
Valor do Contrato (mil R\$)													627,00
Desembolso do Contrato (mil R\$)												62,70	62,70
% de desembolso acumulado												10%	10%

ETAPAS	2014												Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Elaboração do Ato Convocatório													
Processo de Seleção													
Assinatura do Contrato													
Valor do Contrato (mil R\$)													627,00
Desembolso do Contrato (mil R\$)						47,03	62,70	15,20				72,20	259,83
% de desembolso acumulado	10%	10%	10%	10%	10%	18%	28%	30%	30%	30%	30%	41%	41%

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:

Houve prorrogação deste contrato por três vezes (06/09/2014; 30/11/2014; 31/05/2015). Tais prorrogações foram necessárias ao correto desenvolvimento dos trabalhos. A justificativa para as prorrogações são as mesmas citadas no Contrato 20/2013, considerando as seguintes particularidades:

- O prazo inicial de 10 (dez) meses encerrou-se em 05 de julho de 2014;
- No caso específico de Itabira, houve considerável atraso no retorno, mediante parecer, por parte dos Comitês Executivo e de Coordenação, sobre os produtos entregues pela Contratada;



- Ficou acordada entre o município de Itabira e a contratada, a realização de mais visitas a campo, o que demandou uma dilatação no cronograma;
- Com essas visitas, houve a necessidade de mais prazo para adequações, por parte da empresa, referentes aos produtos do PMSB de Itabira.
- Não houve acréscimo de valor com a prorrogação do prazo do contrato.

Observações:

Nos pagamentos realizados até o momento, foram utilizados recursos repassados pelo IGAM oriundos da cobrança pelo uso da água nos CBHs estaduais.

• **Contrato 22/2013**

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Universalização do Saneamento

Subprograma: P41 – CBH Piracicaba

Objeto: Prestação de serviços de Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) dos municípios de Coronel Fabriciano e Timóteo.

Valor da Ação: R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais)

Recursos Orçamentários: As despesas decorrentes desta contratação foram pagas com recursos do Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011 e do Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2011.

Modalidade de Aplicação: Indireta

Tomador dos Recursos: Engecorps Engenharia SA

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P41 – CBH Piracicaba

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Contratação	2 meses	3 meses
Realização da Licitação	45 dias	2 meses
Início das Atividades	2 meses	3 meses
Entrega dos Produtos	10 meses	Em andamento (Concluído 28%)



Cronograma Físico-Financeiro:

ETAPAS	2013						2014													
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	
Elaboração do Ato Convocatório																				
Processo de Seleção																				
Assinatura do Contrato																				
Valor do Contrato (mil R\$)						950,00														950,00
Desembolso do Contrato (mil R\$)							95,00	95,00	71,25											261,25
% de desembolso acumulado							0%	10%	20%	28%	28%	28%	28%	28%	28%	28%	28%	28%	28%	28%

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:

Houve prorrogação deste contrato por duas vezes (31/12/2014; 30/06/2015). Tais prorrogações foram necessárias ao correto desenvolvimento dos trabalhos. A justificativa para as prorrogações são as mesmas citadas no Contrato 20/2013. Não houve acréscimo de valor com a prorrogação do prazo do contrato.

Observações:

Nos pagamentos realizados até o momento, foram utilizados recursos repassados pelo IGAM oriundos da cobrança pelo uso da água nos CBHs estaduais.

• Contrato 23/2013

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Universalização do Saneamento

Subprograma: P41 – CBH Piracicaba

Objeto: Prestação de serviços de Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) dos municípios de Antônio Dias, Bela Vista de Minas, Jaguaraçu, Marliéria, Nova Era e Rio Piracicaba.

Valor da Ação: R\$ 855.000,00 (oitocentos e cinquenta e cinco mil reais)

Recursos Orçamentários: As despesas decorrentes desta contratação foram pagas com recursos do Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011 e do Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2011.

Modalidade de Aplicação: Indireta

Tomador dos Recursos: Engecorps Engenharia SA

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P41 – CBH Piracicaba



Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Contratação	2 meses	2 meses
Realização da Licitação	45 dias	1 mês
Início das Atividades	2 meses	2 meses
Entrega dos Produtos	10 meses	Em andamento (Concluído 38%)

Cronograma Físico-Financeiro:

ETAPAS	2013						2014													
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	
Elaboração do Ato Convocatório																				
Processo de Seleção																				
Assinatura do Contrato																				
Valor do Contrato (mil R\$)						855,00														855,00
Desembolso do Contrato (mil R\$)							85,50	85,50	64,13				85,50							320,63
% de desembolso acumulado							0%	10%	20%	28%	28%	28%	38%	38%	38%	38%	38%	38%	38%	38%

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:

Houve prorrogação deste contrato por duas vezes (31/12/2014; 31/03/2015). Tais prorrogações foram necessárias ao correto desenvolvimento dos trabalhos. A justificativa para as prorrogações são as mesmas citadas no Contrato 20/2013. Não houve acréscimo de valor com a prorrogação do prazo do contrato.

Observações:

Nos pagamentos realizados até o momento, foram utilizados recursos repassados pelo IGAM oriundos da cobrança pelo uso da água nos CBHs estaduais.

- **Contrato 06/2014**

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Universalização do Saneamento

Subprograma: P41 – CBH Piracicaba

Objeto: Prestação de serviços de assessoria técnica especializada presencial, análise e validação dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) dos seguintes Municípios, componentes da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba – UGRH 2 PIRACICABA:



Relatório de Gestão do Exercício de 2014 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

- Ato Convocatório nº 07/2013, contemplando os seguintes Municípios: Barão de Cocais, Catas Altas, Santa Bárbara.
- Ato Convocatório nº 08/2013, contemplando os seguintes Municípios: Bom Jesus do Amparo e Itabira.
- Ato Convocatório nº 16/2013, contemplando os seguintes Municípios: Coronel Fabriciano e Timóteo.
- Ato Convocatório nº 17/2013, contemplando os seguintes Municípios: Antônio Dias, Bela Vista de Minas, Jaguaráçu, Marliéria, Nova Era e Rio Piracicaba.

Valor da Ação: R\$ 53.500,00 (cinquenta e três mil e quinhentos reais)

Recursos Orçamentários: As despesas decorrentes desta contratação foram pagas com recursos do Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011.

Modalidade de Aplicação: Indireta

Tomador dos Recursos: Telma Procópio Guerra

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P41 – CBH Piracicaba

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Contratação	2 meses	2 meses
Realização da Licitação	45 dias	2 meses
Início das Atividades	2 meses	2 meses
Entrega dos Produtos	12 meses	Em andamento (Concluído 31%)

Cronograma Físico-Financeiro:

ETAPAS	2014												Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Elaboração do Ato Convocatório													
Processo de Seleção													
Assinatura do Contrato													
Valor do Contrato (mil R\$)													53,50
Desembolso do Contrato (mil R\$)											16,57		16,57
% de desembolso acumulado						0%	0%	0%	0%	0%	31%	31%	31%

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não se aplica.



4.1.3. Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Alguns fatos ocorridos no final de 2013 e em 2014 prejudicaram a estratégia inicialmente planejada pelo IBIO – AGB Doce para contratação dos PMBS para a bacia, o que conseqüentemente impactou o desembolso previsto para o ano de 2014, a saber:

- Atos Convocatórios desertos ou frustrados, referentes aos PMSBs dos municípios das UGRHs 3 Santo Antônio, 4 Suaçuí e 6 Manhuaçu (Lote 2), publicados e com os certames programados para o final do exercício de 2013 para 2014;
- Início do processo de discussão para alteração do PAP, realizado durante os três primeiros trimestres de 2014. Tal discussão resultou, dentre outras alterações, na priorização do apoio na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico para todos os municípios interessados. Durante o processo de discussão, o IBIO – AGB Doce veio acompanhando esta etapa aguardando por definições dos CBHs para o novo PAP para que pudesse traçar a nova estratégia de execução deste programa, o que comprometeu um pouco o andamento das contratações;
- Como o IBIO - AGB Doce já havia contratado e estava acompanhando a elaboração de 57 PMSBs, ficou evidenciada a falta de condições de pessoal para o adequado acompanhamento da elaboração destes PMSBs. Como estratégia para solucionar o problema, elaboramos consulta à ANA sobre a possibilidade de contratação de consultores autônomos com recursos da parcela referente aos investimentos (92,5 % da cobrança) para apoiar o IBIO – AGB Doce na validação técnica dos produtos entregues pelas empresas contratadas;
- Com a aprovação da ANA para contratação dos consultores, deu-se início ao processo de preparação dos Ato Convocatórios e Termos de Referências;
- Foi verificada a necessidade de adequações no Termo de Referência para elaboração do PMSB, detalhando as ações da contratada durante as etapas do trabalho, principalmente sobre os eventos que serão realizados no município;
- Necessidade de realização de aditivo no Termo de Compromisso assinado pelo Prefeito, incluindo, dentre outros, a obrigação do município em analisar os produtos entregues pela contratada, com a devida brevidade, considerando os prazos contratuais.

Portanto, considerando os motivos apresentados acima, não foi possível o desembolso a contento conforme previsto no PAP-Doce, principalmente nas bacias dos rios Santo Antônio, Suaçuí e Caratinga. Enfatizamos que o ano de 2014 foi de preparação, aprendizado e adequações, e que, conforme os Atos Convocatórios já publicados, contratos e assinados, para o ano de 2015 esperamos realizar a contratação, execução e acompanhamento dos PMSB de um número significativo de



municípios na bacia, o que terá impacto direto sobre o desembolso realizado. Na Tabela 13 está a comparação entre o previsto no PAP e o realizado pelo IBIO – AGB Doce.

Tabela 13 - Recursos repassados pelo IGAM alocado ao P41

Recursos Repassados pela IGAM	2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	Total (mil R\$)
Programa de Universalização do Saneamento (P41) - UGRH01 Piranga					
Investimento Previsto no PAP	0	5	2300	5400	7705
Investimento Realizado	0	5	2701	-	2706
Programa de Universalização do Saneamento (P41) - UGRH02 Piracicaba					
Investimento Previsto no PAP	0	164	5500	4000	9664
Investimento Realizado	0	164	1116	-	1280
Programa de Universalização do Saneamento (P41) - UGRH03 Santo Antônio					
Investimento Previsto no PAP	0	1	500	2500	3001
Investimento Realizado	0	1	0	-	1
Programa de Universalização do Saneamento (P41) - UGRH04 Suaçuí					
Investimento Previsto no PAP	0	0	500	1200	1700
Investimento Realizado	0	0	0	-	0
Programa de Universalização do Saneamento (P41) - UGRH05 Caratinga					
Investimento Previsto no PAP	0	0	500	1500	2000
Investimento Realizado	0	0	0	-	0
Programa de Universalização do Saneamento (P41) - UGRH06 Manhuaçu					
Investimento Previsto no PAP	0	1	500	1500	2001
Investimento Realizado	0	1	563	-	564
Total de Investimentos Previstos	0	171	9800	16100	26071
Total de Investimentos Realizados	0	171	4380	0	4551

4.1.4. Principais Deficiências e Dificuldades

A falta de profissionais de nível superior capacitados para acompanhar todas as fases de construção dos PMSB, bem como avaliar juntamente com cada município os produtos entregues pelas empresas foi um desafio. No intuito de amenizar tal questão o IBIO - AGB Doce contratou, por meio de licitação, profissionais para a prestação de serviços de assessoria técnica especializada presencial, análise e validação dos PMSBs dos municípios em conjunto com os Comitês instituídos pelos municípios.

Com relação às prefeituras, que manifestaram interesse e foram contempladas com a elaboração dos respectivos PMSBs, salienta-se a limitação de sua capacidade técnica sendo também um grande



obstáculo. Os envolvidos na elaboração do PMSB, por parte das prefeituras, não têm dedicação exclusiva a tal tarefa. Dessa forma, muitas vezes as atividades relacionadas ao PMSB não são tratadas com a devida relevância. Além disso, a deficiência na integração entre as secretarias e/ou departamentos e a não disponibilização de dados ou até mesmo a falta deles durante a elaboração do PMSB são também desafios a serem vencidos.

O envolvimento da sociedade nos eventos relacionados e a sua divulgação são pontos de fragilidade encontrados. A questão do saneamento ainda é muito incipiente e a sociedade não dá o devido valor ao tema.

Ficou evidenciado que alguns municípios estavam elaborando o PMSB apenas para cumprir uma determinação legal e não com a convicção da grande importância da elaboração de um documento que traria obrigatoriamente em um único documento dados dispersos nas secretarias dos municípios.

Os CBHs têm sido grandes aliados no processo de elaboração dos PMSBs, já que possuem relacionamento estreito com os municípios. Sempre estão se mostrando abertos e solícitos em atuar juntamente com o IBIO – AGB Doce na resolução dos conflitos que surgem durante o percurso da construção dos planos. As empresas se adequaram no sentido de contratar um profissional da área de mobilização social para atuar diretamente junto aos municípios, a fim de fortalecer esta área tão fragilizada.

Com a experiência adquirida até o momento com os planos que estão em andamento, o IBIO – AGB Doce tem feito constantemente atualizações nos Atos Convocatórios e em seus Termos de Referência, para sanar as dificuldades que aparecerem ao longo do tempo. Um exemplo é a exigência para as empresas disponibilizarem um profissional da área de mobilização social, preferencialmente da região onde o plano será desenvolvido, seja por município ou lote dependendo do ato, para acompanhar e dar todo o suporte necessário a fim de garantir uma participação efetiva da população.



5. INCREMENTO DE ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS

5.1. Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)

5.1.1. Descrição

A bacia apresenta trechos em que há elevados índices de sólidos suspensos e áreas de intensa erosão do solo. Os efeitos da mata ciliar sobre a retenção de sólidos e manutenção de margens são conhecidos, e a instalação de uma unidade de demonstração favorece a multiplicação de iniciativas semelhantes. A utilização inadequada da bacia favorece a destruição de nascentes, o que eleva a importância dos eventos críticos de seca, com desabastecimento humano e animal nas áreas rurais e redução da vazão de base em toda a bacia.

Em função de questões legais e mesmo ambientais, a restauração de áreas degradadas hoje tem se concentrado principalmente no ambiente ciliar. Apesar das matas ciliares estarem protegidas, na legislação, há quase meio século não foram poupadas da desenfreada degradação das formações naturais. Com o cumprimento da exigência legal dos órgãos fiscalizadores nas últimas décadas, as cobranças judiciais obrigando a conservação e restauração das formações ciliares, passaram a ser cada vez mais frequentes e exigentes na qualidade das ações propostas. Há um consenso de que a questão da degradação das matas ciliares é um dos problemas mais comuns quando se pretende a recuperação da condição dos cursos d'água, tendo sido identificado um alto déficit de matas ciliares ao longo da bacia do rio Doce.

Em agosto de 2014, após um amplo processo de discussão no âmbito dos CBHs estaduais, o CBH-Doce aprovou a Deliberação nº 42, que altera a Deliberação nº 32. A alteração no PAP considerou principalmente a necessidade de adequar os desembolsos na bacia às atuais estimativas de arrecadação oriunda da cobrança pelo uso de recursos hídricos; a necessidade de revisão dos critérios de alocação dos recursos arrecadados pela União na bacia; e a necessidade de concentrar a aplicação dos recursos em um menor número de programas e ações. Dentre o total de 11 Programas previstos no PAP, foram alocados, até 2015, cerca de R\$ 1,5 milhões, de recursos da União destinados aos CBH's capixabas afluentes do Rio Doce, para aplicação no Programa de Recomposição de Nascentes e APPs (P52).

Os recursos do Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) serão igualmente aplicados nas áreas a serem selecionadas em cada uma das nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos da bacia. O programa tem como objetivo levantamento de áreas críticas e prioritárias para recomposição ou adensamento de matas ciliares e de topos de morro, além de caracterização e recuperação de nascentes e áreas degradadas de sub-bacias piloto contemplando as seguintes ações:



- Mapear e definir trechos críticos e sub-bacias piloto com baixa cobertura de vegetação ciliar e de topo de morro para a recuperação de APPs, nascentes e áreas degradadas
- Visitas a campo para avaliação das condições e da proposta de recuperação
- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos por um período mínimo de 5 anos.

5.1.2. Contratações e Resultados

Até o momento, não houve contratações do âmbito do programa P52. O Ato Convocatório para iniciar as atividades na região do baixo Rio Doce, no estado do Espírito Santo, já está em fase de finalização com programação para realização da licitação no início de 2015.

5.1.3. Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Os comitês de bacias acordaram recursos financeiros diferentes para a execução do programa, alguns mais outros menos. Por este motivo estamos realizando várias reuniões, específicas a cada comitê, para a elaboração da melhor estratégia a ser utilizada com o recurso disponível. Existe um consenso que o melhor a se fazer é formar parceria, para que possamos executar o programa numa maior área de abrangência e que devemos definir quais ações serão contempladas o programa. Estamos na fase final de definições destas discussões, para iniciarmos as atividades de execução do programa. Realizamos diversas reuniões de alinhamento e apresentação do programa no Comitês da bacia, o que postergou um pouco a execução do programa, mas trouxe um maior entendimento por parte dos Comitês sobre os objetivos do programa e maior adequação do programa à realidade de cada sub-bacia. Na Tabela 14 está a comparação entre o previsto no PAP e o realizado pelo IBIO – AGB Doce. O Ato Convocatório para iniciar as atividades na região do baixo Rio Doce, no estado do Espírito Santo, já está em fase de finalização com programação para realização da licitação no início de 2015.

Tabela 14 - Recursos repassados pela IGAM alocado ao P52

Recursos Repassados pela IGAM	2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	Total (mil R\$)
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH01 Piranga					
Investimento Previsto no PAP	0	0	0	1000	1000
Investimento Realizado	0			-	0
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH02 Piracicaba					
Investimento Previsto no PAP	0	1	1000	5000	6001
Investimento Realizado	0			-	0
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH03 Santo Antônio					
Investimento Previsto no PAP	0	1	0	932	933
Investimento Realizado	0			-	0



Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH04 Suaçuí					
Investimento Previsto no PAP	0	0,5	0	0	0,5
Investimento Realizado	0	0	0	-	0
Total de Investimentos Previstos	0	3	1000	6932	7935
Total de Investimentos Realizados	0	0	0	0	0

5.1.4. Principais Deficiências e Dificuldades

O desafio será executar o programa em todas as UGRHs de bacias entendendo o valor da recuperação, não somente das nascentes e matas ciliares, mas principalmente das áreas de recargas hídricas. Pois estando os membros dos Comitês conscientes de nossas realidades e trabalhando de forma objetiva, teremos bons resultados nas áreas de preservação permanente. Pelo pouco recurso financeiro disponível para execução deste programa das UGRHs, a intenção é atuar de forma a agregar valores, fazendo parcerias, seja com os órgãos do governo federal, estadual e municipal, entidades afins, empresas, ONGs e outros, para que possamos alcançar uma área maior de abrangência do programa. Com pouco recurso financeiro disponível, no primeiro momento a intenção poderia ser polarizar ações ao longo da bacia para que o programa possa estar presente nas diversas UGRHs da bacia, o que poderia resultar em ações muito isoladas sem resultados práticos. O desafio é primeiramente viabilizar parcerias como a realizada no estado do Espírito Santo para potencializar a execução do projeto, e em segundo lugar realizar trabalho de planejamento junto aos Comitês para traçar as estratégias de execução do programa que espelhe a realidade de cada UGRH.



6. IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

6.1. Fortalecimento dos Comitês (P61.2)

6.1.1. Descrição

A lógica descentralizada do sistema de gerenciamento de recursos hídricos necessita de uma participação consciente, efetiva e representativa da população e das instituições nos comitês de bacia, o que não ocorre na maioria das vezes. O papel institucional dos comitês assume cada vez mais importância à medida que o sistema vai sendo consolidado e pelo aumento da exigência da observância das leis referentes. No entanto, se a participação da população e das instituições não for efetiva ou representativa, as decisões do sistema poderão não ser compreendidas ou aceitas pelos usuários, dificultando a consolidação do sistema.

O objetivo do programa é promover ações institucionais para ampliar a visibilidade e alcance dos Comitês de Bacia Hidrográfica que compõe da bacia do Rio Doce, além de viabilizar a realização de reuniões plenárias, de câmaras técnicas e eventos de interesse dos Comitês. O IBIO – AGB Doce, atuando como Secretaria Executiva dos Comitês da bacia, tem como papel a efetivação de tais objetivos. Ao longo dos anos de 2012, 2013 e 2014 foram realizadas atividades, planejamento e contratações para atender aos objetivos do sistema. Algumas destas contratações estão descritas no item 8 deste relatório e estão relacionadas a locação de veículo com e sem motorista, empresa especializada em emissão de passagens aéreas e empresa especializada da realização de eventos. Todas as ações visando a divulgação, fortalecimento e ampliação da visibilidade da ação dos Comitês de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica, objetivando uma maior participação da sociedade e das instituições no sistema e uma melhor identificação do papel institucional dos Comitês, favorecendo o diálogo e as articulações institucionais.

6.1.2. Contratações e Resultados

Todas as contratações realizadas para atendimentos às demandas dos Comitês estão relacionadas a dois tipos de serviços específicos. Um deles relacionados a serviços considerados transversais, que são aqueles que atendem a mais de um programa do PAP ao mesmo tempo, assim como às demandas administrativas do BIO – AGB Doce. São contratos relacionados a aquisição de passagens aéreas, locação de veículos, serviços de motorista, realização de eventos, etc. Outro tipo de serviço contratado está relacionado ao fortalecimento da imagem dos Comitês com ações de divulgação de



comunicação. Os serviços considerados transversais são apresentados no item 7 deste relatório. Os serviços relacionados à divulgação e comunicação dos Comitês, quando se tratam de serviços que atendem a todos os Comitês, estes estão citados no item 8 deste relatório, quando se tratam de serviços de divulgação e comunicação específicos de um ou outro Comitê, estes serão tratados nesta seção do relatório e estão listados abaixo:

- **Contrato 24/2013**

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos

Subprograma: Fortalecimento dos Comitês na Bacia segundo o Arranjo Institucional Elaborado no Âmbito do Plano e Objetivando a Consolidação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos - P61.2 - CBHS Santa Maria do Doce, São José, Guandu, Suaçuí e Caratinga

Objeto: a) Criação e implantação em servidor Web do site institucional integrado com sistema administrativo de conteúdo (gerenciador de conteúdo) dos Comitês de Bacia Hidrográfica dos rios afluentes do rio Doce listados a seguir:

- Comitê do Rio Santa Maria do Doce
- Comitê do Rio São José
- Comitê do Rio Guandu
- Comitê do Rio Suaçuí
- Comitê do Rio Caratinga

b) Suporte técnico aos 5 (cinco) sites criados no âmbito deste contrato para os CBH's dos rios afluentes ao rio Doce supracitados.

Valor da Ação: R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais), sendo R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais) referentes à criação e implantação em servidor Web dos sites dos CBH's supracitados e R\$ 1.000,00 (um mil reais) referentes ao serviço de suporte técnico a estes 5 (cinco) sites.

Modalidade de Aplicação: Indireta

Tomador dos Recursos: Prefácio Comunicação Ltda.

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P61.2– CBHS Santa Maria do Doce, São José, Guandu , Suaçuí e Caratinga



Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Contratação	25 dias	2 meses
Realização da Licitação	Não se aplica	Não se aplica
Início das Atividades	20 dias	2 meses
Entrega dos Produtos	5 meses	8 meses

Cronograma Físico-Financeiro:

ETAPAS	2013				2014												
	Out	Nov	Dez	Total	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Elaboração da Dispensa de Coleta de Preço																	
Processo de Seleção																	
Assinatura do Contrato																	
Valor do Contrato (mil R\$)				16,50													16,50
Desembolso do Contrato (mil R\$)				-	7,75	8,25	0,17	0,17	0,17								16,50
% de desembolso acumulado			0%	0%	0%	47%	47%	97%	98%	99%	100%						100%

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:

O contrato nº 24/2013 foi firmado em 07 de novembro de 2013 com a empresa Prefácio Comunicação LTDA, contratada através do Ato de Dispensa 91-2013.

Conforme disposto na cláusula 6ª (sexta) do referido Contrato nº 24/2013, o prazo de duração foi de 5 (cinco) meses com vigência a partir da data de sua assinatura e publicação no endereço eletrônico do IBIO – AGB Doce, podendo ser prorrogado pelas partes, por igual ou menor prazo, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal 8.666/93 alterada pela Lei 9.648/98, sempre mediante Termo Aditivo não sendo admitida, em hipótese alguma a forma tácita.

Considerando-se que:

- O prazo de 12 (doze) meses se encerrou em 07/04/2013;
- A empresa contratada atendia satisfatoriamente às exigências contidas no termo de referência;
- A importância do suporte aos sites para divulgar as ações do comitê na implementação de seus planos de trabalho, informações sobre a bacia hidrográfica e estabelecer canal de comunicação com a sociedade em geral;
- O objeto se trata de natureza contínua; e
- Não houve fracionamento da despesa.

Mediante ao supracitado, justificou-se o aditamento do contrato para suporte técnico aos sites dos Comitês de Bacia Hidrográfica dos rios afluentes do rio Doce (Santa Maria do Doce, São José, Guandu, Suaçuí e Caratinga) em mais 3 (três) meses, iniciando em 07/04/2014 e com data de



término em 07/07/2014. Ressalta-se, ainda, que o preço do contrato manteve-se viável, visto que, não houve acréscimo nos valores já previsto no contrato.

Observações:

As despesas decorrentes desta contratação para os CBHs-Santa Maria do Doce, São José, Guandu e Caratinga no valor de R\$13.200,00 (treze mil e duzentos reais) foram pagas com recursos do Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011 (Programa P61-2), já que os comitês capixabas não dispõem de recursos estaduais e o CBH-Caratinga não dispunha de recursos estaduais no Programa de Comunicação Social para esta finalidade. As despesas correspondentes ao CBH-Suaçuí no valor de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) foram pagas com recursos do Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2011 (P71- Programa de Comunicação Social), pois o Comitê dispunha de recursos estaduais alocados neste Programa.

• **Contrato 25/2013**

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos

Subprograma: Fortalecimento dos Comitês na Bacia segundo o Arranjo Institucional Elaborado no Âmbito do Plano e Objetivando a Consolidação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos - P61.2 - CBHS Manhuaçu, Santo Antônio, Piracicaba e Piranga.

Objeto: a) Criação e implantação em servidor Web do site institucional integrado com sistema administrativo de conteúdo (gerenciador de conteúdo) dos Comitês de Bacia Hidrográfica dos rios afluentes do rio Doce listados a seguir:

- Comitê do Manhuaçu
- Comitê do Santo Antônio
- Comitê do Rio Piracicaba
- Comitê do Rio Piranga

b) Serviço de inserção de conteúdo em 9 (nove) sites criados para os CBH's dos rios afluentes ao rio Doce, sendo que 4 (quatro) destes sites criados no âmbito deste contrato e outros 5 (cinco) sites com as mesmas especificações destes.

c) Suporte técnico aos 4 (quatro) sites criados no âmbito deste contrato para os CBH's dos rios afluentes ao rio Doce supracitados.



Valor da Ação: R\$ 16.400,00 (dezesesseis mil e quatrocentos reais), sendo R\$ 12.400,00 (doze mil e quatrocentos reais) referentes à criação e implantação em servidor Web dos sites dos 4 (quatro) CBH's supracitados; R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) referentes ao serviço de inserção de conteúdo nos 9 (nove) sites criados para os CBH's dos rios afluentes ao rio Doce e R\$ 800,00 (oitocentos reais) referentes ao serviço de suporte técnico aos 4 (quatro) sites criados no âmbito deste contrato para os CBH's dos rios afluentes ao rio Doce supracitados.

Modalidade de Aplicação: Indireta

Tomador dos Recursos: Prefácio Comunicação Ltda

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P61.2 - CBHS Manhuaçu, Santo Antônio, Piracicaba e Piranga.

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Contratação	25 dias	2 meses
Realização da Licitação	Não se aplica	Não se aplica
Início das Atividades	20 dias	2 meses
Entrega dos Produtos	5 meses	8 meses

Cronograma Físico-Financeiro:

ETAPAS	2013				2014												
	Out	Nov	Dez	Total	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Elaboração da Dispensa de Coleta de Preço																	
Processo de Seleção																	
Assinatura do Contrato																	
Valor do Contrato (mil R\$)				16,40													16,40
Desembolso do Contrato (mil R\$)				-	9,40	6,60	0,13	0,13	0,13								16,40
% de desembolso acumulado			0%	0%	0%	57%	57%	98%	98%	99%	100%						100%

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:

O contrato nº 25/2013 foi firmado em 07 de novembro de 2013 com a empresa Prefácio Comunicação LTDA, contratada através do Ato de Dispensa 92-2013. Conforme disposto na cláusula 6ª (sexta) do referido Contrato nº 25/2013, o prazo de duração foi de 5 (cinco) meses com vigência a partir da data de sua assinatura e publicação no endereço eletrônico do IBIO – AGB Doce, podendo ser prorrogado pelas partes, por igual ou menor prazo, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal 8.666/93 alterada pela Lei 9.648/98, sempre mediante Termo Aditivo não sendo admitida, em hipótese alguma a forma tácita.

Considerando-se que:

- O prazo de 12 (Doze) meses se encerrou em 07/04/2013;



- A empresa contratada estava atendendo satisfatoriamente às exigências contidas no termo de referência;
- A importância do suporte aos sites para divulgar as ações do comitê na implementação de seus planos de trabalho, informações sobre a bacia hidrográfica e estabelecer canal de comunicação com a sociedade em geral;
- O objeto se trata de natureza contínua; e
- Não houve fracionamento da despesa.

Mediante ao supracitado, justificou-se o aditamento do contrato para suporte técnico aos sites dos Comitês de Bacia Hidrográfica dos Rios Afluentes Do Rio Doce (Manhuaçu, Santo Antônio, Rio Piracicaba, Rio Piranga) em mais 3 (três) meses, iniciando em 07/04/2014 e com data de término em 07/07/2014. Ressalta-se, ainda, que o preço do contrato manteve-se viável, visto que, não houve acréscimo nos valores já previsto no contrato.

6.1.3. Plano de Aplicação Plurianual - PAP

A execução das ações deste programa está diretamente relacionada ao plano de trabalho dos Comitês feito com apoio do IBIO – AGB Doce e das demandas dos Comitês ao longo do ano. Desta forma, todo o recurso desembolsado em 2014 foi fruto destas demandas feitas pelos Comitês que estão relacionadas a viagens, realização de eventos, realização de reuniões plenárias e Câmaras Técnicas, etc. Como os recursos previstos do PAP para investimento no P61.2 com recursos repassados pelo IGAM ainda não foi oficializado por meio de termo aditivo a ser celebrado com o IGAM, tais recursos não puderam ser utilizados no ano de 2014. Atualmente o IBIO – AGB Doce está aguardando o processo de assinatura do termo aditivo ao Contrato de Gestão IGAM 001/2011 para que possamos utilizar os recursos previstos neste programa para atender às demandas dos Comitês do estado de Minas Gerais. Nas Tabela 15 e Tabela 16 está a comparação entre o previsto no PAP e o realizado pelo IBIO – AGB Doce.

Tabela 15 – Recursos repassados pela ANA alocado ao P61.2

Recursos Repassados pela ANA	2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	Total (mil R\$)
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Doce					
Investimento Previsto no PAP	150	253	397	200	1000
Investimento Realizado	150	250	154	-	554
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Piranga					
Investimento Previsto no PAP	46	125	179	100	450
Investimento Realizado	46	124	139	-	309



Relatório de Gestão do Exercício de 2014 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Piracicaba					
Investimento Previsto no PAP	100	131	120	100	451
Investimento Realizado	100	129	109	-	338
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Santo Antônio					
Investimento Previsto no PAP	26	89	235	100	450
Investimento Realizado	26	87	126	-	239
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Suaçuí					
Investimento Previsto no PAP	45	91	214	100	450
Investimento Realizado	45	90	74	-	209
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Caratinga					
Investimento Previsto no PAP	12	63	274	100	449
Investimento Realizado	12	62	84	-	158
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Manhuaçu					
Investimento Previsto no PAP	55	85	209	100	449
Investimento Realizado	55	84	135	-	274
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Guandu					
Investimento Previsto no PAP	31	140	179	100	450
Investimento Realizado	31	138	89	-	258
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Santa Maria					
Investimento Previsto no PAP	12	75	264	100	451
Investimento Realizado	12	61	70	-	143
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH São José					
Investimento Previsto no PAP	18	63	269	100	450
Investimento Realizado	18	73	57	-	148
Total de Investimentos Previstos	495	1115	2340	1100	5050
Total de Investimentos Realizados	495	1098	1037	-	2630

Tabela 16 – Recursos repassados pelo IGAM alocado ao P61.2

Recursos Repassados pela IGAM	2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	Total (mil R\$)
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Piranga					
Investimento Previsto no PAP	0	0	100	100	200
Investimento Realizado	0	0	0	-	0
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Piracicaba					
Investimento Previsto no PAP	0	0	100	100	200
Investimento Realizado	0	0	0	-	0
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Santo Antônio					
Investimento Previsto no PAP	0	0	50	50	100
Investimento Realizado	0	0	0	-	0
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Suaçuí					
Investimento Previsto no PAP	0	0	50	50	100
Investimento Realizado	0	0	0	-	0
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Caratinga					



Relatório de Gestão do Exercício de 2014 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

Investimento Previsto no PAP	0	0	50	50	100
Investimento Realizado	0	0	0	-	0
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Manhuaçu					
Investimento Previsto no PAP	0	0	50	50	100
Investimento Realizado	0	0	0	-	0
Total de Investimentos Previstos	0	0	400	400	800
Total de Investimentos Realizados	0	0	0	0	0

6.1.4. Principais Deficiências e Dificuldades

Entendemos que a insuficiência dos recursos alocados para despesas administrativas (7,5% dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos) em custear as sedes dos Comitês, assim como arcar com despesas equipe de apoio e de escritório é a principal deficiência e limitação para implementar as ações de fortalecimento dos comitês. É sabido que os Comitês, em sua maioria, entendem que o processo de fortalecimento passar por ter uma sede com estrutura suficiente para realizar algumas atividades de divulgação, mobilização e apoio em reuniões plenárias e de Câmaras Técnicas, assim como na realização de alguns eventos. Com a limitação financeira vivenciada pela Entidade Delegatária/Equiparada, não há possibilidade de realizarmos tais investimentos, o que compromete, em alguns casos, o fortalecimento dos Comitês. Desta forma, as ações de fortalecimento se limitam a custear despesas de viagem dos membros e convidados dos comitês, ações de comunicação e realização de reuniões plenárias, de Câmaras Técnicas e alguns eventos demandados pelos Comitês.

Entendemos que nesta fase atual, de início da cobrança pelo uso da água, contratação de entidade delegatária/equiparada de funções de Agência de Água e execução dos projetos previstos do PIRH e PAP, seria proveitoso termos recursos suficientes para arcarmos com os investimentos de estruturação dos Comitês. O IBIO – AGB Doce tem investido esforços para viabilizar recursos adicionais que possibilitem a realização de tais investimentos nos Comitês, como o pedido de aporte financeiro adicional da ANA no âmbito do Contrato de Gestão ANA 072/2011 para, dentre outros objetivos, investir da estruturação dos Comitês.



6.2. Desenvolvimento de um Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce (P61.a)

6.2.1. Descrição

Informação é pré-requisito básico para a tomada de decisão, principalmente quando a decisão está relacionada à gestão de uma entidade complexa, dinâmica e extensa como uma bacia hidrográfica. A todo o momento, decisões estão sendo tomadas em diversas partes de uma bacia hidrográfica sobre diversos aspectos envolvidos na sua gestão. Neste cenário, ter informações atualizadas e que representem uma visão geral da dinâmica da bacia e todos os aspectos relevantes sobre o uso múltiplo da água e sobre os aspectos hidrológicos é primordial. O uso da informação como um recurso estratégico na tomada de decisão e no estabelecimento de processos e de estruturas é uma atividade que deve ser exercida com afinco pelas organizações, tendo em vista o poder delegado à informação e a importância que ela tem em nossas vidas.

O Sistema de Informações Geográficas (SIG) é uma ferramenta capaz de apresentar espacialmente as informações contidas em um banco de dados. Outra vantagem é a vinculação dos elementos de um banco de dados descritivos externo ao seu banco de dados geográfico, sendo esta, a principal característica de um SIG: a espacialização dos dados. Essa espacialização, ou georreferenciamento, é ligada a uma malha de coordenadas ou a uma feição do terreno (e.g. rio, bacia hidrográfica, município dentre outras).

O SIG é uma ferramenta segura e dinâmica para se trabalhar com gestão de recursos hídricos. Permite a análise de diversas fontes, diferentes escalas e datas. Desta forma, garante uma melhor compreensão dos fenômenos naturais e sociais presentes na bacia. Quando se trabalha com recursos hídricos é importante pensar na gestão da bacia hidrográfica. O SIG facilita o planejamento e a administração das atividades a serem desenvolvidas. Auxilia na tomada de decisões e permite a geração de subsídios para intervenções porventura necessárias e sua adequada operação, bem como a previsão e controle de processos naturais ou introduzidos pela ação do homem na bacia hidrográfica. Desta forma, o objetivo do programa é a contratação de um sistema de informações, com interface web, relevantes para a gestão de recursos hídricos na bacia. Um sistema capaz de gerenciar as principais informações da bacia que poderão ser utilizadas para subsidiar a tomada de decisão por parte dos órgãos gestores, comitês de bacia e entidades delegatárias/equiparadas.

6.2.2. Contratações e Resultados

- **Contrato 01/2013**

Principais Resultados:

Com resultado principal desta contratação tivemos a disponibilização para acesso público do sistema de gestão para as bacias dos rios Piranga e Piracicaba. O IBIO – AGB Doce providenciou o registro do domínio a ser utilizado para acessar o sistema na internet. O domínio “sigwebdoce.org.br” foi registrado no Registro.br e disponibilizado para a empresa configurar o acesso ao sistema por meio dele. De forma complementar, a empresa disponibilizou mais dois subsistemas, um com informações específicas da bacia do rio Piranga e outro para a bacia do rio Piracicaba. O objetivo da empresa era que os respectivos comitês de bacia e população em geral pudessem acessar sistemas que tivessem exclusivamente informações de suas respectivas bacias. Os respectivos links para acesso ao sistema principal e aos subsistemas respectivamente estão listados abaixo:

- <http://sigwebdoce.org.br>
- <http://sigwebdoce.org.br/piranga>
- <http://sigwebdoce.org.br/piracicaba>

Nas figuras Figura 6, Figura 7, Figura 8 e Figura 9 abaixo estão ilustradas algumas telas do sistema ilustrando o processo de customização do sistema com as informações disponíveis sobre as bacias dos rios Piranga e Piracicaba.

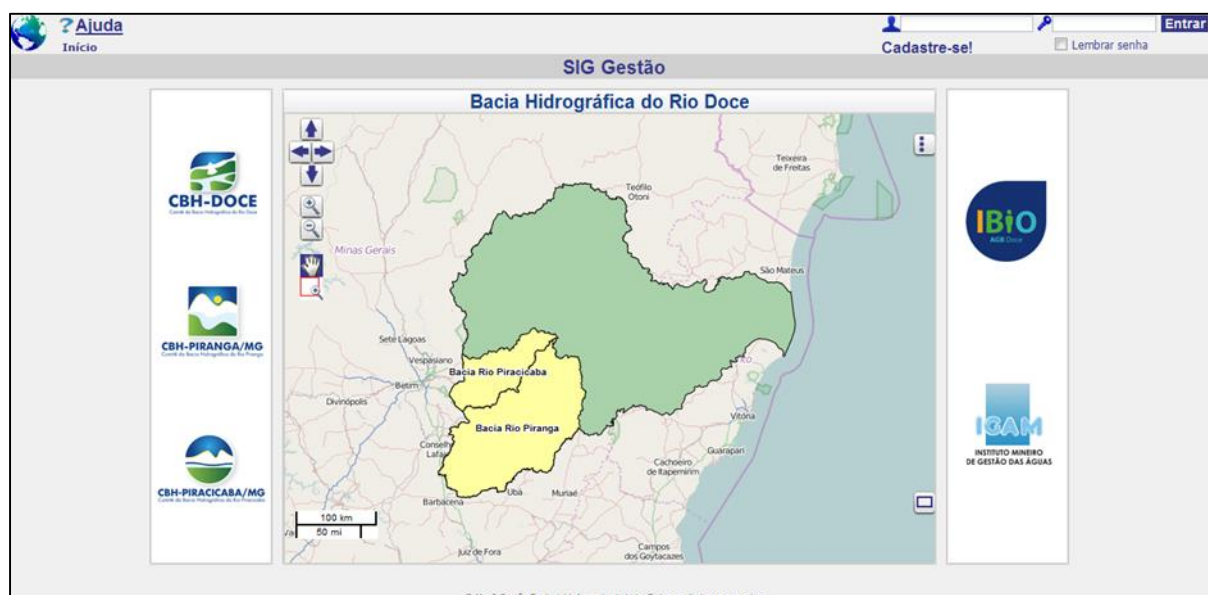


Figura 6 – Tela inicial do sistema

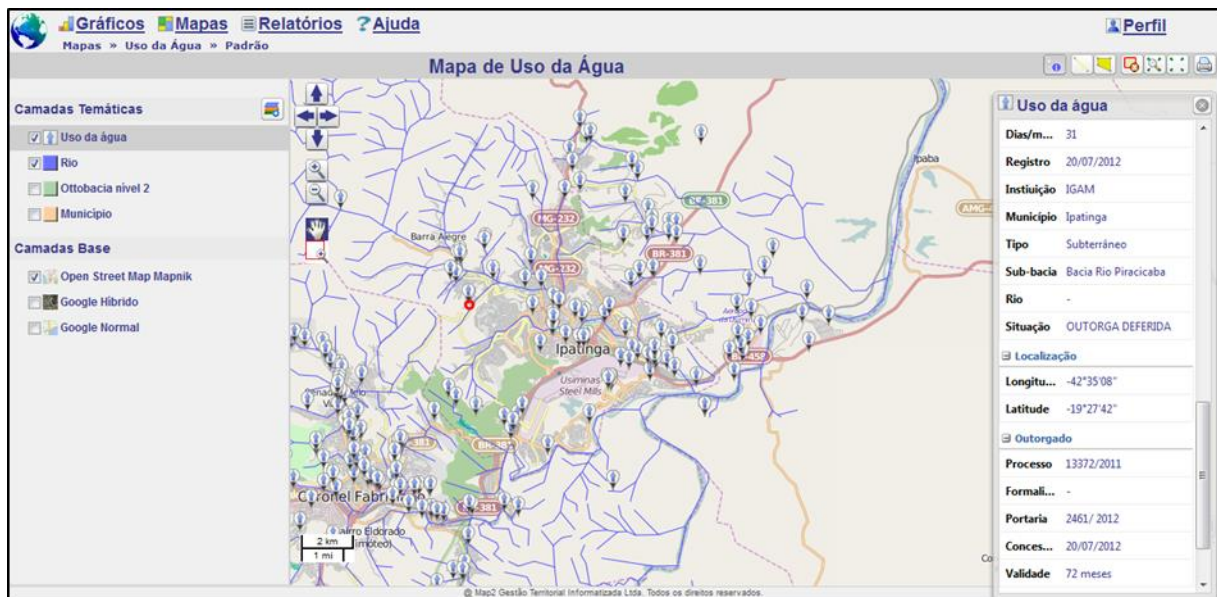


Figura 7 – Mapa do SIGWeb com a localização dos Usos da Água de Ipatinga-MG

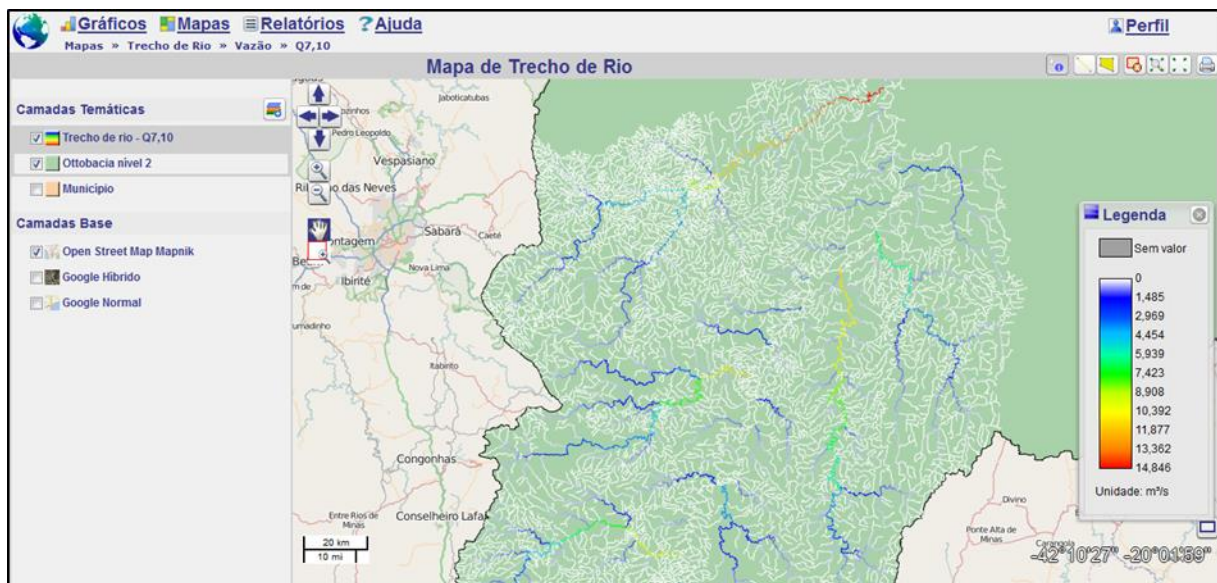


Figura 8 – Mapa do SIGWeb com a vazão de referência Q7,10 de cada trecho de rio

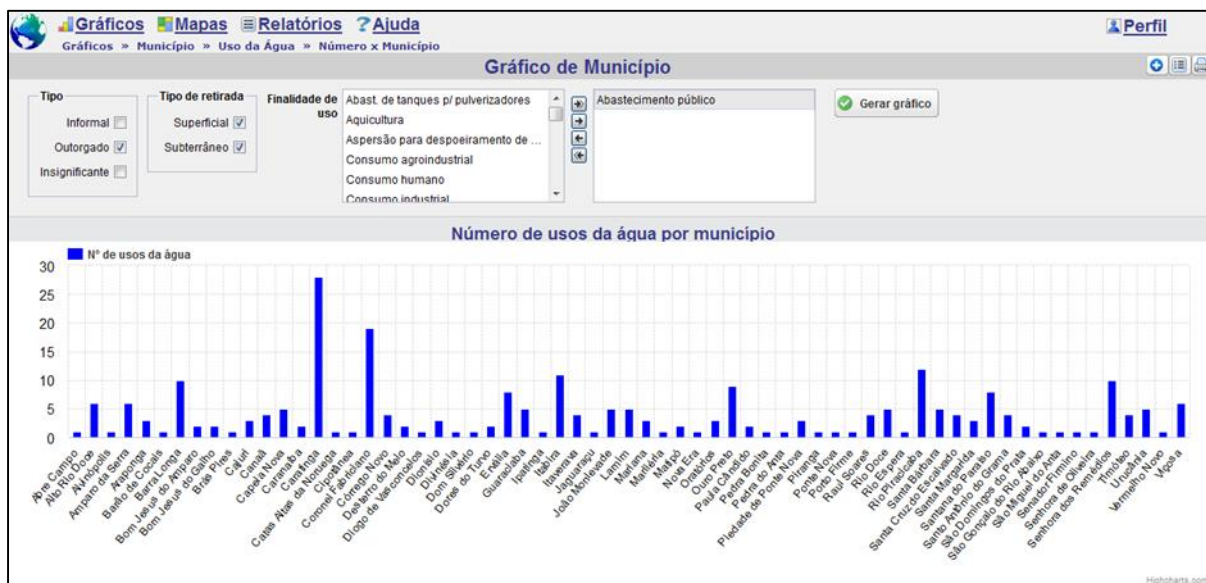


Figura 9 – Gráfico do SIGWeb com o número de usos da água para abastecimento público em cada município

Com resultado do processo de customização do sistema para inserir nele as informações referentes às bacias dos rios Piranga e Piracicaba e do processo de manutenção e atualização das informações gerenciadas por ele, se processo as seguintes quantidades de registros, conforme Tabela 17. Na média, foram inseridos ou atualizados em torno de 3.000 registros por mês durante o processo de manutenção e atualização das informações. De acordo com relatos da empresa contratada e com os relatórios mensais encaminhados por ela, desde a contratação foram acrescentados 37 novos gráficos, 123 novos mapas e 472 novos relatórios no sistema fruto do processo de melhoria contínua adotado pela empresa.

Tabela 17 – Número de registros inseridos e processados pelo Sistema de Gestão

Informação	Núm. de Registros
Usos da Água	1.537
Finalidades de Uso	32
Rios	55.007
Trechos de rio	80.620
Ottobacias 2	1
Ottobacias 3	3
Ottobacias 4	22
Ottobacias 5	178
Ottobacias 6	1.403
Sub-bacias	2
Estações Fluviométricas	158
Estações Pluviométricas	107
Estações de Qualidade	51
Leituras Fluviométricas	719.910
Leituras Pluviométricas	716.268



Relatório de Gestão do Exercício de 2014 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

Leituras de Qualidade	2.245
Municípios e sedes	92
Instituições	45

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos

Subprograma: SIG Gestão - P61.a Todos os 10 Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Objeto: Aquisição da licença de uso de software para gestão de bacias hidrográficas através da internet, assim como sua customização para atender as especificidades da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, manutenção e atualização do software necessários à consecução do “Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (P61)” previstos no Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da Bacia do Rio Doce.

Valor da Ação: R\$ 1.069.800,00 (um milhão sessenta e nove mil e oitocentos reais)

Recursos Orçamentários: As despesas decorrentes desta contratação foram pagas com recursos do Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011 e do Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2011.

Modalidade de Aplicação: Indireta

Tomador dos Recursos: MAP2 Gestão Territorial Informatizada Ltda - ME

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: SIG Gestão - P61.a Todos os 10 Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Prazos Planejados e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Contratação	2 meses	4 meses
Realização da Licitação	45 dias	3 meses
Início das Atividades	2 meses	4 meses
Entrega dos Produtos	24 meses	Em andamento (Concluído 60%)



Cronograma Físico-Financeiro:

ETAPAS	2012				2013												Total
	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Elaboração do Ato Convocatório																	
Processo de Seleção																	
Assinatura do Contrato																	
Valor do Contrato (mil R\$)																	1.069,80
Desembolso do Contrato (mil R\$)							389,80					53,33			53,33	53,33	549,79
% de desembolso acumulado						0%	36%	36%	36%	36%	36%	41%	41%	41%	46%	51%	51%

ETAPAS	2014												Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Elaboração do Ato Convocatório													
Processo de Seleção													
Assinatura do Contrato													
Valor do Contrato (mil R\$)													1.069,80
Desembolso do Contrato (mil R\$)	10,00	10,00			10,00	20,00			20,00		10,00	20,00	639,79
% de desembolso acumulado	51%	52%	52%	52%	53%	55%	55%	55%	57%	57%	58%	60%	60%

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.

Observações:

Nos pagamentos realizados até o momento, foram utilizados recursos repassados pelo IGAM oriundos da cobrança pelo uso da água nos CBHs estaduais. Os pagamentos com recursos repassados pela ANA foram suspensos mediante Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 01/2013 celebrado em 06 de janeiro de 2014.

6.2.3. Plano de Aplicação Plurianual - PAP

Os recursos previstos para este programa no PAP foram devidamente alocados na contratação realizadas. A diferença entre o recurso previsto e o desembolsado está relacionado a parcelas de parte dos serviços prestados ainda em 2014 que serão pagas no início de 2015. Na Tabela 18 está a comparação entre o previsto no PAP e o realizado pelo IBIO – AGB Doce.



Tabela 18 - Recursos repassados pelo IGAM alocado ao P61.a

Recursos Repassados pela IGAM	2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	Total (mil R\$)
Sistema de informações (SIG GESTÃO) (P61.a) - UGRH01 Piranga					
Investimento Previsto no PAP	0	157	143	0	300
Investimento Realizado	0	157	92	-	249
Sistema de informações (SIG GESTÃO) (P61.a) - UGRH01 Piracicaba					
Investimento Previsto no PAP	0	412	0	0	412
Investimento Realizado	0	412	0	-	412
Total de Investimentos Previstos	0	569	143	0	712
Total de Investimentos Realizados	0	569	92	0	661

6.2.4. Principais Deficiências e Dificuldades

Entendemos que deveriam estar previstas ações de articulação com instituições públicas responsáveis por gerenciar (levantar e manter atualizada) informações sobre a bacia hidrográfica. A forma de gerar informações ou como ela é disponibilizada, dificulta a implementação de um sistema de gestão eficaz. A disponibilização online de tais informações, seja sobre outorgas de uso de recursos hídricos, estações fluviométricas, pluviométricas e de qualidade da água ou informações sobre os municípios da bacia, não atende a nenhuma padronização de formato de dados (planilhas eletrônicas, banco de dados, arquivos texto, imagens, informações georreferenciadas, mapas, etc.) geralmente. Isso dificulta a implementação de sistema de gestão uma vez que um dos objetivos deste sistema é a integração desta informação. Desta forma, quanto menos padronizadas estiverem estas informações, mais complexa será a tarefa de coletá-las e integrá-las em um sistema de gestão. O objetivo da articulação seria a articulação com os órgãos gestores e demais instituições públicas responsáveis por gerenciar informações sobre a bacia para que tais informações fossem disponibilizadas na internet de forma a facilitar o acesso a elas.

Existem vários caminhos para isto como adotados por alguns órgãos do governo como IBGE que disponibiliza informações sobre municípios, por exemplo, de forma estruturada em arquivos texto e planilhas eletrônicas que facilitam o acesso e processamento de tais informações. Algumas informações ainda são publicadas na internet de forma não estruturada, como arquivos do tipo Microsoft Word, que dificulta significativamente a implementação de sistemas que gerenciam de forma integrada todas estas informações.

Em 2008 foi instituída a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE, pelo Decreto Nº 6.666 de 27 de novembro de 2008 cuja definição está descrita no Art. 2º do Decreto conforme segue:

“conjunto integrado de tecnologias; políticas; mecanismos e procedimentos de coordenação e monitoramento; padrões e acordos, necessário para facilitar e ordenar a geração, o



armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso dos dados geoespaciais de origem federal, estadual, distrital e municipal”

A INDE nasce com o propósito de catalogar, integrar e harmonizar dados geoespaciais existentes nas instituições do governo brasileiro, produtoras e mantenedoras desse tipo de dado, de maneira que possam ser facilmente localizados, explorados e acessados para os mais diversos usos, por qualquer cliente que tenha acesso à Internet. Os dados geoespaciais serão catalogados através dos seus respectivos metadados, publicados pelos produtores/mantenedores desses dados. A inserção das principais informações geradas sobre a bacia hidrográfica na plataforma da INDE seria outra forma de facilitar a implementação do P61.a previsto no PIRH, uma vez que a INDE não tem objeto de implementar sistema de gestão integrada de informações sobre bacias hidrográficas prevendo as peculiaridades de cada bacia, o gerenciamento online destas informações, geração de conteúdo em tempo real na internet ou geração de conteúdo de mais alto nível a partir do processamento de dados mais básicos. No Art. 7º do Decreto, está previsto a celebração de acordos e cooperações com órgãos das administrações federal, estaduais, distrital e municipais visando o compartilhamento de acervos de dados geoespaciais.

Os desafios relacionados à execução deste programa estão diretamente relacionados às informações necessárias para customizar e para manter seu banco de dados do sistema de gestão atualizado. O sistema gerencia principalmente informações sobre usos da água, dados de chuva, vazão e qualidade da água, informações municipais e dos cursos d'água. Porém cada uma destas informações é gerada por órgãos governamentais distintos na maioria das vezes. Como consequência, temos informações sendo geradas e disponibilizadas na Internet em diferentes formatos, acessíveis de diferentes formas, o que dificulta significativamente o trabalho de integração e correlação destas informações.

Informações sobre usos de recursos hídricos nos rios mineiros, por exemplo, são disponibilizados pelo IGAM no seu site oficial em arquivos no formato Microsoft Word em portarias, cada portaria agrega um conjunto de outorgas concedidas aos usuários. Para identificar os usuários de recursos hídricos da bacia do rio Piranga, por exemplo, é preciso analisar o conteúdo de cada uma das portarias publicadas periodicamente pelo Estado. Considerando que apenas no ano de 2014, foram publicadas 2007 portarias de concessão de outorgas que foram analisadas para se identificar os usos das bacias do Piranga e Piracicaba. Em seguida devem ser identificadas todas as principais informações sobre a outorga, como posição geográfica, curso d'água de onde está sendo retirada a água no caso de outorgas superficiais, validade da outorga, vazão outorgada, município onde está localizada a captação, etc. De posse destas informações, é necessário integrá-las com todas as demais gerenciadas pelo sistema. Considerando que as informações obtidas sobre os municípios no IBGE estão em formatos de arquivos shapefile e arquivos modo texto, as estações fluviométricas, pluviométricas e de qualidade da água estão disponíveis por meio de sites disponibilizados pela ANA ou em planilhas eletrônicas, que informações sobre a hidrografia estão também em formato shapefile e assim por diante, integrá-las com consistência é um desafio.



Como o sistema trabalha com as informações gerenciadas por banco de dados geográfico, todas as informações devem ser armazenadas neste banco de forma integrada a todas as demais informações lá armazenadas. Por exemplo, deve haver a ligação, em banco de dados, entre um determinado uso da água e o trecho de rio a que ele está captando a água, assim como o município a que ele pertence, à ottobacia de maior nível e outras informações.

O trabalho feito para integrar todas estas informações foi o maior desafio vivenciado na execução deste projeto. O IBIO – AGB Doce sempre acompanhou e apoiou tecnicamente o trabalho desenvolvido pela empresa contratada para superar estes desafios e conseguir gerar um sistema de gestão que conseguisse superar estes desafios.



7. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PIRH DOCE

7.1. Programa Comunicação do Programa de Ações (P71)

7.1.1. Descrição

O programa de comunicação tem por objetivo dar visibilidade ao PIRH/PARHs/PAP e aos Programas de Ações, quanto aos seus conteúdos e metas, de maneira a fortalecer o ambiente institucional onde as ações se inserem, criando um ambiente favorável ao atingimento das metas propostas.

Foi considerado que o PIRH Doce contempla duas etapas consecutivas. A primeira visa detalhar os estudos necessários em um prazo curto de tempo para subsidiar as decisões dos Comitês/Agência quanto a temas como enquadramento, política de outorga, cobrança pelo uso de recursos hídricos, sistema de informações e programas e projetos específicos. Nesta etapa serão aprofundados e detalhados aspectos apontados como prioritários pelo PIRH, quantificando e detalhando demandas e necessidades da bacia. Caberá a esta etapa criar o ambiente de negociação com outros atores envolvidos na GIRH sobre um cenário considerado ideal para um horizonte de planejamento de 10 e 20 anos. Sobre estes horizontes e o prognóstico, são traçadas as metas.

Na segunda etapa, as metas detalhadas e especificadas deverão ser implementadas através de ações e programas, fortalecidas por um consenso construído e subsidiadas por estudos e planejamento em nível executivo. Sendo assim, torna-se necessária a implementação de um programa de comunicação social eficaz e ágil, com capacidade para produzir e disseminar informações úteis e necessárias ao processo de implantação do PIRH, aproximando e facilitando a comunicação entre os diversos atores do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos e do Sistema com a sociedade de maneira geral.

O programa de comunicação torna possível efetivação de um Plano de Comunicação Social para dar visibilidade às ações e conteúdo do PIRH/PARHs/PAP de forma a facilitar a comunicação entre os diversos atores do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos com a sociedade e criar um ambiente favorável ao atendimento das metas propostas.

7.1.2. Contratações e Resultados

- **Contrato 06/2013**

A seguir são apresentados os principais resultados gerado a partir da contratação da empresa especializada em planejamento e elaboração de programa de comunicação e relacionamento,



prestação de serviços de consultoria e assessoria de imprensa, criação e produção editorial de publicações para os Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e a Agência de Água da Bacia Hidrográfica do rio Doce.

Planejamento de Comunicação 2014

No início do ano a Prefácio apresentou, com base no diagnóstico, o Planejamento de Comunicação para o ano de 2014, documento para orientar as ações de comunicação a serem realizadas na Bacia Hidrográfica do Rio Doce em 2014, contemplando os 10 comitês da bacia (CBHs Doce, Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí, Caratinga, Manhuaçu, Guandu, Santa Maria do Doce e São José) e o IBIO-AGB Doce, entidade delegatária/equiparada com funções de Agência de Água.

O planejamento traçou ações que contribuiriam para a construção da imagem e da reputação dos comitês e do IBIO - AGB Doce junto aos seus diversos públicos de relacionamento como uma referência em ações em prol da qualidade e da quantidade da água em toda a bacia do Rio Doce, destacando a importância da integração.

Além disso, o planejamento teve como finalidade contribuir para a adesão da sociedade às causas defendidas pelos comitês e pelo IBIO – AGB Doce, promover ações de comunicação que reforcem o caráter integrador na Bacia do Rio Doce, implementar os canais de comunicação com os diversos públicos e ampliar o alcance das informações veiculadas a respeito dos comitês e suas ações e do IBIO-AGB Doce junto aos seus mais diversos públicos.

Consolidação da imagem dos comitês e do IBIO – AGB Doce

A Prefácio, junto ao IBIO – AGB Doce, também trabalhou para reforçar a imagem dos comitês junto aos diversos públicos, através da divulgação e aplicação das novas identidades visuais. Algumas das novas identidades dos Comitês (Figura 10) foram aprovadas por eles ainda no final de 2013 e outras no início de 2014.



Figura 10 – Novas identidades visuais aprovadas pelos respectivos Comitês

Releases

Para divulgar as ações dos comitês, realizadas ao longo do ano, foram elaborados diversos releases, que foram encaminhados para conselheiros, imprensa, parceiros, órgãos gestores e postados nos sites dos CBHs e IBIO – AGB Doce, totalizando 82 textos produzidos, conforme exemplos abaixo.

- <http://www.cbhdoce.org.br/noticias-2/seminario-realizado-em-caratinga-tem-como-tema-pmsbs/>
- <http://www.cbhdoce.org.br/noticias-2/moradores-de-catas-altas-participam-de-audiencia-publica-do-pmsb/>
- <http://www.cbhdoce.org.br/noticias-2/estiagem-e-cianobacterias-foram-temas-de-reuniao-da-camara-tecnica-de-gestao-de-eventos-criticos-do-cbh-doce/>

Estruturação e manutenção de mailing list

A Prefácio reuniu e manteve os contatos de e-mail atualizados a fim de assegurar a disseminação da informação. Foram estruturadas e atualizadas diferentes listas, com um total de 2.182 contatos, de forma a direcionar melhor o conteúdo, tais como:

- ✓ Membros dos comitês por comitê.

- ✓ Membros de Câmaras Técnicas por comitê.
- ✓ Comunidade – pessoas chave (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Órgãos gestores.
- ✓ Prefeituras (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Usuários (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Escolas (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Imprensa mineira.
- ✓ Imprensa capixaba.
- ✓ Imprensa regional (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Outras listas de acordo com a necessidade e a estratégia.

Clipping

A fim de repercutir as aparições na imprensa são divulgados os clippings de todo o conteúdo publicado relacionado aos Comitês e ao IBIO – AGB Doce. No ano de 2014 foram registradas e divulgadas 142 aparições na imprensa. Seguem abaixo alguns exemplos nas Figura 11 e Figura 12 abaixo de clippings encaminhados para a mainlist que a empresa de comunicação mantém atualizada:



Figura 11 – Clipping sobre assuntos do CBH Caratinga

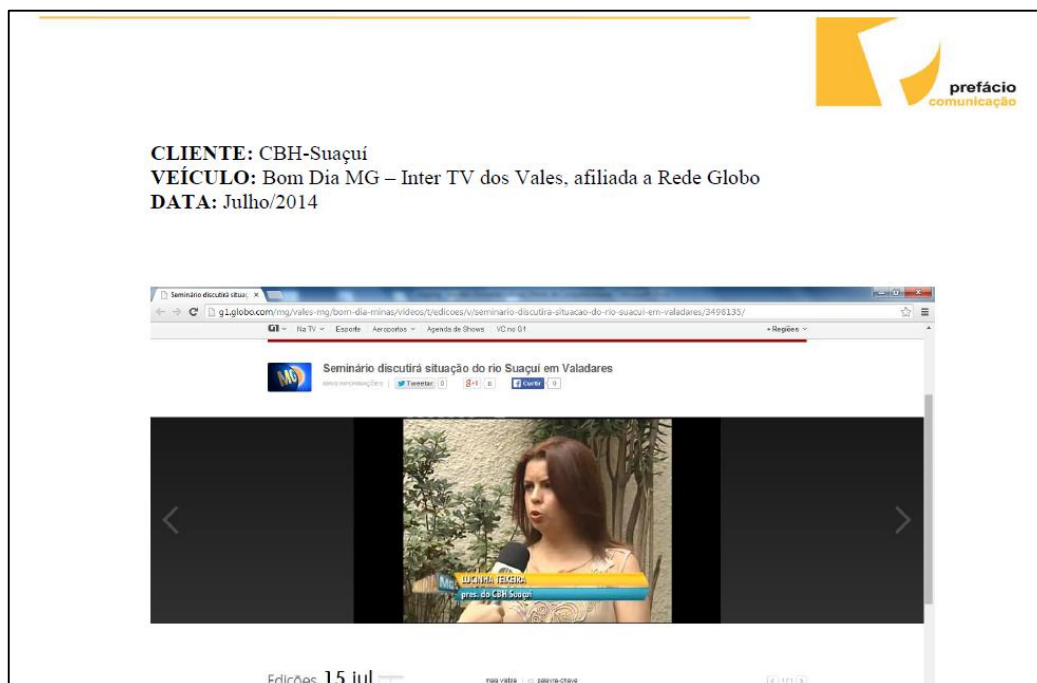


Figura 12 - Clipping sobre assuntos do CBH Suaçuí



Figura 13 - Clipping sobre assuntos da Bacia do Rio Doce

Canais de Comunicação

Boletim Comunique-se: newsletter com informações a respeito do trabalho de comunicação executado para os Comitês e IBIO – AGB Doce. Abaixo seguem as Figura 14, Figura 15 com exemplos de boletins Comunique-se elaborados em 2014.



Figura 14 – Boletins Comunique-se



Figura 15 – Boletins Comunique-se

Fique Por Dentro: newsletter com ações dos Comitês e da agência, voltada para membros de todos os CBHs, parceiros, órgãos gestores e colaboradores do IBIO. Confira no link todos os boletins Fique Por Dentro: <http://www.ibioagbdoce.org.br/fique-por-dentro/>. Na Figura 16 está ilustrado o boletim Fique por Dentro, edição especial para divulgação do XVI ENCOB em 2014.



Figura 16 – Edição Especial do boletim Fique por Dentro.

IBIO-AGB Doce Informa: newsletter com informações acerca das ações do IBIO-AGB Doce, voltada para todos os comitês, órgãos gestores, parceiros e colaboradores do IBIO. Confira no link todos os IBIO-AGB Doce Informa: <http://www.ibioagbdoce.org.br/ibio-agb-doce-informa/>. Na Figura 17 está exemplo de um boletim IBIO-AGB Doce Informa gerado no ano de 2014.



Figura 17 – Boletim IBIO – AGB Doce Informa

Sites: Em 2013 foram criados os sites para os nove Comitês afluentes. Já em 2014 foram reformulados os sites do CBH-Doce e IBIO-AGB Doce. As páginas virtuais são atualizadas periodicamente conforme demanda, sendo inserido, além das notícias, todo o conteúdo legal exigido nos Contratos de Gestão e documentos diversos relacionados à gestão de recursos hídricos. Seguem abaixo os links de acesso aos sites:

- www.cbhdoce.org.br
- www.cbhpiranga.org.br
- www.cbhpiracicabamg.org.br



- www.cbhsantoantonio.org.br
- www.cbhsuacui.org.br
- www.cbhcaratinga.org.br
- www.cbhmanhuacu.org.br
- www.cbhguandu.org.br
- www.cbhsantamariadodoce.org.br
- www.cbhsaojose.org.br
- www.ibioagbdoce.org.br

Redes sociais: foram criadas as *fan pages* dos 10 Comitês. Fan page ou página de fãs é uma página específica dentro do Facebook direcionada para empresas, marcas ou produtos, associações, sindicatos, autônomos, ou seja, qualquer organização com ou sem fins lucrativos que desejem interagir com os seus respectivos públicos na rede social. As páginas são atualizadas diariamente com informações referentes ao comitê e assuntos relacionados a recursos hídricos e meio ambiente. Seguem abaixo os links de acesso às *fan pages* e a imagem capturada da *fan page* do CBH Doce na Figura 18:

- CBH-Doce: <https://www.facebook.com/cbhdoce?fref=ts>
- CBH-Piranga: <https://www.facebook.com/cbhpiranga?fref=ts>
- CBH-Piracicaba: <https://www.facebook.com/cbhpiracicabamg?fref=ts>
- CBH-Santo Antônio: <https://www.facebook.com/cbhsantoantonio?fref=ts>
- CBH-Suaçuí: <https://www.facebook.com/cbhsuacui?fref=ts>
- CBH-Caratinga: <https://www.facebook.com/pages/CBH-Caratinga/680323438671587?fref=ts>
- CBH-Manhuaçu: <https://www.facebook.com/cbhmanhuacu?fref=ts>
- CBH-Guandu: <https://www.facebook.com/pages/CBH-Guandu/687098081361213?fref=ts>
- CBH-Santa Maria do Doce: <https://www.facebook.com/cbhsantamariadodoce?fref=ts>
- CBH-São José: <https://www.facebook.com/pages/CBH-S%C3%A3o-Jos%C3%A9/1409076402713918?fref=ts>



Figura 18 – Fan page do CBH Doce

- **Artes para eventos**

Ao longo do ano, os Comitês demandaram a criação de diversas artes para peças relacionadas aos eventos realizados em 2014. Foram desenvolvidas artes para crachás, blocos, canetas, canecas, banners, bolsas, certificados, entre outros. Todas as peças foram criadas levando em consideração a temática do evento e visando dar visibilidade à imagem dos CBHs. Seguem abaixo alguns exemplos ilustrados na Figura 19:



Crachá utilizado no III Encontro de Integração da Bacia do rio Doce, novembro de 2014.

Caneta utilizada durante o Seminário Água e Saneamento Básico: pensando no amanhã, outubro de 2014 – CBH-Manhuaçu



Figura 19 – Artes feitas pela empresa contratada

- **Arte e textos para materiais institucionais**

Foram desenvolvidas artes e elaborados textos para materiais institucionais produzidos pelos comitês em 2014, tais como: Presentation do CBH-Santo Antônio, Folder CBH-Doce, Folder CBH-Piranga, Folder CBH-Guandu, Folder CBH-Caratinga, Folder Projeto Ribeirão do Laje (CBH-Caratinga), Folder com informações consolidadas sobre os 10 CBHs, Folheto sobre o IBIO – AGB Doce. Seguem abaixo exemplos nas Figura 20 e Figura 21.



Relatório de Gestão do Exercício de 2014 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011



Figura 20 - Folder Institucional CBH-Doce (Frente)



Figura 21 - Folder Institucional CBH-Doce (Verso)

- **Stand ENCOB**

A Prefácio desenvolveu o layout e o projeto para o estande do CBH-Doce durante o XVI Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB), realizado em Maceió/AL, de 23 a 29 de novembro de 2014. O evento, que reuniu mais de 1.500 participantes de todo o país, foi uma oportunidade para divulgar a marca e as ações dos comitês em âmbito nacional. Segue, na Figura 22 abaixo, o projeto do estande.



Figura 22 – Stand do CBH Doce e CBH Afluentes no ENCOB 2014

- **Coberturas de eventos e reuniões**

A equipe da Prefácio esteve presente nos principais eventos e reuniões dos Comitês. Foi feita a cobertura fotográfica e jornalística dos encontros e redigidos textos que foram encaminhados aos membros, imprensa, parceiros, colaboradores do IBIO e postados no site e nas fan pages. Seguem abaixo links para acesso a alguns dos textos cobertura produzidos:

- Cobertura Encontro de Integração: <http://www.cbhipiracicabamg.org.br/noticias/iii-encontro-de-integracao-reune-autoridades-e-conselheiros-em-senhora-dos-remedios>
- Cobertura Seminário Água e Sustentabilidade CBH-Piranga: <http://www.cbhipiranga.org.br/noticias/bacia-do-piranga-recebe-o-1o-seminario-agua-e-sustentabilidade>
- Cobertura Fórum PMSB do CBH-Piracicaba: <http://www.cbhipiracicabamg.org.br/noticias/representantes-de-municipios-da-bacia-participam-de-forum-sobre-os-pmsbs-do-cbh-piracicaba>



- Cobertura Seminário CBH-Santo Antônio:
<http://www.cbhsantoantonio.org.br/noticias/seminario-promovido-pelo-cbh-santo-antonio-reune-comunidade-para-colocar-em-pauta-a-situacao-socioambiental-do-rio>
- Cobertura Caravana das Águas CBH-Suaçuí:
<http://www.cbhsuacui.org.br/noticias/itambacuri-recebe-a-caravana-das-aguas-do-cbh-suacui>
- Cobertura Seminário PMSB CBH-Caratinga:
<http://www.cbhcaratinga.org.br/noticias/seminario-realizado-em-caratinga-tem-como-tema-pmsbs-vingte-e-tres-municipios-serao-contemplados-com-a-elaboracao-dos-planos-atraves-do-cbh-caratinga>
- Cobertura Descida Ecológica CBH-Manhuaçu:
<http://www.cbhmanhuacu.org.br/noticias/cbh-manhuacu-promove-expedicao-pelo-rio-doce>
- Cobertura Seminário de Aves CBH-Guandu: <http://www.cbhguandu.org.br/noticias/cbh-guandu-participa-do-iii-seminario-de-turismo-de-observacao-de-aves-em-afonso-claudio>
- Cobertura Reunião Ordinária CBH-Santa Maria do Doce:
<http://www.cbhsantamariadodoce.org.br/noticias/1377>
- Cobertura de Palestra sobre lagoas CBH-São José:
<http://www.cbhsaojose.org.br/noticias/cbh-sao-jose-promove-palestra-sobre-lagoas-do-baixo-rio-doce>

- **Atendimento e visitas à imprensa**

A Prefácio trabalhou para estreitar o relacionamento com a imprensa da Bacia do Rio Doce, a fim de ampliar a divulgação das ações realizadas pelos Comitês na mídia. Foram realizadas visitas às redações nos municípios de Manhuaçu com participação da Isabela Lobo, jornalista da Prefácio; Isaura Paixão, presidente do CBH-Manhuaçu e a equipe da TV Alterosa de Manhuaçu (Figura 23) e Governador Valadares. Para o próximo ano estão previstas visitas às demais cidades da bacia.



Figura 23 – Visita à TV Alterosa de Manhuaçu

- **Assessoria de imprensa**

A Prefácio também realizou o trabalho de assessoria de imprensa, através da elaboração de estratégias de divulgação das informações dos Comitês e do IBIO-AGB Doce junto à imprensa. O trabalho de assessoria de imprensa consiste em fazer a ponte entre os comitês e o IBIO-AGB Doce e a imprensa, por meio da divulgação de informações importantes e estratégicas e do relacionamento com os jornalistas, produtores e editores de rádio, televisão, jornais, revistas, sites e blogs. O objetivo é lançar mão da credibilidade que o jornalismo possui para formar a opinião do público. Os principais instrumentos são: sugestão de pauta, releases, contato com a imprensa, agendamento e acompanhamento de entrevistas e clipagem.

- **Arte para Agenda 2015**

A empresa elaborou a arte da agenda diária para os comitês e o IBIO – AGB Doce para o ano de 2015. A agenda é unificada para os comitês e traz, a cada mês, a carta compromisso elaborada pelos comitês. Frente e verso da agenda estão ilustradas na Figura 24.

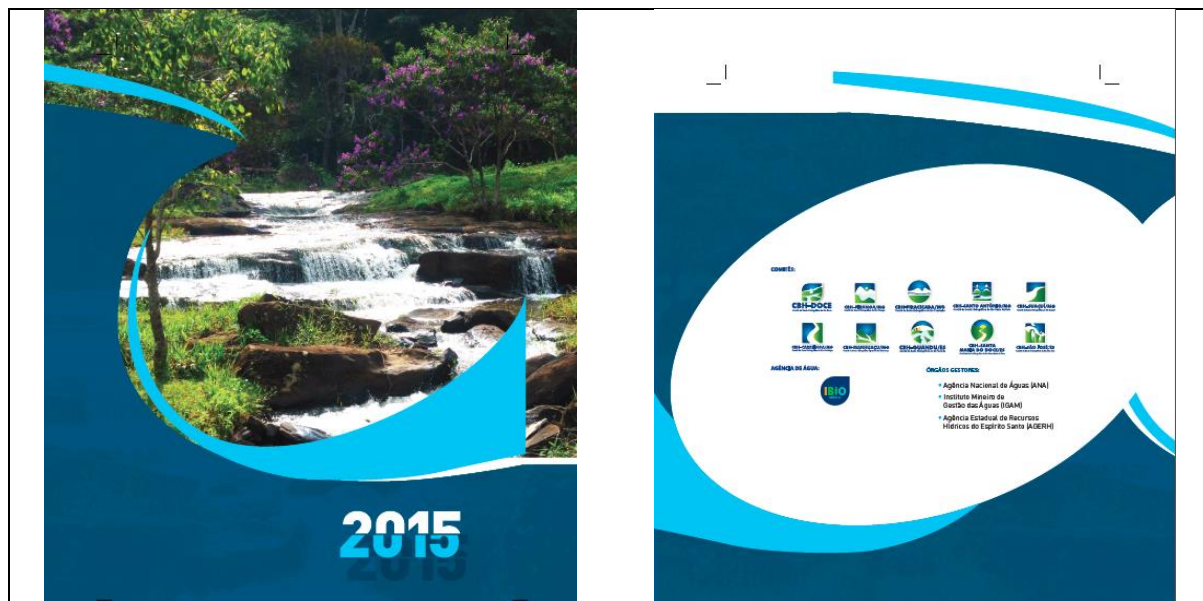


Figura 24 – Frente e verso da Agenda 2015

- **Contrato 06/2013**

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce

Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Objeto: Contratação de empresa especializada para planejamento e elaboração de programa de comunicação e relacionamento, prestação de serviços de consultoria e assessoria de imprensa, criação e produção editorial de publicações para os Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e a Agência de Água da Bacia Hidrográfica do rio Doce (IBIO – AGB Doce).

Valor da Ação: R\$ 518.814,37 (quinhentos e dezoito mil oitocentos e quatorze reais e trinta e sete centavos)

Recursos Orçamentários: As despesas decorrentes desta contratação foram pagas com recursos do Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011 e do Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2011.

Modalidade de Aplicação: Indireta

Tomador dos Recursos: Prefácio Comunicação LTDA

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce



Relatório de Gestão do Exercício de 2014 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

Prazos Planejados e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Contratação	2 meses	6 meses
Realização da Licitação	45 dias	3 meses
Início das Atividades	2 meses	6 meses
Entrega dos Produtos	12 meses	Prestação de Serviço contínuo

Cronograma Físico-Financeiro:

ETAPAS	2012			2013												2014													
	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Elaboração do Ato Convocatório																													
Processo de Seleção																													
Assinatura do Contrato																													
Valor do Contrato (mil R\$)																518,81													518,81
Desembolso do Contrato (mil R\$)								41,67	20,83	20,83	20,83	20,83	41,67	166,66	20,83	41,67	20,83	22,40	22,40	22,40	22,40	22,40	22,40	22,40	22,40	22,40	22,40	429,21	
% de desembolso acumulado							0%	0%	8%	12%	16%	20%	24%	24%	32%	32%	36%	44%	44%	48%	53%	57%	61%	65%	70%	74%	78%	83%	

ETAPAS	2014												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Elaboração do Ato Convocatório													
Processo de Seleção													
Assinatura do Contrato													
Valor do Contrato (mil R\$)													518,81
Desembolso do Contrato (mil R\$)	20,83	41,67		20,83	22,40	22,40	22,40	22,40	22,40	22,40	22,40	22,40	429,20
% de desembolso acumulado	36%	44%	44%	48%	53%	57%	61%	65%	70%	74%	78%	83%	83%

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não foram identificados atrasos até o momento.

Observações:

- Devido à suspensão do pagamento com recursos orçamentários oriundos da Agência Nacional de Águas (ANA) as despesas do primeiro mês de Contrato no valor de R\$20.830,00 (vinte mil e oitocentos e trinta reais) foram pagas em Junho/2013 com recursos do IGAM, sendo o valor total subdividido igualmente entre os 06 Comitês afluentes mineiros. A partir da retomada da execução do Contrato com recursos da ANA, conforme Segundo Termo Aditivo firmado, as despesas passaram a ser pagas utilizando recursos ANA alocados no Programa de Comunicação Social (P71), especializado para toda a bacia.
- A Prefácio comunicação LTDA foi contratada em 25/03/2013 por um período de 12 (doze) meses, sendo prevista em Contrato a prorrogação até o limite da lei vigente mediante Termo Aditivo. Ao final do primeiro ano de Contrato, tendo em vista que se trata de um serviço contínuo e que a empresa cumpriu com todas as obrigações contratuais, foi celebrado o 3º Termo Aditivo



prorrogando a vigência do Contrato por um período de mais doze meses. O referido Aditivo também contemplou o reajuste do valor global da contratação segundo o índice legal do IGP-M, conforme disposto na Cláusula Décima do Contrato. Durante o primeiro ano do Contrato também foram celebrados dois Termos Aditivos. O primeiro, em 25/03/2013, suspendeu o pagamento com recursos orçamentários oriundos da Agência Nacional de Águas (ANA), em virtude de acordo firmado na reunião de Diretoria do CBH-Doce, realizada no dia 15/03/2013, em Aimorés. O segundo Termo Aditivo, celebrado em 06 de maio de 2013 refere-se à retomada da execução do contrato com recursos da ANA.

- **Contrato 24/2013**

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce

Subprograma: Comunicação Social P71 - CBHS Santa Maria do Doce, São José, Guandu, Suaçuí e Caratinga

Objeto: a) Criação e implantação em servidor Web do site institucional integrado com sistema administrativo de conteúdo (gerenciador de conteúdo) dos Comitês de Bacia Hidrográfica dos rios afluentes do rio Doce listados a seguir:

- Comitê do Rio Santa Maria do Doce
- Comitê do Rio São José
- Comitê do Rio Guandu
- Comitê do Rio Suaçuí
- Comitê do Rio Caratinga

b) Suporte técnico aos 5 (cinco) sites criados no âmbito deste contrato para os CBH's dos rios afluentes ao rio Doce supracitados.

Valor da Ação: R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais), sendo R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais) referentes à criação e implantação em servidor Web dos sites dos CBH's supracitados e R\$ 1.000,00 (um mil reais) referentes ao serviço de suporte técnico a estes 5 (cinco) sites.

Modalidade de Aplicação: Indireta

Tomador dos Recursos: Prefácio Comunicação Ltda



Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P71 – CBHS Santa Maria do Doce, São José, Guandu, Suaçuí e Caratinga

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Contratação	25 dias	2 meses
Realização da Licitação	Não se aplica	Não se aplica
Início das Atividades	20 dias	2 meses
Entrega dos Produtos	5 meses	8 meses

Cronograma Físico-Financeiro:

ETAPAS	2013				2014													
	Out	Nov	Dez	Total	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	
Elaboração da Dispensa de Coleta de Preço																		
Processo de Seleção																		
Assinatura do Contrato																		
Valor do Contrato (mil R\$)				16,50														16,50
Desembolso do Contrato (mil R\$)				-	7,75	8,25	0,17	0,17	0,17									16,50
% de desembolso acumulado			0%	0%	0%	47%	47%	97%	98%	99%	100%							100%

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.

Observações:

- As despesas decorrentes desta contratação para o CBH-Suaçuí no valor de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos) foram pagas com recursos do Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2011(P71- Programa de Comunicação Social), pois o Comitê dispunha de recursos estaduais alocados neste Programa. As despesas correspondentes aos CBHS-Santa Maria do Doce, São José, Guandu e Caratinga no valor de R\$13.200,00 (treze mil e duzentos reais) foram pagas com recursos do Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011 (Programa P61-2), já que os comitês capixabas não dispõem de recursos estaduais e o CBH-Caratinga não dispunha de recursos estaduais no Programa de Comunicação Social para esta finalidade.
- O contrato nº 24/2013 foi firmado em 07 de novembro de 2013 com a empresa Prefácio Comunicação LTDA, contratada através do Ato de Dispensa 91-2013. Conforme disposto na cláusula 6ª (sexta) do referido Contrato nº 24/2013, o prazo de duração foi de 5 (cinco) meses com vigência a partir da data de sua assinatura e publicação no endereço eletrônico do IBIO – AGB Doce, podendo ser prorrogado pelas partes, por igual ou menor prazo, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal 8.666/93 alterada pela Lei 9.648/98, sempre mediante Termo Aditivo não sendo admitida, em hipótese alguma a forma tácita.



Considerando-se que:

- O prazo de 12 (doze) meses se encerrou em 07/04/2013;
- A empresa contratada atendia satisfatoriamente às exigências contidas no termo de referência;
- A importância do suporte aos sites para divulgar as ações do comitê na implementação de seus planos de trabalho, informações sobre a bacia hidrográfica e estabelecer canal de comunicação com a sociedade em geral;
- O objeto se trata de natureza contínua; e
- Não houve fracionamento da despesa.

Mediante ao supracitado, justifica-se o aditamento do contrato para suporte técnico aos sites dos Comitês de Bacia Hidrográfica dos rios afluentes do rio Doce (Santa Maria do Doce, São José, Guandu, Suaçuí e Caratinga) em mais 3 (três) meses, iniciando em 07/04/2014 e com data de término em 07/07/2014.

Ressalta-se, ainda, que o preço do contrato manteve-se viável, visto que, não houve acréscimo nos valores já previsto no contrato.

- **Contrato 25/2013**

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce

Subprograma: Comunicação Social P71 - CBHS Manhuaçu, Santo Antônio, Piracicaba e Piranga.

Objeto: a) Criação e implantação em servidor Web do site institucional integrado com sistema administrativo de conteúdo (gerenciador de conteúdo) dos Comitês de Bacia Hidrográfica dos rios afluentes do rio Doce listados a seguir:

- Comitê do Manhuaçu
- Comitê do Santo Antônio
- Comitê do Rio Piracicaba
- Comitê do Rio Piranga



b) Serviço de inserção de conteúdo em 9 (nove) sites criados para os CBH's dos rios afluentes ao rio Doce, sendo que 4 (quatro) destes sites criados no âmbito deste contrato e outros 5 (cinco) sites com as mesmas especificações destes.

c) Suporte técnico aos 4 (quatro) sites criados no âmbito deste contrato para os CBH's dos rios afluentes ao rio Doce supracitados.

Valor da Ação: R\$ 16.400,00 (dezesesseis mil e quatrocentos reais), sendo R\$ 12.400,00 (doze mil e quatrocentos reais) referentes à criação e implantação em servidor Web dos sites dos 4 (quatro) CBH's supracitados; R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) referentes ao serviço de inserção de conteúdo nos 9 (nove) sites criados para os CBH's dos rios afluentes ao rio Doce e R\$ 800,00 (oitocentos reais) referentes ao serviço de suporte técnico aos 4 (quatro) sites criados no âmbito deste contrato para os CBH's dos rios afluentes ao rio Doce supracitados.

Modalidade de Aplicação: Indireta

Tomador dos Recursos: Prefácio Comunicação Ltda

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P71 – CBHS Manhuaçu, Santo Antônio, Piracicaba e Piranga.

Prazos Previsto e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Contratação	25 dias	2 meses
Realização da Licitação	Não se aplica	Não se aplica
Início das Atividades	20 dias	2 meses
Entrega dos Produtos	5 meses	8 meses

Cronograma Físico-Financeiro:

ETAPAS	2013				2014												
	Out	Nov	Dez	Total	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Elaboração da Dispensa de Coleta de Preço																	
Processo de Seleção																	
Assinatura do Contrato																	
Valor do Contrato (mil R\$)				16,40													16,40
Desembolso do Contrato (mil R\$)				-	9,40	6,60	0,13	0,13	0,13								16,40
% de desembolso acumulado			0%	0%	0%	57%	57%	98%	98%	99%	100%						100%

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.

Observações:

- Os serviços de criação e suporte técnico relativos aos sites dos CBH's Manhuaçu, Santo Antônio, Piracicaba e Piranga no valor de R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais) foram pagos com



recursos do Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2011 (P-71 Programa de Comunicação Social). Já o serviço de inserção de conteúdos nos sites dos 9 (nove) Comitês dos rios afluentes do Rio Doce no valor R\$3.200,00 (três mil e duzentos) foi pago com recursos do Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011 (Programa P61-2).

- O contrato nº 25/2013 foi firmado em 07 de novembro de 2013 com a empresa Prefácio Comunicação LTDA, contratada através do Ato de Dispensa 92-2013. Conforme disposto na cláusula 6ª (sexta) do referido Contrato nº 25/2013, o prazo de duração foi de 5 (cinco) meses com vigência a partir da data de sua assinatura e publicação no endereço eletrônico do IBIO – AGB Doce, podendo ser prorrogado pelas partes, por igual ou menor prazo, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal 8.666/93 alterada pela Lei 9.648/98, sempre mediante Termo Aditivo não sendo admitida, em hipótese alguma a forma tácita.

Considerando-se que:

- O prazo de 12 (Doze) meses se encerrou em 07/04/2013;
- A empresa contratada estava atendendo satisfatoriamente às exigências contidas no termo de referência;
- A importância do suporte aos sites para divulgar as ações do comitê na implementação de seus planos de trabalho, informações sobre a bacia hidrográfica e estabelecer canal de comunicação com a sociedade em geral;
- O objeto se trata de natureza contínua; e
- Não houve fracionamento da despesa.

Mediante ao supracitado, justificou-se o aditamento do contrato para suporte técnico aos sites dos Comitês de Bacia Hidrográfica dos Rios Afluentes Do Rio Doce (Manhuaçu, Santo Antônio, Rio Piracicaba, Rio Piranga) em mais 3 (três) meses, iniciando em 07/04/2014 e com data de término em 07/07/2014. Ressalta-se, ainda, que o preço do contrato manteve-se viável, visto que, não houve acréscimo nos valores já previsto no contrato.

- **Contrato 11/2014**

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce

Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce



Objeto: Criação, implantação e suporte dos sites do IBIO - AGB Doce e dos Comitês da Bacia do Rio Doce, conforme as especificações técnicas contidas no Ato Convocatório nº 010/2014, que deu origem a esta contratação, da seguinte forma:

- Criação dos sites do IBIO - AGB Doce e CBH - Doce;
- Hospedagem dos sites IBIO - AGB Doce e Comitês (CBH-Doce, CBH-Piranga, CBH-Piracicaba, CBH-Santo Antônio, CBH-Suaçuí, CBH-Caratinga, CBH Manhuaçu, CBH-Guandu, CBH-Santa Maria do Doce, CBH-São José);
- Implantação dos sites do IBIO – AGB Doce e Comitês (CBH-Doce, CBH-Piranga, CBH-Piracicaba, CBH-Santo Antônio, CBH-Suaçuí, CBH-Caratinga, CBH Manhuaçu, CBH Guandu, CBH-Santa Maria do Doce, CBH-São José);
- Suporte dos sites IBIO - AGB Doce e Comitês (CBH-Doce, CBH-Piranga, CBH-Piracicaba, CBH-Santo Antônio, CBH-Suaçuí, CBH-Caratinga, CBH Manhuaçu, CBH Guandu, CBH-Santa Maria do Doce, CBH-São José).

Valor da Ação: R\$ 21.612,06 (vinte e um mil seiscentos e doze reais e seis centavos) contratados da seguinte forma:

- Criação e migração dos sites IBIO - AGB Doce e CBH-Doce na plataforma WORDPRESS, no valor total de R\$ 6.253,34 (seis mil duzentos e cinquenta e três reais e trinta e quatro centavos);
- Hospedagem de 11 (onze) sites escritos na plataforma WORDPRESS, sendo os sites do IBIO AGB Doce e Comitês (CBH-Doce, CBH-Piranga, CBH-Piracicaba, CBH-Santo Antônio, CBH-Suaçuí, CBH-Caratinga, CBH Manhuaçu, CBH Guandu, CBH-Santa Maria Do Doce, CBH-São José), no valor total de R\$ 3.163,68 (três mil cento e sessenta e três reais e sessenta e oito centavos);
- Implantação de 11 (onze) sites escritos na plataforma WORDPRESS, sendo os sites do IBIO AGB Doce e Comitês (CBH-Doce, CBH-Piranga, CBH-Piracicaba, CBH-Santo Antônio, CBH-Suaçuí, CBH-Caratinga, CBH-Manhuaçu, CBH-Guandu, CBH-Santa Maria do Doce, CBH-São José), no valor total de R\$ 574,00 (quinhentos e setenta e quatro reais);
- Suporte de 11 (onze) sites escritos na plataforma WORDPRESS, sendo os sites do IBIO - AGB Doce e Comitês (CBH-Doce, CBH-Piranga, CBH-Piracicaba, CBH-Santo Antônio, CBH-Suaçuí, CBH-Caratinga, CBH-Manhuaçu, CBH-Guandu, CBH-Santa Maria do Doce, CBH-São José), no valor total de R\$ 11.621,04 (onze mil seiscentos e vinte e um reais e quatro centavos).

Recursos Orçamentários: As despesas decorrentes desta contratação foram pagas com recursos do Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011 e do Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2011.



Modalidade de Aplicação: Indireta

Tomador dos Recursos: Prefácio Comunicação Ltda

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Contratação	2 meses	2 meses
Realização da Licitação	45 dias	1 mês
Início das Atividades	2 meses	2 meses
Entrega dos Produtos	13 meses	Em andamento (concluído 50%)

Cronograma Físico-Financeiro:

ETAPAS	2014												Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Elaboração do Ato Convocatório													
Processo de Seleção													
Assinatura do Contrato													
Valor do Contrato (mil R\$)													16,62
Desembolso do Contrato (mil R\$)								1,01	1,01	1,01	4,13	1,12	8,28
% de desembolso acumulado								6%	12%	18%	43%	50%	50%

Observações:

- Com relação ao item III acima descrito, referente à implantação dos 11 (onze) sites, registra-se que os sites dos CBHs Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí, Caratinga, Manhuaçu, Guandu, Santa Maria do Doce e São José já estavam e permanecem sob a responsabilidade da CONTRATADA por força de outro Termo Contratual, não sendo remunerados através do Contrato nº11/2014. O valor de R\$ 574,00 (quinhentos e setenta e quatro reais) descrito no item III refere-se apenas à implantação dos sites do CBH-Doce e IBIO – AGB Doce.
- O cronograma físico financeiro apresenta o desembolso referente às despesas desta contratação relativas aos 10 Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (no valor de R\$16.619,55 pagos com recursos repassados pelo IGAM oriundos da cobrança pelo uso da água nos CBHs estaduais), não sendo descrita a parcela referente às despesas do IBIO – AGB Doce no valor de R\$ 4.992,51 (quatro mil novecentos e noventa e dois reais e cinquenta e um centavos), pagas com recursos do 7,5%.



- **Contrato 23/2014**

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce

Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de 2.200 (duas mil e duzentas) agendas personalizadas para o IBIO – AGB Doce e para os 10 Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Doce: CBH-Doce, CBH-Piranga, CBH-Piracicaba, CBH-Santo Antônio, CBH-Suaçuí, CBH-Caratinga, CBH-Manhuaçu, CBH-Guandu, CBH-Santa Maria do Doce, CBH-São José, no âmbito do Programa de Comunicação Social (P71).

Valor da Ação: R\$ de R\$ 52.558,00 (cinquenta e dois mil quinhentos e cinquenta e oito reais), sendo R\$47.780,00 (quarenta e sete mil e setecentos e oitenta reais) referentes a 2.000 (duas) mil agendas para os 10 Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce) e R\$ 4.778,00 (quatro mil e setecentos e setenta e oitenta reais) referentes à confecção de 200 agendas para o IBIO – AGB Doce (7,5%).

Recursos Orçamentários: As despesas decorrentes desta contratação foram pagas com recursos do Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011.

Modalidade de Aplicação: Indireta

Tomador dos Recursos: Tudo Aqui Soluções Gráficas e Comunicação Visual Eireli- ME

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Contratação	2 meses	1 mês
Realização da Licitação	45 dias	1 mês
Início das Atividades	2 meses	1 mês
Entrega dos Produtos	1 mês	1 mês



Cronograma Físico-Financeiro:

ETAPAS	2014												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Elaboração do Ato Convocatório													
Processo de Seleção													
Assinatura do Contrato													
Valor do Contrato (mil R\$)													47,78
Desembolso do Contrato (mil R\$)													-
% de desembolso acumulado												0%	0%

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.

Observações:

As despesas decorrentes desta contratação no valor de R\$47.780,00 (quarenta e sete mil e setecentos e oitenta reais) foram pagas em Janeiro/2015, em razão de a empresa contratada ter apresentado as certidões de regularidade fiscal e jurídica necessárias à efetivação do pagamento em Janeiro/2015.

- **Dispensa de Coleta de Preço nº 009/2014**

Identificação no PIRH-Doce

Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce

Subprograma: Comunicação Social P71 - CBH-Piracicaba

Objeto: Contratação de empresa especializada em confecção spots e jingles para o CBH Piracicaba.

Valor da Ação: R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais)

Recursos Orçamentários: As despesas decorrentes desta contratação foram pagas com recursos do Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2011.

Modalidade de Aplicação: Indireta

Tomador dos Recursos: Silvânia de Oliveira Morais.

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P61.2 CBH-Piracicaba.



Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Contratação	25 dias	39 dias
Realização da Licitação	Não se aplica	Não se aplica
Início das Atividades	20 dias	39 dias
Entrega dos Produtos	Imediata	Imediata

Cronograma Físico-Financeiro: Não se aplica

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não se aplica.

- **Dispensa de Coleta de Preço nº 010/2014**

Identificação no PIRH-Doce :

Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce

Subprograma: Comunicação Social P71 - CBH-Piracicaba

Objeto: Contratação de empresa especializada em confecção de marcadores de páginas para o CBH Piracicaba.

Valor da Ação: R\$ 1.710,00 (um mil setecentos e dez reais)

Recursos Orçamentários: As despesas decorrentes desta contratação foram pagas com recursos do Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2011.

Modalidade de Aplicação: Indireta

Tomador dos Recursos: IMPRIMASET LTDA

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P61.2 CBH-Piracicaba.

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Contratação	25 dias	10 dias
Realização da Licitação	Não se aplica	Não se aplica
Início das Atividades	20 dias	10 dias
Entrega dos Produtos	Imediata	Imediata

Cronograma Físico-Financeiro: Não se aplica



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não se aplica.

- **Dispensa de Coleta de Preço nº 032/2014**

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce

Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Objeto: Contratação de camisetas para o III Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Valor da Ação: R\$ 1.690,00 (um mil seiscentos e noventa reais)

Recursos Orçamentários: As despesas decorrentes desta contratação foram pagas com recursos do Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011.

Modalidade de Aplicação: Indireta

Tomador dos Recursos: SCRACH Indústria e Comércio do Vestuário LTDA - EPP

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Contratação	25 dias	34 dias
Realização da Licitação	Não se aplica	Não se aplica
Início das Atividades	20 dias	34 dias
Entrega dos Produtos	Imediata	03/11/2014

Cronograma Físico-Financeiro: Não se aplica.

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não se aplica.



7.1.3. Plano de Aplicação Plurianual - PAP

Para o ano de 2014 estavam previstos R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para o Programa de Comunicação (P71) no PAP-Doce. No entanto, foram utilizados R\$ 277.000,00 (duzentos e setenta e sete mil reais). A maior parte do recurso foi utilizada para o pagamento da empresa contratada para assessoria e consultoria de comunicação, a Prefácio Comunicação, e para as viagens de seus funcionários para a cobertura das reuniões dos comitês e eventos realizados por eles.

Ao longo do ano foram produzidos poucos materiais impressos, pois ainda não foi contratada a empresa de serviços gráficos. Além disso, como o recurso para o Programa de Comunicação (P71) é especializado para toda a bacia, as peças produzidas especificamente para cada comitê foram pagas com recurso do Programa de Fortalecimento dos Comitês (P61.2).

Para o próximo ano está prevista a contratação da empresa de serviços gráficos que impulsionará a impressão de materiais institucionais, além do lançamento da revista Rio Doce, que está previsto para Março de 2015. Com planejamento mais estruturado, conquistado através das atividades realizadas em 2014, será possível investir ainda mais em ações de comunicação para os comitês em 2015. Nas Tabela 19 e Tabela 20 está a comparação entre o previsto no PAP e o realizado pelo IBIO – AGB Doce. A diferença evidenciada na Tabela 20 para o ano de 2014 em relação ao previsto e realizado está relacionada ao fato que alguns Comitês terem realizados alguns serviços de comunicação no momento em que se discutia o realinhamento do PAP. Desta forma, quando os Comitês decidiram por transferir os recursos previstos para o programa P71 para o programa P41, no momento de aprovar o realinhamento do PAP, algumas pequenas despesas já haviam sido feitas neste programa, como suporte técnico realizado aos sites de alguns destes Comitês, ou o serviço de gravação de spot de rádio demandado pelo CBH Piracicaba e pago em abril de 2014.

Tabela 19 – Recursos repassados pela ANA alocado ao P71

Recursos Repassados pela ANA	2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	Total (mil R\$)
Programa Comunicação do Programa de Ações (P71)					
Investimento Previsto no PAP	0	156	500	500	1156
Investimento Realizado	0	156	305	-	461



Tabela 20 – Recursos repassados pelo IGAM alocado ao P71

Recursos Repassados pela IGAM	2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	Total (mil R\$)
Programa Comunicação do Programa de Ações (P71) - CBH Piranga					
Investimento Previsto no PAP	0	4	0	0	4
Investimento Realizado	0	4	3	-	7
Programa Comunicação do Programa de Ações (P71) - CBH Piracicaba					
Investimento Previsto no PAP	0	3	0	0	3
Investimento Realizado	0	3	17	-	20
Programa Comunicação do Programa de Ações (P71) - CBH Santo Antônio					
Investimento Previsto no PAP	0	3	0	0	3
Investimento Realizado	0	3	3	-	6
Programa Comunicação do Programa de Ações (P71) - CBH Suaçuí					
Investimento Previsto no PAP	0	3,5	0	0	3,5
Investimento Realizado	0	3,5	3	-	6,5
Programa Comunicação do Programa de Ações (P71) - CBH Caratinga					
Investimento Previsto no PAP	0	3	0	0	3
Investimento Realizado	0	3	0	-	3
Programa Comunicação do Programa de Ações (P71) - CBH Manhuaçu					
Investimento Previsto no PAP	0	3	0	0	3
Investimento Realizado	0	3	3	-	6
Total de Investimentos Previstos	0	20	0	0	20
Total de Investimentos Realizados	0	20	29	0	49

7.1.4. Principais Deficiências e Dificuldades

Tornar os Comitês de Bacias Hidrográficas conhecidos pela sociedade em geral é um dos principais desafios dentro do Programa de Comunicação. Por se tratar de um modelo recente, grande parte da população desconhece o papel destes órgãos na gestão de recursos hídricos. A empresa contratada para realizar as atividades de comunicação na bacia juntamente com o BIO – AGB Doce têm traçado estratégias para ampliar a visibilidade dos comitês e suas ações através do estreitamento da relação com a imprensa, elaboração e distribuição de materiais institucionais, inserção dos mesmos nas redes sociais, reformulação dos sites, entre outras ações. Entendemos que a contratação de empresa especializada na impressão de material de divulgação e comunicação, como folders, jornais, revistas, boletins, panfletos e outros materiais prevista para o ano de 2015 irá ampliar ainda mais o alcance das ações de comunicação. Materiais desta natureza que estão relacionados a eventos realizados pelos Comitês da bacia já estão previstos na contratação feita de empresa especializada na realização e apoio à realização de eventos.



8. AÇÃO TRANSVERSAL

Ações transversais são fundamentalmente contratações realizadas que têm como objetivo auxiliar a execução de mais de um programa do PAP ao mesmo tempo, bem como auxiliar o IBIO – AGB Doce nas suas atividades administrativas. Trata-se de serviços que dão suporte à execução dos destes programas como locação de veículos com e sem serviços de motorista; empresas especializadas na emissão de passagens aéreas e todos os serviços envolvidos na troca, devolução de passagens, etc.; e empresas especializadas na realização de eventos com locação de espaços físicos, moderadores, equipamentos, fornecimento de refeições e material de apoio aos eventos realizados na bacia. Por não tratar de um programa específico, a cada serviço demandado de uma destas contratações, as despesas devidas são alocadas a um programa específico ou ao custeio administrativo do IBIO – AGB Doce. Por exemplo, todo veículo locado com demanda de viagem da equipe contratada para cuidar da comunicação dos Comitês e dos programas executados, são alocados como despesas do programa P71 e assim por diante.

8.1. Locação de Veículo com e sem Motorista

8.1.1. Descrição

Considerando a dimensão da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, os 228 municípios em sua extensão e os 10 (dez) Comitês de Bacia Hidrográfica atendidos pelo IBIO – AGB Doce, sendo um Comitê Federal, seis Comitês Estaduais em Minas Gerais e três Comitês Estaduais no Espírito Santo. Considerando a necessidade expressa pelos membros destes Comitês em realizar deslocamentos para participar de reuniões, eventos, plenárias, reuniões de câmaras técnicas, etc. e a necessidade do IBIO – AGB Doce de deslocamentos semelhantes e para acompanhar a execução dos diversos contratos realizados, optamos por realizar a contratação de empresa especializada em locação de veículos pequenos e vans, assim como serviços de motorista quando necessário.

8.1.2. Principais Deficiências e Dificuldades

O primeiro desafio/deficiência deste tipo de contratação é que não há previsão expressa no Plano de Aplicação para tais serviços. Entendemos que seria interessante, para os próximos, a previsão em rubrica própria de contratações transversais, aquelas que atendam a mais de um programa ao mesmo tempo e, por vezes, às atividades administrativas da entidade delegatária/equiparada.



8.1.3. Contratações e Resultados

- **Contrato 14/2013**

Esta contratação tem como objeto a prestação de serviços de locação de veículos, destinados ao IBIO - AGB Doce, bem como à convidados e membros dos comitês com atuação na bacia do Rio Doce e prestadores de serviço. Os serviços incluem locação de veículo popular, van e motorista. Na Tabela 21 estão listados todos os serviços prestados no âmbito do contrato de locação de veículos no ano de 2014.

Tabela 21 – Relação de serviços prestados com locação de veículo e motorista

Origem Requisição	Veículo Total	Veículo Pequeno	Van	Diárias de Motorista
Recursos CG ANA	767	750	82	299
P61.2 - CBH Doce	12	12	0	4
P61.2 - CBH Piranga	183	177	6	6
P61.2 - CBH Piracicaba	153	153	0	2
P61.2 - CBH Santo Antônio	18	11	7	14
P61.2 - CBH Suaçuí	14	12	2	14
P61.2 - CBH Caratinga	38	32	6	40
P61.2 - CBH Manhuaçu	85	49	36	37
P61.2 - CBH Guandu	17	1	16	17
P61.2 - CBH Santa Maria do Doce	4	0	4	4
P61.2 - CBH São José	17	12	5	6
P22 - Uso Racional da Água na Agricultura	163	163	0	85
P31 - Convivência com as Cheias	8	8	0	8
P41 - Universalização do Saneamento	9	9	0	3
P71 - Programa de Comunicação	46	46	0	42
Recursos CG IGAM	5	5	0	5
P24 - UGRH02 Piracicaba - Produtor de Água	5	5	0	5
IBIO - AGB Doce	55	55	0	7
Total Geral	827	750	82	299

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Ação Transversal

Subprograma: Ação Transversal

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, destinados ao Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce), entidade delegatária e equiparada às funções



Relatório de Gestão do Exercício de 2014 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, bem como à equipe e convidados do IBIO - AGB Doce, membros e convidados dos Comitês com atuação na bacia do rio Doce e prestadores de serviço.

Valor da Ação: 539.983,18 (quinhentos e trinta e nove mil e novecentos e oitenta e três reais e oito centavos)

Recursos Orçamentários: As despesas decorrentes desta contratação foram pagas com recursos do Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011 e do Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2011.

Modalidade de Aplicação: Indireta

Tomador dos Recursos: LOCAVIP Locadora de Veículos

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: Ação Transversal

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Contratação	2 meses	3 meses
Realização da Licitação	45 dias	3 meses
Início das Atividades	2 meses	3 meses
Entrega dos Produtos	12 meses (Prestação de serviço sob demanda)	Serviço prestado sob demanda

Cronograma Físico-Financeiro:

ETAPAS	2013								2014													
	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	
Elaboração do Ato Convocatório																						
Processo de Seleção																						
Assinatura do Contrato																						
Valor do Contrato (mil R\$)								539,98														539,98
Desembolso do Contrato (mil R\$)				2,12	35,02	30,99	10,84	78,97	29,51	5,09	15,60	14,54	29,31	14,77	23,53	46,28	12,96	13,75	31,74	25,90	341,95	
% de desembolso acumulado				0%	7%	13%	15%	15%	20%	21%	24%	27%	32%	35%	39%	48%	50%	53%	59%	63%	63%	

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não foram identificados atrasos até o momento.

Observações:

Ao final do primeiro ano de Contrato, tendo em vista que se trata de um serviço contínuo e que a empresa cumpriu com todas as obrigações contratuais, foi celebrado Termo Aditivo prorrogando a vigência do Contrato por um período de mais doze meses. O referido Aditivo também contemplou o reajuste do valor dos serviços contratados, segundo o índice legal do IGP-M, conforme disposto na Cláusula 17 do Ato Convocatório nº 04/013 e na Cláusula Terceira do Termo Aditivo.



8.2. Emissão de Passagens Aéreas

8.2.1. Descrição

Assim como citado anteriormente, existe a necessidade de constantes deslocamentos dos membros e convidados dos comitês e do IBIO – AGB Doce na participação de eventos, plenárias e acompanhamento de projetos. Em alguns casos, estes deslocamentos são feitos em voos aéreos por envolver grandes distâncias, o que torna necessário contratação de empresa especializada pra tal. O objetivo desta ação é a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação, revalidação, cancelamento e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, em voos regulares e não regulares, destinados à equipe e convidados do IBIO - AGB doce, membros e convidados dos comitês com atuação na bacia do rio Doce e prestadores de serviço.

8.2.2. Principais Deficiências e Dificuldades

O primeiro desafio/deficiência deste tipo de contratação é que não há previsão expressa no Plano de Aplicação para tais serviços. Entendemos que seria interessante, para os próximos, a previsão em rubrica própria de contratações transversais, aquelas que atendam a mais de um programa ao mesmo tempo e, por vezes, às atividades administrativas da entidade delegatária/equiparada.

8.2.3. Contratações e Resultados

- **Contrato 32/2012**

Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação, revalidação, cancelamento e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, em voos regulares e não regulares, destinados à equipe e convidados do IBIO - AGB doce, membros e convidados dos comitês com atuação na bacia do rio Doce e prestadores de serviço. Na Tabela 22 está a listagem das passagens aéreas adquiridas para o ano de 2014 agrupados por alocação de cada uma delas.



Relatório de Gestão do Exercício de 2014 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

Tabela 22 – Relação de passagens aéreas adquiridas

Origem Requisição	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Recursos CG ANA	2	1	10	6	7	14	6	3	7	14	43	18	131
P61.2 - CBH Doce	2	1	0	0	0	1	0	1	1	5	8	4	23
P61.2 - CBH Piranga	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	5	1	9
P61.2 - CBH Piracicaba	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	4	1	8
P61.2 - CBH Santo Antônio	0	0	0	0	1	3	1	0	1	0	4	0	10
P61.2 - CBH Suaçuí	0	0	0	1	1	3	2	2	2	0	1	5	17
P61.2 - CBH Caratinga	0	0	3	1	2	3	0	0	0	0	7	0	16
P61.2 - CBH Manhuaçu	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	5	0	7
P61.2 - CBH Guandu	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	6	7
P61.2 - CBH Santa Maria do Doce	0	0	3	0	0	1	0	0	0	2	8	0	14
P61.2 - CBH São José	0	0	0	0	0	1	0	0	0	7	0	1	9
P71 - Programa de Comunicação	0	0	2	3	0	1	2	0	2	0	1	0	11
IBIO - AGB Doce	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	6	5	17
Total Geral	2	1	10	6	7	14	6	3	7	20	49	23	148

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Ação Transversal

Subprograma: Ação Transversal

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação, revalidação, cancelamento e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, em voos regulares e não regulares, destinados à equipe e convidados do IBIO - AGB doce, membros e convidados dos comitês com atuação na bacia do rio Doce e prestadores de serviço, conforme descrição, características, prazos e demais obrigações e informações constantes no Ato Convocatório 09/2012 e Anexos, que dele faz parte integrante, bem como nos termos da proposta apresentada pela CONTRATADA.

Valor da Ação: R\$ 816.000,00 (oitocentos e dezesseis mil reais)

Recursos Orçamentários: As despesas decorrentes desta contratação foram pagas com recursos do Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011 e do Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2011.

Modalidade de Aplicação: Indireta

Tomador dos Recursos: Leste Turismo Ltda.

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: Ação Transversal



Relatório de Gestão do Exercício de 2014 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Contratação	2 meses	3 meses
Realização da Licitação	45 dias	3 meses
Início das Atividades	2 meses	3 meses
Entrega dos Produtos	12 meses (Prestação de serviço sob demanda)	Serviço prestado sob demanda

Cronograma Físico-Financeiro:

ETAPAS	2012						2013													
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	
Elaboração do Ato Convocatório																				
Processo de Seleção																				
Assinatura do Contrato																				
Valor do Contrato (mil R\$)						816,00														816,00
Desembolso do Contrato (mil R\$)			1,93	61,40	14,62	77,95	0,83	0,33	16,10	12,86	10,83	23,67	19,21	19,57	24,15	93,43	3,80	15,64	318,40	
% de desembolso acumulado			0%	8%	10%	10%	10%	10%	12%	13%	15%	17%	20%	22%	25%	37%	37%	39%	39%	

ETAPAS	2014													
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	
Elaboração do Ato Convocatório														
Processo de Seleção														
Assinatura do Contrato														
Valor do Contrato (mil R\$)													816,00	
Desembolso do Contrato (mil R\$)	5,97	12,89	7,42	7,42	18,38	19,78	14,84	4,40	6,16	19,26	75,34	44,41	554,67	
% de desembolso acumulado	40%	41%	42%	43%	45%	48%	50%	50%	51%	53%	63%	68%	68%	

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não foram identificados atrasos até o momento.

Observações:

Ao final do primeiro ano de Contrato, tendo em vista que se trata de um serviço contínuo e que a empresa cumpriu com todas as obrigações contratuais, foi celebrado Termo Aditivo prorrogando a vigência do Contrato por um período de mais doze meses no total de R\$272.000,00 (duzentos e setenta e dois mil reais). De igual modo, ao final do segundo ano de Contrato, foi celebrado um segundo Termo Aditivo prorrogando a vigência do Contrato por um período de mais doze meses no total de R\$272.000,00 (duzentos e setenta e dois mil reais).



8.3. Organização e Execução de Eventos

8.3.1. Descrição

Esta ação está relacionada a contratação de empresa especializada na execução de organização de eventos demandados pelos comitês, assim como apoiar na realização de plenárias, reuniões de câmaras técnicas ou qualquer outra demanda que surgir como na divulgação de um programa do PAP. Os serviços incluem:

- Locação de espaço para realização de eventos com capacidade para 200 e para 50 pessoas;
- Profissionais para fazer a moderação e relatoria do evento;
- Recepcionistas para eventos;
- Operador de som, que ficará responsável também pela gravação do evento em meio digital;
- Operador de equipamento de informática, que ficará responsável pela operação do equipamento audiovisual;
- Sistema de sonorização e gravação;
- Equipamento do tipo datashow com resolução mínima de 1.500 lúmenes e microcomputador;
- Microcomputador a ser locado em eventos quando necessário;
- Serviços de degravação dos registros digitais (gravações) oriundas das discussões feitas durante o evento;
- Serviços de relatório consubstanciado feito pelo moderador;
- Diárias de stands compostos de tenda tipo Gazebo;
- Serviços de hospedagens para convidados dos comitês em eventos realizados;
- Serviços de alimentação, lanche ou almoço em eventos ou reuniões plenários e câmaras técnicas;
- Serviços gráficos relacionados à realização dos eventos como confecção de crachás, canetas, blocos de anotações, bolsas ecológicas, pastas, certificados de participação, folders, cartazes e banners.



8.3.2. Principais Deficiências e Dificuldades

O primeiro desafio/deficiência deste tipo de contratação é que não há previsão expressa no Plano de Aplicação para tais serviços. Entendemos que seria interessante, para os próximos, a previsão em rubrica própria de contratações transversais, aquelas que atendam a mais de um programa ao mesmo tempo e, por vezes, às atividades administrativas da entidade delegatária/equiparada.

8.3.3. Contratações e Resultados

- **Contrato 19/2013**

Contratação de serviços necessários à organização e execução de eventos para os Comitês com atuação na bacia hidrográfica do rio Doce, do IBIO - AGB Doce, assim como os programas relacionados do Plano de Aplicação Plurianual - PAP.

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Ação Transversal

Subprograma: Ação Transversal

Objeto: Aquisição de serviços necessários à organização e execução de eventos dos comitês com atuação na bacia hidrográfica do rio Doce e do IBIO - AGB Doce, conforme descrição, características, prazos e demais obrigações e informações constantes no Ato Convocatório 09/2013 e Anexos, que dele faz parte integrante, bem como nos termos da proposta apresentada pela CONTRATADA e conforme descrição dos itens a seguir:

- ITEM 1: Fornecimento de estrutura organizacional e de apoio;
- ITEM 2: Fornecimento de Hospedagem;
- ITEM 3: Fornecimento de alimentação;
- ITEM 4: Fornecimento de serviços gráficos.

Valor da Ação: R\$ 5.555.905,56 (cinco milhões quinhentos e cinquenta e cinco mil novecentos e cinco reais e cinquenta e seis centavos)

Recursos Orçamentários: As despesas decorrentes desta contratação foram pagas com recursos do Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011 e do Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2011.

Modalidade de Aplicação: Indireta



Tomador dos Recursos: Completa Consultoria Política Ltda

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: Ação Transversal

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Contratação	2 meses	4 meses
Realização da Licitação	45 dias	3 meses
Início das Atividades	2 meses	4 meses
Entrega dos Produtos	12 meses (Prestação de serviço sob demanda)	Serviço prestado sob demanda

Cronograma Físico-Financeiro:

ETAPAS	2013								2014													
	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	
Elaboração do Ato Convocatório	■	■	■																			
Processo de Seleção			■	■																		
Assinatura do Contrato				■																		
Valor do Contrato (mil R\$)								5.555,91														5.555,91
Desembolso do Contrato (mil R\$)							31,25	31,25	116,15			30,67	9,78	49,63	1,67	23,21	21,82		30,00			314,19
% de desembolso acumulado					0%	0%	1%	1%	3%	3%	3%	3%	3%	4%	4%	5%	5%	5%	6%	6%		6%

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não foram identificados atrasos até o momento.

Observação:

No decorrer do primeiro ano de Contrato, foi celebrado Termo Aditivo com o objetivo de alterar a qualidade das 200 (duzentas) bolsas a serem entregues aos participantes do II Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, tendo estas um valor unitário superior ao valor unitário estipulado no Contrato. O valor total desta diferença de preço foi acrescido ao valor original do Contrato.

Ao final do primeiro ano de Contrato, considerando que se trata de um serviço contínuo e que a empresa cumpriu com todas as obrigações contratuais, foi celebrado um segundo Termo Aditivo prorrogando a vigência do Contrato por um período de mais doze meses. O referido Aditivo também contemplou o reajuste do valor dos serviços contratados nos ITEM 1- Fornecimento de estrutura organizacional e de apoio; ITEM 2 - Fornecimento de Hospedagem; ITEM 3 - Fornecimento de Alimentação, segundo o índice legal do IGP-M, conforme previsto na Cláusula 17 do Ato Convocatório nº 09/013 e na forma disposta na Cláusula Terceira do referido Termo Aditivo. O segundo Termo Aditivo contemplou ainda a o reequilíbrio econômico financeiro dos valores referentes aos produtos constantes do ITEM 4 - Fornecimento de serviços gráficos, de forma a



manter e assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, conforme previsto no Parágrafo Nono, da Cláusula Quarta do Contrato nº 19/2013.



9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O total de 10 (dez) Comitês instituídos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce para os quais a entidade delegatária/equiparada deve atuar como Secretaria Executiva e no apoio operacional e administrativo para cada um deles com demandas diversas, através da aplicação dos recursos do Programa de Fortalecimento dos Comitês (P61.2), comprometem diretamente a capacidade da equipe técnica, administrativa e jurídica da Agência na execução do PAP.

O número de Comitês instituído em uma Bacia Hidrográfica não é proporcional à arrecadação realizada, a Bacia Hidrográfica do Rio Doce, mesmo tendo a menor arrecadação federal do país, possui o maior número de Comitês ativos para uma Bacia Hidrográfica em cobrança. O que demanda uma estrutura além de suas possibilidades financeiras proporcionadas pela arrecadação atual.

A preparação dos Atos Convocatórios demandam um grande esforço da equipe da agência, seja técnica, jurídica ou administrativa como também da comissão de licitação, desde a sua publicação, passando pela abertura, que pode ser deserta sem interessados, até a sua conclusão, tanto pela resposta a questionamentos, impugnações, avaliação de toda a documentação que as vezes levam dias, resultado final, recursos, homologação e efetivamente a assinatura do contrato, impactando diretamente na velocidade de resposta da agência com relação a contratação de empresas para a execução dos programas, agravada pela insegurança jurídica.

Faz-se ainda necessária uma estrutura robusta da entidade delegatária/equiparada para: a) cumprir as obrigações previstas no Contrato de Gestão IGAM 001/2011; b) elaborar e apresentar anualmente a prestação de contas ao IGAM; c) atender a todo o arcabouço legal pertinente ao Contrato de Gestão IGAM 001/2011; e d) atingir parte das metas previstas em contrato;

Diante das dificuldades destacadas e do demonstrativo das ações desenvolvidas no exercício de 2014 descritas neste relatório, podemos fazer um balanço muito positivo comparando com o previsto no PAP e o realizado nas UGRHs O1, O2 e O6 e muito otimismo para as UGRHs O3, O4 e O5, pois conforme justificado neste relatório, os programas e ações previstas no PAP já estão em andamento e serão todas executadas no exercício de 2015.



Governador Valadares, 13 de fevereiro de 2015.

Edson de Oliveira Azevedo
Diretor Técnico
IBIO – AGB Doce

Ricardo Alcântara Valory
Diretor Geral
IBIO – AGB Doce